

dos algarves¹⁴

revista da **ESGHT / UALG**

ENSINO SUPERIOR:

CUSTOS PÚBLICOS E PRIVADOS – O CASO DO CURSO DE GESTÃO DA ESGHT-UALG

Hélder Carrasqueira • Cristela Gonçalves • Margarida Casado • Patrícia Tomás

HISTÓRIA E (OU) LITERATURA (?)

A REALIDADE HISTÓRICA E A SUA REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA NA HISTORIOGRAFIA E NA *KRIEGLITERATUR* DE ERNST JÜNGER – ALGUMAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS

José António Santos

A UTOPIA MORREU. VIVA A UTOPIA?

DA NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA UTÓPICO

Cristina Firmino

DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Sandra Rebelo

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O ALGARVE

A IMPORTÂNCIA DE MEDIR AS TIC

Hugo Pinto

ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS PERANTE A INOVAÇÃO E O EMPREGO

Joaquim Pinto Contreiras

CONTORNOS DO TURISMO SEXUAL

Maria da Fé Brás

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO TURISMO

Virgílio Miguel Machado

PÁGINA DO PORTUGUÊS

DÚVIDA Nº 6: PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS

Filipa Perdígão • Rita Baleiro

ROTAS DO SUL

“KLIPPENWANDERUNG” – O ROMANTISMO DOS ALGARES

José António Santos • Margarida Custódio Santos

ÍNDICE

- 03 ENSINO SUPERIOR:**
CUSTOS PÚBLICOS E PRIVADOS – O CASO DO CURSO DE GESTÃO DA ESGHT-UALG
Hélder Carrasqueira • Cristela Gonçalves • Margarida Casado • Patrícia Tomás
.....
- 11 HISTÓRIA E (OU) LITERATURA (?)**
A REALIDADE HISTÓRICA E A SUA REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA NA HISTORIOGRAFIA E
NA *KRIEGLITERATUR* DE ERNST JÜNGER – ALGUMAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS
José António Santos
.....
- 19 A UTOPIA MORREU. VIVA A UTOPIA?**
DA NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA UTÓPICO
Cristina Firmino
.....
- 26 DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL**
DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO
Sandra Rebelo
.....
- 32 A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O ALGARVE**
A IMPORTÂNCIA DE MEDIR AS TIC
Hugo Pinto
.....
- 36 ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS PERANTE A INOVAÇÃO E O EMPREGO**
Joaquim Pinto Contreiras
.....
- 44 CONTORNOS DO TURISMO SEXUAL**
Maria da Fé Brás
.....
- 48 ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO TURISMO**
Virgílio Miguel Machado
.....
- 58 PÁGINA DO PORTUGUÊS**
DÚVIDA Nº 6: PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS
Filipa Perdigoão • Rita Baleiro
.....
- 60 ROTAS DO SUL**
“KLIPPENWANDERUNG” – O ROMANTISMO DOS ALGARES
José António Santos • Margarida Custódio Santos
.....



FICHA TÉCNICA

.....

dos algarves

revista da ESGHT / UALG
nº14 · 2006

DIRECTORA:
Leonor Moreira

CONSELHO EDITORIAL:
Leonor Moreira, Filipa Perdigão, Rita Baleiro

TIRAGEM:
750 exemplares

PROPRIEDADE:
ESGHT / UALG
Universidade do Algarve
Campus da Penha
8000 FARO

Tel. 289 800 100
www.ualg.pt/esght/

DIRECÇÃO DE ARTE E PAGINAÇÃO:
Luis Gregório (camiao@gmail.com)
Pedro Cavaco Leitão (metamorfoses@gmail.com)

IMPRESSÃO:
Rainho e Neves, Lda. / Santa Maria da Feira

ISSN: 0873-7347



Le **MERIDIEN**
PENINA GOLF & RESORT



ENSINO SUPERIOR: CUSTOS PÚBLICOS E PRIVADOS – O CASO DO CURSO DE GESTÃO DA ESGHT-Ualg

Quando se confronta o custo médio que o aluno suporta a nível nacional, com o custo real anunciado para cada curso, verifica-se que existem significativas disparidades. No nosso estudo procuramos ir além das propinas, levantando os outros custos que as famílias suportam com a formação. Concluimos que há cursos em que as famílias pagam mais que o Estado, situação que nos leva a interrogar se haverá nestes casos margem para mais subidas de propinas, sem afastar as famílias mais carenciadas. Questionamos, ainda, formas alternativas no financiamento do ensino superior, para além de uma contextualização relacionada com o funcionamento do mercado da educação.

Hélder Carrasqueira - ESGHT

Cristela Gonçalves - ex-aluna da ESGHT

Margarida Casado - ex-aluna da ESGHT

Patrícia Tomás - ex-aluna da ESGHT

Desde a segunda metade da década de oitenta que o ensino superior tem vindo a conhecer um conjunto de ajustamentos, a que não é estranho a sua democratização por um lado¹ e os constrangimentos orçamentais por outro lado. De facto, a desaceleração e a diminuição dos ciclos de crescimento económico nos países europeus membros da OCDE, acrescidos dos custos em sectores como a Saúde, Segurança Social e Educação, levaram a uma nova abordagem da gestão pública, nomeadamente no que concerne ao acréscimo do financiamento privado (Hood, 1991; Barzeley, 2001). É nomeadamente a questão dos custos de financiamento do ensino superior e o seu funcionamento, que este nosso artigo discute.

O Estado Face À Educação

A intervenção do Estado justifica-se, segundo Eicher (1997), por três razões particulares:

- a natureza semi-pública do bem «educação», decorrente do conjunto de externalidades que produz;
 - as imperfeições do mercado e que se resumem, fundamentalmente, à informação incompleta que chega aos indivíduos, a falta de transparência e a existência de riscos relativamente ao investimento efectuado;
 - a necessidade de aumentar os níveis de equidade na distribuição e consumo de educação.
- Vejam os pois cada um destes aspectos.

Educação e Externalidades

Independentemente da orientação política, em todos os Estados se detecta uma forte aposta na educação (nomeadamente no ensino superior), em virtude da educação produzir mais-valias, não apenas para o estudante que dela se apropria, tornando-se no seu “capital humano” exclusivo, mas também por ter efeitos em geral,

Este artigo é um resumo do trabalho desenvolvido na disciplina de Projecto no âmbito da Licenciatura em Gestão, Ramo Marketing, na Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo.



ou seja, por produzir “externalidades” benéficas para toda a sociedade.

O conceito de externalidade é utilizado para comparar os benefícios privados e sociais de uma actividade e corresponde, tecnicamente, ao benefício recebido pela sociedade para além do benefício privado do indivíduo. As vantagens externas da educação são múltiplas, podendo citar-se, entre outras, a transmissão dos valores culturais, a coesão social, aquisição de novos hábitos de saúde e de alimentação, desenvolvimento de atitudes organizativas e financeiras individuais mais racionais, efeitos intergeracionais resultantes da difusão e produção de novos conhecimentos, e ainda, a diminuição da delinquência e da criminalidade.

É para evitar o risco de ver estas externalidades negligenciadas por mercados guiados apenas por benefícios privados e, provavelmente, vocacionados para acções de curto prazo, que a educação é principalmen-

te financiada pelo sector público e que o seu consumo é obrigatório, (pelo menos) até uma certa idade.

As Imperfeições do Mercado

Assim como se verifica nos restantes mercados, o mercado educativo não funciona em concorrência perfeita (Cabrito, 2002a). Sendo difícil avaliar a qualidade da educação, cabe ao Estado intervir, para regular o respectivo funcionamento impedindo que as universidades disponibilizem cursos de qualidade inferior, visto que os estudantes são incapazes de avaliar a qualidade dos cursos disponíveis, assim como as vantagens que a formação superior futuramente lhes irá proporcionar.

Perante a incapacidade dos estudantes em escolher determinado curso (consumidores imaturos, segundo D. Dill, 2004), justificar-se-ia a intervenção do Estado, pois a informação por vezes não chega em igualdade de condições aos futuros estudantes, visto que os canais de comunicação utilizados não atingem todos eles da mesma forma. A falta de informação sobre os estabelecimentos de ensino, os cursos e as suas saídas profissionais, leva por vezes os alunos menos informados a optarem por um curso, que no futuro, não vai ao encontro das suas expectativas².

O excesso de diplomados em determinadas áreas origina a saturação de mercado, fazendo diminuir o valor social do diploma, resultando níveis salariais médios mais baixo do que o esperado, fazendo frustrar as expectativas criadas.

Para tentar minimizar as imperfeições no mercado educativo do ensino superior, justifica-se a intervenção do Estado, no sentido de promover a regulação das ofertas educativas e a forma como são publicitadas, no fornecimento de informação sobre empregos que, no futuro próximo, terão uma maior procura e/ou melhores resultados, ou seja, uma maior

transparência dos cursos universitários e um tratamento mais equitativo dos indivíduos.

Educação e Equidade

A promoção da equidade é talvez a razão mais forte para a intervenção do Estado na educação, tendo em atenção os seguintes motivos:

- Correção de desigualdades: deve promover-se a igualdade de oportunidades que todos os cidadãos devem gozar, independentemente das suas capacidades financeiras e sociais, raça, sexo ou credo religioso, origem demográfica ou qualquer outro factor discriminatório, quer pela existência de disponibilidade do bem ao nível da produção de educação, quer pelo apoio financeiro a todos os que não tendo meios para o fazer, demonstrem qualidade e vontade para obter a qualificação; A forma mais comum é a disponibilização de bolsas de estudo e residências para alojamento dos estudantes deslocados;

- Protecção do interesse das gerações futuras: relacionado com a necessidade de estimular a inovação e encontrar soluções para (futuros) problemas a nível social, económico e ambiental;

- Prevenir procedimentos socialmente indesejáveis: através da regulamentação de políticas activas que previnam situações de discriminação ou comportamentos moral e tipicamente reprováveis (Jongbloed, 2004);

Considerando que o ensino superior é, simultaneamente, um pressuposto necessário da qualificação da mão-de-obra e do desenvolvimento económico, justifica-se pois o investimento do Estado no mesmo, acrescido do facto de a educação e a cultura constituírem meios privilegiados de acesso a graus superiores de qualidade de vida.

O Financiamento da Educação Superior

Os motivos atrás aduzidos, acrescidos da importância da educação superior no crescimento económico (Lucas, 1988) e na inovação/competitividade (Romer, 1989), enquadram a participação do Estado na regulamentação e financiamento da educação³. Porém, o cenário de custos crescentes nos sectores de economia social e o facto dos beneficiários da formação obterem uma taxa de retorno positivo para o investimento que realizam (Becker, 1964; Psacharopoulos, 1981), têm vindo a questionar o incremento da participação privada nos custos de educação.

Assim, os estudantes e as famílias devem contribuir para o financiamento dos seus estudos, de acordo com os seguintes pontos de vista:

- do ponto de vista económico, a educação pode ser encarada como um investimento que, em regra, permitirá aumentar as perspectivas económicas de cada indivíduo. Por outro lado, o pagamento de uma propina pode funcionar como factor moralizador e servir também como justificação para, em troca, exigir mais qualidade de ensino; os estabelecimentos serão assim obrigados a responder de forma mais adequada às exigências dos seus consumidores, facto que contribuirá para um maior ajustamento do ensino às necessidades do mercado de trabalho e que se reflectirá em ganhos relativos face a situações de desemprego e de recessão económica;

- do ponto de vista da justiça social, no futuro o indivíduo poderá ganhar mais e assim pagar mais impostos, compensando o Estado pelo investimento na sua formação. Como os estudantes mais favorecidos estão em maioria no ensino superior, a inexistência de uma propina implica que os custos da sua formação provoquem a redistribuição de rendimento das pessoas mais desfavorecidas para as mais abastadas, sendo isto o oposto

do que se pretende numa sociedade democrática. (Martins, 2003).

O Estado, por sua vez, obtém receitas através da cobrança feita aos contribuintes sob a forma de impostos e taxas, sendo posteriormente, parte destas, aplicadas no financiamento ao ensino superior. A comparticipação dos estudantes e/ou respectivas famílias no financiamento do sector educativo, é obtida através de contribuições directas (propinas, matriculas e outras taxas).

Acrescem outras fontes de financiamento de menor relevância como sejam as receitas geradas pelas próprias instituições de ensino superior, serviços prestados a empresas e outras instituições, mecenato, etc.

Custos Globais e dos Cursos

Tendo em atenção os montantes envolvidos, podemos ater-nos a alguns números relativos aos custos da educação superior. Assim:

- De acordo com o orçamento de Estado de 2005, serão gastos 5 237€ por aluno;

- Os alunos pagarão uma propina que oscilará num intervalo entre 463,58 e 880€;

- Os cursos por sua vez apresentam um perfil de custos que difere substancialmente:

- Medicina (UC) 10 591€⁴;
- Arquitectura (UTL) 4 933€;
- Direito (UP) 2 274€;
- Enfermagem (ESSF-UALG) 6 334€⁵;
- Engenharia Alimentar (EST-UALG) 4 716€;
- Educação de Infância (ESE-UALG) 4 037€;
- Gestão (ESGHT-UALG) 2 629€;

Do exposto, podemos extrair as seguintes conclusões⁶:

- Face ao custo médio global do aluno anunciado pelo MCIES - Ministério da Ciência, Investigação e Ensino Superior - mesmo o aluno que paga a propina máxima apenas suporta 16,8% do total;

- Porém se descermos ao nível dos

custos do curso que frequentam, os pagadores da propina máxima estarão a contribuir para o financiamento da sua formação de forma assaz diferente. Assim, o aluno de Medicina comparticipa 8,3% dos custos; Enfermagem 13,9%; Engenharia Alimentar 18,7% e Gestão 33,5%.

Neste contexto, pensamos ser questionável a equidade da actual forma de financiamento, que poderia ser ainda enfatizada pela taxa de retorno dos custos envolvidos, origem social dos frequentadores ou região em que se inserem. Entretanto, propomo-nos abordar outro tipo de custos, normalmente pouco considerados neste tipo de análises: os custos das famílias.

Os Custos das Famílias

A designação “custos das famílias” e não “custos privados” como é usual, decorre da vontade de abordar os mesmos para além das propinas, ou seja, tentamos inventariar os outros custos inerentes à condição de estudante como sejam: alojamento; água, luz e gás (quando deslocados da habitação habitual), alimentação, livros e material didáctico; transportes; vestuário; lazer; comunicações e saúde.

A inclusão destas parcelas como componentes das despesas com o ensino superior não são pacíficas (Oroval et al, 1984). De facto, os custos de alojamento, água, luz e gás dos deslocados, podem ser identificados sem problemas; o mesmo acontece com as despesas de transporte realizadas pelos estudantes, deslocados ou não, entre o local de residência em tempo de aulas e o estabelecimento de ensino (Cabrito, 2002), assim como as despesas em livros e material didáctico. Não existe todavia, em regra, uma contabilização/noção clara destes custos. Os restantes custos ocorrem independente da condição de estudante.

Esta inclusão, sendo discutível é no entanto defensável (Cabrita,

2002b) no sentido de permitir chegar a um conhecimento da evolução dos custos do ensino superior. Acresce que num contexto de crescente apelo ao financiamento privado da educação superior, interessa ao Estado ter uma noção aproximada, de até onde é possível continuar com este esforço sem colocar em risco o acesso das famílias mais carências à formação superior ou até ao delinear de políticas alternativas de apoio, como o financiamento bancário em condições favoráveis.

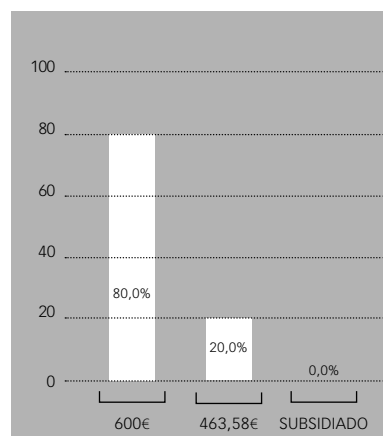


fig. 1 : Valor de Propina Paga pelo aluno no Regime Diurno

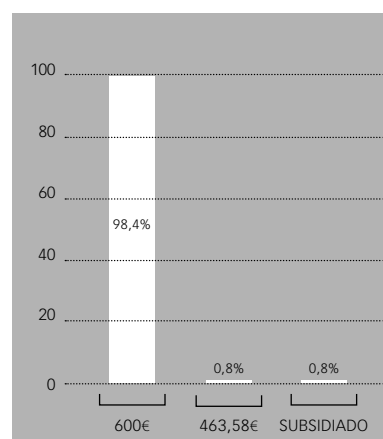


fig. 2 : Valor de Propina Paga pelo aluno no Regime Nocturno

Neste contexto, foi solicitado através de inquérito aplicado aos alunos do curso de Gestão da ESGHT, Bacharelato e Licenciatura - (vide nota final sobre Definição

da população e da amostra inquirida), que indicassem, de forma tão aproximada quanto possível, os montantes médios mensais que despendem em cada uma das rubricas, mas, sempre relacionadas com a sua condição de estudantes⁷.

Os resultados a que chegámos, acrescido de outras características com eles relacionadas, são apresentados de seguida.

Características e Custos do Curso de Gestão

O inquérito realizado aos quatro anos do Curso de Gestão obteve 254 respostas válidas, ou seja, 38% da população alvo, sendo 49,2% alunos do regime diurno (72,6% femininos e 27,4% masculinos) e 50,8% do regime nocturno (67,2% femininos e

32,8% masculinos).

Relativamente ao valor da propina paga em 2003/04 verifica-se que a maioria dos alunos pagava 600€ de propinas. A propina bonificada representava 20% no diurno e 0,8% no nocturno, enquanto que a totalmente bonificada era residual (0,8% no nocturno).

Quanto à principal fonte de financiamento, podemos verificar que enquanto no diurno é a família quem suporta os estudos em 77,6% dos casos, no nocturno cabe ao próprio (83,7%) essa incumbência, o que perfaz claramente uma situação de retorno à escola para melhorar a qualificação, após ter entrado no mercado de trabalho. Note-se que o recurso ao crédito bancário é marginal e apenas se verifica no nocturno.

A maioria dos alunos não alterou a residência para frequentar o curso, situação à partida normal, dada a maioria dos alunos ser originária da região (91% no regime nocturno e 82% no diurno – candidatura de 2004). Note-se entretanto que no diurno há 32,8% que vivem em casa arrendada (8,7% no nocturno), verifica-se o recurso à casa de familiares e amigos e até (supomos) a aquisição de casa própria (1,6%) o que pode denunciar um investimento para residência futura pós curso, ou a opção pelo negócio imobiliário.

Todavia a segunda opção para quem está deslocado (a seguir ao arrendamento) foi o recurso à residência universitária (6,4% e 2,4%)

No que concerne à forma como se desloca para a ESGHT, predomina o recurso à viatura própria, mesmo no diurno, a que não deve ser estranho a mobilidade permitida/rentabilização do factor tempo e o campus se situar na periferia da cidade. O recurso aos transportes públicos não é significativo, o que denuncia a pouca utilidade que tiram dos serviços que prestam. Aqueles que se deslocam a pé correspondem aproximadamente aos que residem em casas arrendadas e

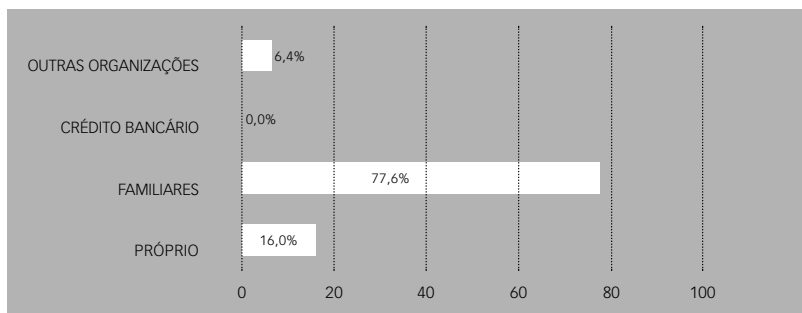


fig. 3 : Principal Fonte de Financiamento no Regime Diurno

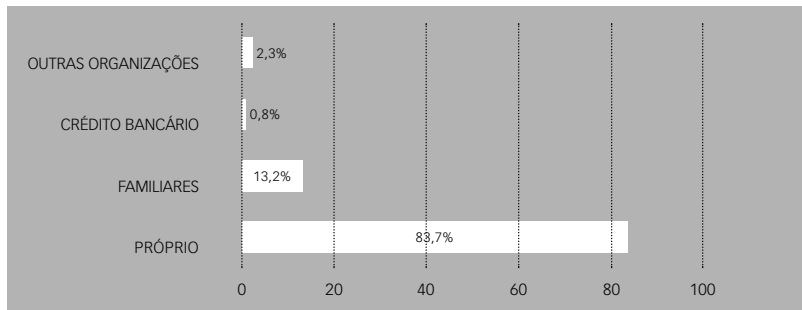


fig. 4 : Principal Fonte de Financiamento no Regime Nocturno

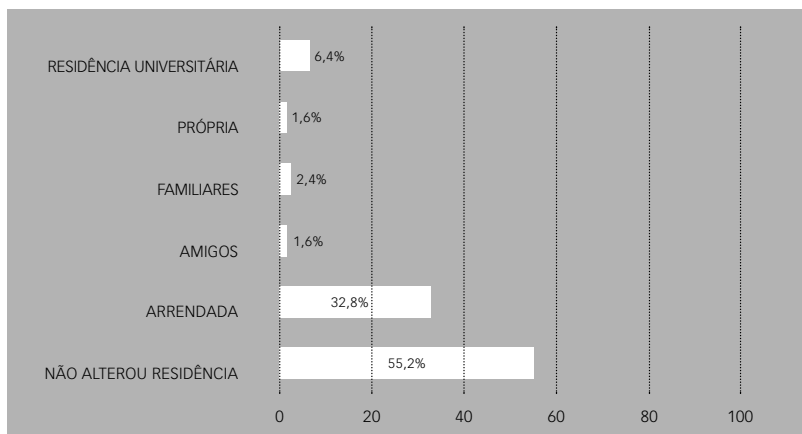


fig. 5 : Residência enquanto aluno Universitário no Regime Diurno

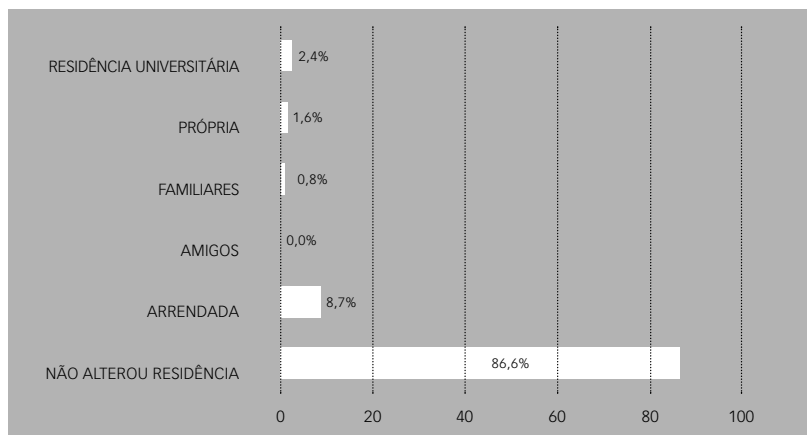


fig. 6 : Residência enquanto aluno Universitário no Regime Nocturno

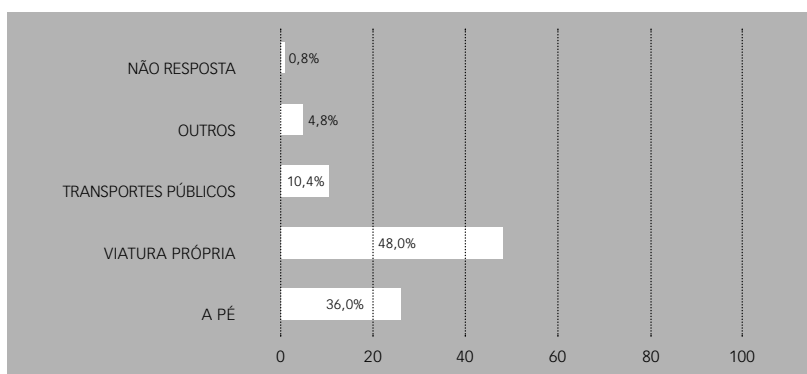


fig. 7 : Forma como se Desloca para a ESGHT no Regime Diurno

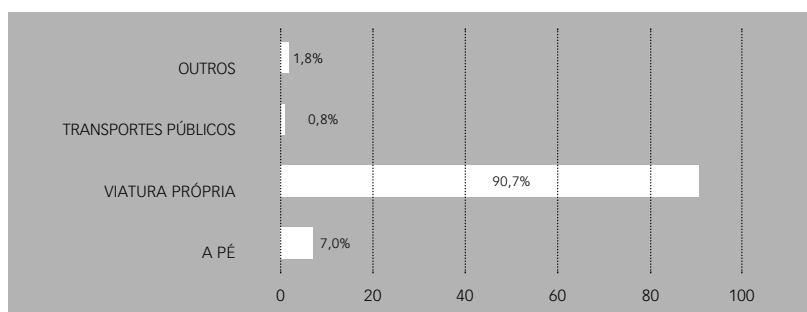


fig. 8 : Forma como se Desloca para a ESGHT no Regime Nocturno

que se devem situar nas imediações do campus.

Questionados se para além de estudar também trabalhavam, ficamos a saber, tal como era expectável, que no nocturno apenas 10,9% não o fazem; no diurno, acontece o inverso com 76,8% dedicados inteiramente

ao estudo. Note-se porém que 13,6% dos alunos diurnos que trabalham, o fazem em *full-time*, o que faz supor que dificilmente estarão presentes nas aulas, beneficiando da facilidade de livre opção na assistência às mesmas e 9,6% trabalham em *part-time*.

Quanto ao rendimento médio

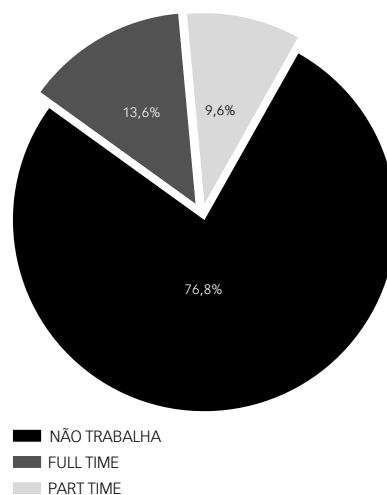


fig. 9 : Ocupação para além de estudante no Regime Diurno

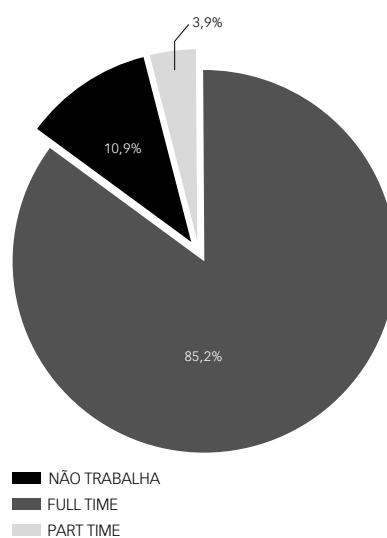


fig. 10 : Ocupação para além de estudante no Regime Nocturno

mensal do agregado familiar, podemos verificar que em ambos os regimes o intervalo mais escolhido foi o que medeia entre 501 a 1000 €, com 42,4% no diurno e 42,6% no nocturno; o intervalo de rendimento entre 1001 a 1500€ é o segundo na hierarquia com 28,8% no diurno e 21,7% no nocturno. Os rendimentos acima de 1500€ são em ambos os regimes superiores aos registados abaixo dos 500 (18,5% em média contra 8,7%). Extrapolando a partir dos intervalos de classificação

dos rendimentos das famílias, inseridas no Orçamento de Estado de 2005, podemos referir que 67,3% pertence à classe média, 18,5% pertence à classe média alta e alta e, 8,7% pertence à classe média baixa e baixa.

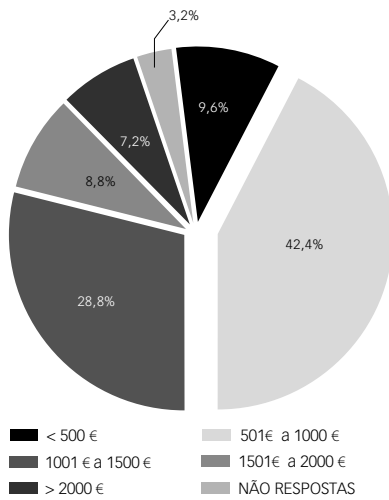


fig. 11 : Rendimento Médio do Agregado Familiar no Regime Diurno

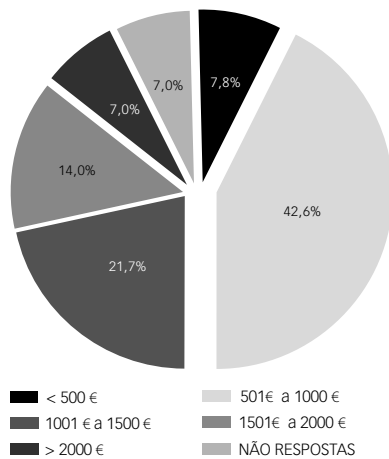


fig. 12 : Rendimento Médio do Agregado Familiar no Regime Nocturno

$$\text{CUSTO MÉDIO ALUNO} = \sum (A, B, C, D, E, F, G, H, I) * 10^1 + X - Y$$

Custo das Famílias por Aluno

Para o cálculo deste valor, procuramos agrupar os dados obtidos de

acordo com a seguinte formula:

Tabela: custo médio aluno;

Em que:

- A** – Despesas em alojamento
- B** – Despesas em alimentação
- C** – Despesas em água, luz, gás
- D** – Despesas em livros e material didáctico
- E** – Despesas em transporte
- F** – Despesas em vestuário
- G** – Despesas em lazer
- H** – Despesas em comunicações
- I** – Despesas em saúde
- X** – Valor médio da propina paga;
- Y** – Valor médio da bolsa auferido pelo aluno bolseiro

• *Custo médio aluno global:* $(42,92 + 62,84 + 11,5 + 40,09 + 58,04 + 41,28 + 22,41 + 19,71 + 18,48) * 10 + 583,5 - 15,5€$

= 3740,7 €

• *Custo médio aluno diurno:* $(51,6 + 69,52 + 10,2 + 30,69 + 53,08 + 39,5 + 20,6 + 20,12 + 15,34) * 10 + 572,71 - 26€$

= 3644,21€

• *Custo médio aluno nocturno:* $(34,25 + 56,06 + 12,8 + 49,44 + 63,72 + 44,06 + 24,22 + 19,03 + 21,64) * 10 + 594,30 - 5€$

= 3841,5€

Estes resultados, acrescidos dos restantes elementos já abordados, permitem-nos avançar para a reflexão a seguir apresentada e subsequentes propostas.

Reflexão Conclusiva

Face ao exposto, apresentamos as seguintes reflexões: oficialmente o Estado gasta 5237 € ano por aluno e solicita a comparticipação directa dos alunos através de propinas pelo que a receita destes cobre 16,8% do total dos custos. Todavia face aos diferentes custos de cada curso, o contributo dos alunos é amplamente desigual. Assim se fosse pedido a cada aluno que pagasse 16,8% dos custos do curso que frequenta, caberia ao aluno de Medicina uma propina de 1758€,

ao de Arquitectura 819€, ao de Direito 377€, ao de Enfermagem 1051€, ao de Engenharia Alimentar 788€, ao de Educação de Infância 670€ e Gestão 436€.

A tentativa de implementação desta metodologia poderia levar a uma contra argumentação no sentido de que, estas “etiquetas” de preço do curso, marcariam um processo elitista no acesso social aos diversos cursos. À partida admitimos que esta afirmação seria verdadeira. Porém, o MCIES, os diversos Observatórios do Emprego ou as próprias Associações de Estudantes, poderiam calcular de três em três anos, a taxa de retorno do investimento em educação em cada curso. A ligação destes vários elementos permitiria diminuir o problema de informação assimétrica que actualmente se verifica aquando da opção dos alunos por um determinado curso, nomeadamente se pertencem a classes menos favorecidas.

Entretanto temos uma situação de custo desigual em que os alunos dos cursos mais baratos financiam as formações mais caras, algumas delas com retorno imediato e elevado no mercado de trabalho, enquanto os primeiros irão defrontar-se com um excesso de oferta nas suas áreas de formação.

Quanto aos contributos das famílias, o valor encontrado para o curso de Gestão (3740,7€ em média, sendo 3644,21€ para o aluno diurno e 3841,5€ para o nocturno), é substancialmente superior ao que o Estado refere quando considera apenas a propina. De facto, o mesmo sobe para 68,6% face ao custo/aluno a nível nacional. Se compararmos com os custos do próprio curso, verificamos que o mesmo é claramente superior ou seja, a despesa das famílias é superior aos custos identificados para o curso de Gestão (2629€).

Acresce que se verifica uma taxa de abandono, à volta de 40,6% (OCES, 2004); que as famílias apresentam um significativo nível de endividamento; que existe fenómenos de desemprego

em licenciados, nomeadamente em certas áreas de formação (o que nos pode levar a questionar se nestas situações estaremos perante um investimento ou um consumo em educação); que as classes menos favorecidas tendem a valorizar os salários recebidos, preferindo entrar no mercado de trabalho em lugar de prosseguir estudos; a própria distribuição de rendimentos também varia significativamente de região para região (em 2003, a grande Lisboa estava acima da média nacional (159), tal como o Algarve (108,8), mas a Beira Interior e Trás-os-Montes estavam claramente abaixo (71,8 e 63,9 respectivamente).

Neste contexto, pensamos que as medidas políticas relativas à subida de propinas, devem ser seriamente ponderadas, sob pena de se virem a excluir as famílias com menores recursos de educação. Entretanto, pensamos que se deveria equacionar o eventual pagamento diferenciado da propina, tendo em atenção os custos dos cursos e calcular-se a taxa de retorno de cada curso, no sentido de melhor informar a procura e melhorar o funcionamento do mercado da educação. Ou então, ponderar a adopção do financiamento da propina pela banca (com aval do Estado), cabendo ao aluno o seu pagamento faseado, após a conclusão do curso. Aliviavam-se assim as famílias e responsabilizava-se o aluno, situação que se poderia também reflectir ao nível de uma maior taxa de eficiência do ensino superior.

1 Portugal tinha, em 1990/91, 187 780 alunos e 392 291 em 2001/02 (Simão, 2002) e o Reino Unido passou de cerca de 900 000 em 1987 para mais de dois milhões em 2000 (HEFCE, 2004);

2 Os problemas de informação assimétrica, são um dos mais relevantes entraves a um melhor funcionamento do mercado de educação;

3 Em síntese, o Estado deve tomar o papel principal no financiamento do ensino superior, pelas seguintes razões:

- a educação é um investimento que contribui para o crescimento económico;
- a educação superior traz benefícios para toda a sociedade e não só para aqueles que a ela tiveram acesso;
- o financiamento público permite a igualdade de oportunidades;
- a educação superior é importante, não só economicamente mas também culturalmente;
- a investigação efectuada nas universidades não pode deixar de ter uma comparticipação de financiamento pelo Estado, dados os benefícios gerados para toda a sociedade.

4 Os dados relativos aos cursos de Medicina, Arquitectura e Direito são relativos ao ano 2001, MCES in *Pública*, 30-10-2002;

5 Os dados relativos aos cursos da Universidade do Algarve (UALG) são relativos ao ano 2002, Departamento de Planeamento);

6 Apesar dos dados apresentados não serem todos do mesmo ano, pensamos que a relativa rigidez dos mesmos não é impeditiva do raciocínio efectuado;

7 Note-se que não consideramos os custos de oportunidade relativo aos salários não auferidos devido ao facto de se estar a estudar e não a trabalhar

Definição da população e da amostra inquirida:

.....
• **Unidade inquirida:** Alunos do Curso de Gestão da Escola Superior de Gestão, Hotelaria e Turismo, da Universidade do Algarve.

• **Dimensão da população:** 663 Indivíduos

• **Método de recolha:** Amostra

• **Tipo de recolha:** Directa

• **Amostra:** O inquérito foi distribuído aos alunos que estavam presentes nas aulas de disciplinas pré-definidas com base em critérios de assiduidade e número de alunos, entre os dias 15 e 25 do mês de Março.

• **Dimensão da amostra:** 254 indivíduos, 38% da população alvo (e aproximadamente 141% da população média que frequenta as aulas), sendo 49,2 alunos do regime diurno (72,6% femininos e 27,4% masculinos) e 50,8% do regime nocturno (67,2% femininos e 32,8% masculinos).

Referências Bibliográficas:

- BARZELEY, M (2001), *The New Public Management*, University of California Press, Berkeley.
- BECKER, G. (1964), *A Theoretical and Empirical Analysis, with Special Reference to education*, Columbia University Press, Nova Iorque.
- CABRITO, B. (2002a), *Economia da Educação*, Texto Editora, Lisboa.
- CABRITO, B. (2002b), *Financiamento do Ensino Superior*, Educa, Lisboa.
- CRESPO, V. (1993), *Uma Universidade para os anos 2000*, ed. Inquérito, Lisboa.
- DILL, D. e SOO, M. (2004), «Transparency and Quality in Higher Education Markets», pp. 61-86 in *Markets in Higher Education: Rhetoric or Reality?*, P. Teixeira, B. Jongbloed, D. Dill and A. Amaral (eds), CIPES-Hedda, Kluwer Academic Publishers.
- HEFCE (January 2004), *Higher Education in the United Kingdom*, Guide.
- HEICHER, (1997), *Financiación de la Educación Superior en Europa*, Conferência nas VI Jornadas de la Asociación de Economía de la Educación, Vigo, (policopiado).
- HOOD, C. (1991), «A Public Management for All Seasons?» in Rodes, R.A.W. (ed) *The New Public Management*, Public Administration, nº69-1.
- JONGBLOED, B. (2004), «Regulation and competition in Higher Education» in *Markets in Higher Education: Rhetoric or Reality?*, P. Teixeira, B. Jongbloed, D. Dill and A. Amaral (eds), CIPES-Hedda, Kluwer Academic Publishers, pp.87-112.
- LUCAS, R. (1988), «On the Mechanisms of Economic Development», *Journal of Monetary Economics*, 22, pp.4-42.
- MARTINS, J. (2003), *Tendências de Financiamento*, Diferencial, IST-UTL.
- OCES (2004), *O Insucesso Escolar no Ensino Público*, www.mces.gov.pt.
- OECD (2004), *Education at a Glance*, Ed. OCDE, Paris.
- OROVAL, E.; MOLTO, G. (1984), *Costes y Rendimientos en la Enseñanza Superior*, Universitat de Barcelona, Institut de Ciències de l'Educació, Barcelona.
- PSACHAROPOULOS, G. (1981), «Returns to education: An Updated International Comparison», *Comparative Education*, nº17, pp.321-341.
- PÚBLICO (2002), «Um Aluno de Medicina Custa ao Estado 10500€ por ano, um de Direito Fica por um Quinto», 30-10-2002.
- ROMER, P. (1989), *Human Capital and Growth: Theory and Evidence*, Cambridge, Massachusetts: National Bureau of Economic Research, Working Paper nº 3173.
- SIMÃO, V., SANTOS, S., COSTA, A. (2002), *Ensino Superior: Uma Visão para a Próxima Década*, Gradiva, Lisboa.

HISTÓRIA E (OU) LITERATURA (?)

A REALIDADE HISTÓRICA E A SUA REPRESENTAÇÃO DISCURSIVA NA HISTORIOGRAFIA E NA *KRIEGSLITERATUR*¹ DE ERNST JÜNGER – ALGUMAS PROPOSTAS METODOLÓGICAS

.....

Partindo de posições actuais ou relativamente recentes do campo dos estudos historiográficos, o presente artigo pretende, em primeiro lugar, reflectir sobre as similitudes entre a historiografia e alguns tipos específicos de literatura como a *Kriegsliteratur* da República de Weimar, de que algumas obras de Ernst Jünger constituem um dos mais importantes paradigmas. Em segundo lugar, como consequência dos resultados dessa reflexão, propor novas metodologias até agora arredadas dos estudos literários, como o tratamento e análise de dados estatísticos quantitativos, de modo a fundamentar, sempre que necessário, a análise qualitativa de processos.



José António Santos - ESGHT

Partindo de posições actuais ou relativamente recentes do campo dos estudos historiográficos, o presente artigo pretende, em primeiro lugar, reflectir sobre as similitudes entre a historiografia e alguns tipos específicos de literatura como a *Kriegsliteratur* da República de Weimar, de que algumas obras de Ernst Jünger constituem um dos mais importantes paradigmas. Em segundo lugar, como consequência dos resultados dessa reflexão, propor novas metodologias até agora arredadas dos estudos literários, como o tratamento e análise de dados estatísticos quantitativos, de modo a fundamentar, sempre que necessário, a análise qualitativa de processos.

A representação discursiva

.....

São várias as razões que nos levam

a abordar a representação discursiva da realidade histórica: uma é o facto de muitas fontes primárias, como por exemplo diários, livros de memórias, relatórios, artigos de jornais e revistas, cartas e muitos outros documentos, poderem ser utilizadas por diferentes áreas do conhecimento como a história e a literatura, dado que o conceito de fonte se alargou extraordinariamente no século XX; outra razão é que o estilo narrativo utilizado em alguns sub-géneros literários como a *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger manifesta estreitas afinidades com o da historiografia narrativa, pois aborda, de forma subjectiva, as vivências de um acontecimento histórico, utilizando determinados artifícios literários como a alternância entre cenas de clímax e de descompressão, a multiplicação dos motivos de interesse, assim como

a inclusão da referencialidade e a afirmação constante do realismo e da autenticidade do conteúdo, de modo a criar expectativas e captar o interesse do leitor; uma terceira razão é o facto de a *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger não se tratar propriamente de literatura de ficção, mas de literatura autobiográfica sobre personagens e acontecimentos históricos reais. O próprio público valorizava a “autenticidade” deste tipo de literatura, normalmente escrita por autores que tinham participado directamente nos fenómenos bélicos que relatavam, o que, de certa forma, funcionava como uma “garantia” de autenticidade; uma quarta razão é a existência de uma carga ideológica tanto na *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger como, de modo geral, na historiografia ao longo dos tempos, relativamente à qual alguns autores afirmam que toda

a historiografia até ao presente teve pendor ideológico (cf. White 1987: 82); por último, a estreita relação entre história e literatura, o que leva alguns historiadores a afirmar que a fronteira entre ambas se dilui completamente². Esta similaridade entre a historiografia e a literatura, com especial realce para a componente literária desta última, deve-se essencialmente a uma representação discursiva comum a ambas, a narração³.

Achamos agora importante abordar algumas definições do conceito de narração e identificar as suas variantes, nas quais a *Kriegsliteratur* e a historiografia se inserem. Relativamente ao conceito de narração, constatamos, em primeiro lugar, uma certa ambiguidade em relação ao mesmo, pois alguns autores atribuem-lhe vários significados. Por exemplo Gérard Genette (1998: 15) apresenta três acepções diferentes nas quais a palavra narração pode ser utilizada: como discurso oral ou escrito que relata um acontecimento ou um conjunto de acontecimentos; como sequência de acontecimentos reais ou fictivos que são objecto do discurso; e como o próprio acto da narração, sempre que alguém narra algo a alguém. Porém, na sua acepção mais corrente, a narração é essencialmente uma «forma do discurso cujo objectivo principal é o de relatar um evento ou uma sucessão de eventos» (Shaw 1982: 312). Todas estas definições deixam antever algumas características básicas da narração, tais como as enunciadas por Sandra Pesavento:

Assim, há sempre a presença de um narrador que mediatiza aquilo que viu, vê ou ouviu falar e que conta e explica a terceiros uma situação não presenciada por estes. Interpõe-se, assim, um princípio de inteligibilidade e de proposta do ocorrido, que é representado – re-apresentado – a um público, ouvinte e leitor. (Pesavento, 2000: 34)

Os três elementos básicos da narração presentes nesta citação são, pois, um assunto, que pode ser

real quando corresponde a factos verdadeiros, realmente acontecidos ou ficcional,⁴ quando corresponde a factos criados pela imaginação e que não tiveram lugar na realidade, um narrador que «[...] funciona em todos os textos narrativos como a instância enunciativa que conta uma “história”» (Aguar e Silva 1990: 599) e um público ao qual, ao nível da recepção, através de uma descodificação, cabe «o esforço da imaginação criadora para recriar uma ambiência, dotá-la de uma coerência e produzir significados [...]» (Pesavento, 2000: 40). Aos três elementos referidos deve ainda ser adicionado um quarto elemento, presente ao nível da codificação, que é a forma da narração de acordo com o tipo de linguagem utilizado, ou seja, a linguagem do dia a dia ou a linguagem poética⁵. Partindo das antinomias aos níveis do assunto e da linguagem, nomeadamente real vs. ficcional e poética vs. não poética, temos quatro combinações possíveis de narração, que são: (assunto) real, (linguagem) poética; (assunto) real, (linguagem) não poética; (assunto) ficcional, (linguagem) poética; e (assunto) ficcional, (linguagem) não poética. Destas, verificamos ser a primeira o tipo de narração utilizado quer pela generalidade da historiografia, quer pela *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger, muito especialmente na obra *In Stahlgewittern*.

Historiografia ou Literatura?

De acordo com o ponto de vista da historiografia tradicional, os historiadores, ao contrário dos escritores de ficção, não inventariam nada, apenas tornariam as suas histórias, consideradas naturalmente verdadeiras, atraentes para o público (cf. White 1990: ix-x). A tarefa do historiador seria recontar os acontecimentos passados de uma forma narrativa considerada neutra, mas que tornasse esses acontecimentos vivos e interessantes para o leitor. Este tipo de historiografia

narrativa tradicional foi, nos anos vinte do século passado, posto em causa pelo grupo de historiadores franceses dos Annales, que não a consideravam científica, propondo a sua erradicação para que os estudos históricos passassem a ser considerados uma ciência (cf. White 1990: 31), pois consideravam que a historiografia narrativa dramatizava ou romaneava os acontecimentos, sendo, assim, mais literária do que científica. Este grupo criado à volta de Marc Bloch e Lucien Febvre, a que se juntou mais tarde Fernand Braudel propunha uma história explicativa global baseada em processos impessoais como a análise das tendências de longo prazo na economia e na sociedade, ou a articulação dos factos históricos económicos com as formas de organização social. Alguns autores situam esta concepção da historiografia no âmbito do modernismo, de forma a diferenciá-la da concepção pós-moderna da historiografia:

A concepção moderna acentua a sua relação com a investigação: A historiografia apresenta um saber histórico que é conseguido através de processos empíricos de investigação metodicamente organizados e que, por isso, se distingue pela qualidade especificamente científica da sua racionalidade metódica. A concepção pós-moderna acentua a força criadora, com a qual os autores formam o seu saber histórico e se dirigem ao seu público e que confere à historiografia uma qualidade primariamente poética ou retórica⁶. (Rüsen, 1990: 1)

Verificamos assim, que a principal diferença entre as duas concepções reside na acentuação da metodologia utilizada quer na pesquisa, quer na produção historiográfica. Ao passo que a primeira concepção acentua o carácter impessoal de todo o processo, a segunda concepção acentua exactamente o contrário, ou seja, a subjectividade e a criatividade envolvidas na interpretação da história e o carácter retórico ou poético da sua representação. A concepção pós-moderna da

historiografia põe em causa, a partir dos anos sessenta do século vinte, a cientificidade da mesma, desfazendo a convicção de que seja possível os historiadores fornecerem descrições exactas e objectivas de acontecimentos passados⁷. Desde então intensificou-se, até ao presente, a discussão acerca das metodologias da historiografia, da sua cientificidade, da relação entre historiografia e literatura e acerca da forma de representação comum a ambas, a narração. Deste debate, naturalmente proveitoso, embora realizado muito mais por historiadores do que por teóricos da literatura, resultam algumas posições que julgamos conveniente introduzir nesta reflexão. Sandra Pesavento, por exemplo, afirma:

O historiador é obrigado a realizar sempre uma ficção perspectivista da história, dado que é impossível a existência de uma história que recolha simplesmente o passado nos arquivos... Não se chega, pura e simplesmente, a fa[ct]os aprioristicamente estabelecidos por fontes. A história é, neste sentido, sempre construção de uma experiência, que tanto reconstrói uma temporalidade quanto a transpõe em narrativa. (Pesavento, 2000: 38-39).

Uma das ideias principais contidas nesta afirmação que encara a historiografia como «uma ficção perspectivista da história» é a da reconstrução da história através das fontes e a subjectividade que essa reconstrução naturalmente envolve, a qual leva um outro historiador, José Barrera a afirmar que «[...] la posibilidad de interpretaciones permanece constantemente abierta. Cada texto puede leerse de diferentes maneras, no existe una única hermenéutica para su lectura, y partiendo de esas lecturas caben diferentes reconstrucciones racionales del pasado» (Barrera in: *História das Ideias* 2000: 22). Seguindo esta perspectiva dinâmica da história como um conjunto de reconstruções possíveis e não definitivas do passado, pensamos que a exactidão e a objectividade absolutas não são possíveis na representação

discursiva dos factos históricos pois, por um lado, esta é o resultado de um processo subjectivo de interpretação, dependente naturalmente da época, do local geográfico, de objectivos, de critérios, de pontos de vista e de particularidades sociais, culturais e mentais do historiador. Por outro lado, este recorre sempre a fontes que, ou são, em si, já o resultado de processos subjectivos, como cartas, diários, memórias, recordações, ou outras formas de fixação vivencial que são, quando muito, representativas de uma parte da realidade⁸.

Dado o carácter subjectivo da representação discursiva da historiografia, coloca-se neste ponto a questão da consideração da historiografia como ciência ou como arte, subentende-se literatura, o que naturalmente remete para a questão da possibilidade de conciliação entre arte e ciência. Esta problemática não é nova, pois já no séc. XIX o historiador Leopold von Ranke lhe concede a sua atenção: «A história diferencia-se das outras ciências por ser, simultaneamente, arte. É ciência, na medida em que recolhe, localiza, penetra; é arte, na medida em que reformula e representa» (*apud* Rüsen, 1990: 3). Este autor separa a História das outras ciências e divide a produção historiográfica em duas fases completamente diferentes. A primeira fase prende-se com a investigação que, segundo ele, utiliza metodologia científica e que, por esse motivo confere à História o estatuto de ciência. A segunda fase tem a ver com a representação discursiva do resultado da investigação, a qual é, claramente, uma recriação da responsabilidade do historiador.

Ao tentar demonstrar a actualidade desta posição de Ranke, o historiador Jörn Rüsen manifesta uma opinião pessoal acerca da historiografia que tenta igualmente conciliar na produção historiográfica a ciência e a arte:

Os historiadores e as historiadoras consideram-se cientistas e não literatos e consideram a sua actividade produtiva

como ciência e não como arte. Por outro lado, não é possível negar e omitir que o produto desta actividade científica são textos, que podem ser entendidos e interpretados como literatura. (Rüsen, 1990: 1)

Esta afirmação de Rüsen denota já uma ligeira influência da concepção pós-modernista ao considerar que os textos historiográficos poderão ser interpretados e entendidos como literatura.

Também em Portugal as questões da metodologia, da cientificidade ou da literarização da historiografia têm merecido a atenção de alguns historiadores. José Mattoso considera que a história deve aspirar a uma certa cientificidade na sua metodologia e na sua argumentação, fazendo uso de algumas ciências exactas, especialmente na reconstrução das estruturas gerais e das normas para, a partir daí poder estudar os fenómenos particulares:

A determinação do normal, da regra ou do sistema tem de se basear em numeramentos empíricos completos, quer dizer de contar com todos os dados disponíveis e não apenas com amostragens arbitrária ou impressionisticamente escolhidas. Nada disto se pode fazer sem uma aplicação rigorosa dos métodos quantitativos e estatísticos. [...] Todos estes processos servem, em última análise, para distinguir o geral do individual, o modelo das suas variantes, o normal do excepcional, a regra da excepção, o mesmo do outro. Trata-se, portanto de um processo baseado fundamentalmente na matemática ou na geometria. [...] Os computadores vêm, então, em nosso auxílio para executarem uma parte da tarefa, porque a quantidade de dados a examinar excede, cada vez mais, a capacidade individual. (Mattoso 1997: 36-37)

A adaptação das novas tecnologias e do rigor numérico baseado nas metodologias das ciências exactas ao estudo da história é, pois, «[...] a base da argumentação em História, e portanto o critério fundamental da sua

eficácia, ou seja, da sua comunicabilidade» (Mattoso 1997: 38). Contudo, segundo este autor, a História está sujeita a determinadas condicionantes que não lhe permitem aspirar ao estatuto de ciência:

A busca da positividade em História não deve, porém, fazer esquecer que ela só alcança o passado por intermédio de sinais e representações mediadoras da realidade e não por um exame directo da própria realidade. Esses sinais são as marcas da passagem do Homem, mas são também as próprias representações verbais ou mentais que permitem escolher entre eles os que são considerados representativos. A História é, portanto, uma representação de representações. É um saber, e não propriamente uma ciência. (Mattoso 1997: 38)

Nesta citação está implícita a impossibilidade do acesso ao passado, considerado como algo único e irrepetível, sendo unicamente através das fontes, que Mattoso considera representações, logo naturalmente subjectivas, que é possível interpretar e representar o passado. Luís Torgal manifesta, numa crítica a José Mattoso, a convicção de que a história é, simultaneamente ciência e literatura:

[...] será necessário desprezar o termo «ciência» quando se fala da história, para a relegar para a categoria de «saber»? Julgamos que não e que entendê-la como arte não implica que não a devamos incluir na categoria de ciência, depois de nos termos libertado já da concepção positivista e «moderna» de ciência [...]. A história será ciência e arte, será uma «literatura científica», conforme lhe chamámos. (Torgal 1996: 368-369)

Será interessante notar que esta posição de Torgal tem alguma semelhança com a de Leopold von Ranke, um século antes, tal como referimos. Já o historiador Hayden White é contrário à consideração dos estudos históricos como ciência, devido aos factores subjectivos neles envolvidos: «The connection between interpretation, narration, and understanding provides

the theoretical rationale for considering historical studies as a special kind of discipline and for resisting the demand (made by positivists and Marxists) for the transformation of historical studies into a science» (White 1990: 60). Para além dos motivos enunciados, White considera que esta questão tem implicações ideológicas, pois acha que o propósito de transformação da história numa ciência promove um pensamento político progressivo, ao passo que a resistência a esse propósito pode ser considerada conservadora (White 1990: 60). Rejeitando, assim, a classificação da história como ciência, este autor considera a relação entre historiografia e literatura ténue e difícil de definir (White 1990: 44).

Abordando a problemática da relação entre história e literatura Jürgen Kocka aponta as que considera serem as principais diferenças entre o trabalho de um historiador e o trabalho de um escritor de romances, mesmo de romances históricos, afirmando que essas diferenças constituem a cientificidade da historiografia. Em primeiro lugar este autor refere as regras a que o historiador se deve sujeitar:

Ao contrário dos autores de romances, os historiadores têm de se preocupar com a comprobabilidade empírica e com a verificação de todas as suas afirmações. Pelo contrário, parece-me que o escritor de romances tem, se desejar, muito mais liberdade no tratamento do seu assunto e não se encontra ligado a tais regras de comprobabilidade. (Kocka 1990: 25)

Concordamos absolutamente com esta afirmação relativamente à questão da comprobabilidade das fontes na historiografia e nos romances. No entanto, tal afirmação já seria questionável se a comparação fosse feita entre historiografia e literatura, muito especialmente entre a historiografia e a *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger, pois consideramos que a referencialidade e a sua consequente comprobabilidade se encontram entre as características mais marcantes

deste tipo de literatura. Uma segunda diferença, apontada por Jürgen Kocka, é: «A recepção dos trabalhos dos colegas e a sua consequente discussão pertencem necessariamente ao trabalho do historiador. Pelo contrário, parece-me que o escritor de romances, se preocupa muito menos com o discurso dos seus colegas» (Kocka 1990: 25-26). Esta parece-nos ser uma diferença importante, pois o historiador não deve ter em consideração apenas a sua investigação, mas também outros trabalhos importantes já existentes acerca do objecto da sua pesquisa, devendo referir-se-lhes ou mesmo tomar posição em relação a eles, confirmando, delimitando, contradizendo ou desenvolvendo as teses neles contidas. Já em relação à literatura, embora seja normal a ocorrência de uma maior ou menor intertextualidade em relação a outros autores, e embora por vezes ocorram citações e referências explícitas a outros escritores⁹, não é normal o comentário frequente do resultado do trabalho de outros autores nem a utilização de notas de rodapé para se lhes referir.

Um outro paralelo que pensamos ser possível fazer é entre os diários de Ernst Jünger e as crónicas da Idade Média¹⁰. Em primeiro lugar o discurso segue a ordem cronológica, apresentando os acontecimentos pela ordem da sua ocorrência. Em segundo lugar os factos narrados não são interligados de forma a produzir conclusões, deixando para o leitor a tarefa de, retrospectivamente reflectir acerca dos factos apresentados, relacionando-os e interligando-os com o seu início e o seu final, retirando daí as suas próprias conclusões.

A Ideologia na historiografia e na *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger

.....
 A *American Academic Encyclopedia* define ideologia como «[...] a system of beliefs that aspires to explain and to change the world» (1991, volume 11:

30) e dá como exemplos de ideologia o conservadorismo, o liberalismo, o socialismo democrático, o comunismo, o fascismo, o anarquismo e o nacionalismo (cf. 1991, volume 11: 30-31). Abrangendo o conceito de ideologia formas tão diferenciadas de convicções, é natural que um modo de representação como a narração, ao qual se reconhecem enormes potencialidades na transmissão de ideias e convicções, tenha sido, ao longo do tempo, o paradigma do discurso ideológico.

A prática discursiva da historiografia nos últimos dois séculos confirma exactamente que o discurso historiográfico tem sido profundamente influenciado por correntes como o romantismo, o positivismo, ou o pós-modernismo e por ideologias como as acima mencionadas. Verificamos, assim, tanto em termos sincrónicos como diacrónicos, uma grande heterogeneidade quer na forma quer no conteúdo do discurso historiográfico, o qual tem sido um reflexo dessas correntes e ideologias. Por esse motivo José Mattoso afirma que, por exemplo relativamente a Portugal «[...] se verifica a quase completa ausência de uma tradição historiográfica não ideológica» (Mattoso 1997: 32). Hayden White considera que a historiografia não é uma forma discursiva neutra ou ideologicamente inocente¹¹, mas sim baseada em escolhas ontológicas e epistémicas com diferentes implicações ideológicas ou políticas (Cf. White 1990: ix). Assim, qualquer representação discursiva em historiografia basear-se-á em escolhas que determinam o conteúdo ideológico ou político do discurso. Também neste aspecto existe semelhança entre o discurso historiográfico e a *Kriegsliteratur* da República de Weimar que, em maior ou menor grau, denota sempre uma ideologia, pois a sua temática, a Guerra de 1914-18 foi um acontecimento político com implicações ideológicas, cuja representação implicou sempre escolhas aos níveis do conteúdo e da forma, que marcaram o seu conteúdo ideológico. Na Alemanha, a Grande

Guerra (naturalmente com o seu desfecho, a derrota militar e todas as consequências políticas, económicas, morais e sociais a ela associadas) foi o ponto de partida para a criação de uma nova ideologia com expressão literária, da qual Ernst Jünger foi um dos fundadores e um dos mais activos representantes, tal como afirma Kurt Sontheimer:

Na formulação desta profunda relação entre o Novo Nacionalismo e o local e a data do seu nascimento, a Grande Guerra, a obra de Ernst Jünger ocupa excepcionalmente um lugar de destaque. Ele foi, sem dúvida, entre todos os intérpretes das vivências da guerra, o mais terrível e o mais eficaz. Na sua obra a ideologia da vivência da guerra experimentou a sua maior condensação e a sua expressão plástica. (Sontheimer 1994: 102)

Esta «Ideologia da vivência da guerra», também chamada «Novo Nacionalismo», de modo a demarcá-lo em relação ao nacionalismo anterior à guerra e ao patriotismo de 1914, tinha como principais objectivos a luta contra a República de Weimar e o liberalismo e o estabelecimento de um estado ditatorial regido pelos ideais dos soldados que tinham combatido na linha da frente. Na obra literária de Jünger esta ideologia ainda é muito incipiente nos diários de 1914-18, já é bastante perceptível na primeira versão de *In Stahlgewittern* (1920) e em *Der Kampf als inneres Erlebnis* (1922), torna-se muito acentuada na terceira versão de *In Stahlgewittern* (1924), em *Feuer und Blut* (1925) e *Das Wäldchen 125*, atingindo a sua máxima expressão e radicalismo na chamada *politische Publizistik* entre 1925 e 1927.

O Conteúdo da Forma

No seu conjunto de ensaios intitulado *The Content of the Form*, Hayden White tenta demonstrar que a forma de um texto, especialmente de um texto artístico, é essencial para o signi-

ficado do seu conteúdo. Deste modo, segundo White, «The form of the poetic text produces a meaning quite other than whatever might be represented in any prose paraphrase of its literal verbal content» (White 1990: 43). Da mesma forma, Gerhard Kurz advoga que, relativamente a uma expressão metafórica, esta nunca poderá, sem perda do seu significado original, ser substituída pelo seu significado literal: «A expressão metafórica não pode ser substituída sem perda de significação» (Kurz 1997: 8). A ideia subjacente a estas duas afirmações, que subscrevemos inteiramente, e seguindo a linha de argumentação de White, é que um texto artístico contém, em si, um maior conteúdo significativo do que um texto científico ou informativo porque o primeiro contém muito mais códigos e níveis de codificação do que os segundos. Assim, segundo White, «It follows that to change the form of the discourse might not be to change the information about its implicit referent, but it would certainly change the meaning produced by it» (White 1990: 42), ou seja, existe um conteúdo informativo na forma do discurso, que deve ser sempre tido em consideração e que este autor resume da seguinte forma: «Thus envisaged, the content of the discourse consists as much of its form as it does of whatever information might be extracted from a reading of it» (White 1990: 42). A forma tem, assim, segundo este autor, e com especial incidência no discurso artístico, um conteúdo próprio, que é absolutamente indispensável para a decifração e entendimento da sua mensagem informativa.

Partindo desta base argumentativa acerca do conteúdo da forma, de Hayden White, pretendemos testar, num outro local¹², a validade da sua teoria, defendendo a tese de que, no caso específico da *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger, de que a obra *In Stahlgewittern* nas suas diferentes versões é o melhor exemplo, a parte mais substancial do seu conteúdo ideológico, heróico e

mítico reside na sua forma, especialmente na sua metaforização. Com esse objectivo, tentaremos demonstrar que foi através da reescrita dos diários, a qual envolveu um complexo processo de literarização, que a informação neles contida recebeu o seu conteúdo ideológico, heróico e mítico. Desse modo, ao mudar a forma de uma base informativa comum, Ernst Jünger alterou profundamente o seu conteúdo na primeira versão de *In Stahlgewittern*, na qual predomina o cunho heróico. Este processo mutativo continuou através da frequente reescrita da obra, de que resultaram uma versão onde predomina um cunho profundamente ideológico (versão de 1924) e versões onde é mais realçado o cunho mítico da vivência da guerra (versões de 1934, 1961 e 1978).

Conclusão e Propostas Metodológicas

Pensamos que, nesta reflexão ficaram claramente demonstradas algumas afinidades entre a historiografia e a literatura e muito especialmente entre a historiografia e a *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger, cujo exemplo mais relevante é a obra *In Stahlgewittern*. Tal verifica-se ao nível da subjectividade na apreensão e interpretação dos factos históricos e respectivas vivências, do tipo de narração resultante da combinação de um assunto real com linguagem poética, da referencialidade e comprobabilidade das fontes, das estratégias discursivas e do conteúdo ideológico. Nestas circunstâncias consideramos pertinente a comprovação prática, na obra *In Stahlgewittern* e suas diferentes versões, da formulação teórica de Hayden White, de que o conteúdo reside na forma. Por conteúdo entendemos a carga ideológica, heróica e mítica transmitida pela obra e passível de ser apreendida pelo leitor. E por forma entendemos, numa primeira fase, o resultado do processo de literarização dos diários de guerra de Jünger, que resultou na primeira versão

da obra em 1920 e, numa fase posterior, o resultado de cada processo de literarização das versões posteriores, cada um deles tendo como ponto de partida a versão anterior da obra e o recurso às fontes proporcionadas pelo diário original.

Provada que está a existência de semelhanças e características formais e de conteúdo comuns entre a historiografia e a *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger, achamos conveniente a adopção, para o estudo desta última, de metodologias já há muito utilizadas nos estudos historiográficos, mas até agora negligenciadas pelos estudos literários. Pelo exposto e devido ao facto de que a análise de processos envolve naturalmente o contacto com dados possíveis de quantificar e de tratar estatisticamente, propomos a introdução, no estudo de análise comparativa dos processos de literarização da *Kriegsliteratur*, do tratamento e análise dos dados estatísticos referentes a esses processos, através da interpretação de gráficos, com o objectivo de obter dados quantitativos que permitam sustentar os resultados da análise qualitativa. Seguimos, nesta proposta metodológica, a observação de José Mattoso, de que na análise de processos, nomeadamente nos estudos historiográficos, se deve fazer uma «[...] aplicação rigorosa dos métodos quantitativos e estatísticos» (Mattoso 1997: 36-37). Desta forma estaremos a dar alguma contribuição para o diálogo interdisciplinar, nomeadamente ao nível de algumas formulações metodológicas, entre história e literatura.

1 A *Kriegsliteratur* (literatura sobre a Primeira Guerra Mundial na Alemanha) foi um tipo específico de literatura que se iniciou durante a guerra e se prolongou até ao início dos anos trinta. Inicialmente a *Kriegsliteratur* era constituída por cartas dos combatentes, por crónicas, relatos e diários e correspondiam a uma necessidade do público acerca de notícias da frente de batalha. Por isso eram exigidas verdade e

autenticidade aos seus autores. Mais tarde evoluiu para géneros mais complexos como a autobiografia e o romance. No pós-guerra a *Kriegsliteratur* ficou marcada especialmente pelas suas posições ideológicas militaristas e nacionalistas, por um lado, ou pacifistas, por outro, o que em si era um reflexo da profunda divisão politico-ideológica da Alemanha. Neste contexto, Ernst Jünger com a sua *Kriegsliteratur* ocupa um lugar de especial destaque como principal representante do Novo Nacionalismo. Tendo-se tornado famoso como um dos oficiais subalternos mais condecorados, Ernst Jünger escreveu várias obras autobiográficas, das quais *In Stahlgewittern* foi a mais importante e a qual reescreveu oito vezes, dando origem a oito versões diferentes, a partir da literarização dos seus diários escritos durante a guerra. A *Kriegsliteratur* de Ernst Jünger, na qual se fundem literatura, filosofia e ideologia é hoje importante para o estudo da Grande Guerra e dos conturbados anos vinte na Alemanha e, sobretudo para o estudo de um autor que, tendo vivido até 1998, se tornou um dos mais conhecidos e mais polémicos escritores alemães do último século.

2 Por exemplo Jürgen Kocka afirma: «A diferença entre textos historiográficos e textos literários, de certa forma, deixou de se fazer sentir» (Kocka 1990: 24). Nesse sentido vai também a opinião da historiadora brasileira Sandra Jatahy Pesavento: «Textos históricos comportam recursos ficcionais e textos literários cercam-se de estratégias documentais de veracidade [...] as fronteiras em parte se diluem quando entrecruzamos história e literatura» (Pesavento in: *História das Ideias* 2000: 56).

3 «A forma de narração aparece-nos na história, nas notícias dos jornais, na biografia e autobiografia, e noutros escritos de índole análoga, mas é sobretudo característica de géneros tais como a anedota, o conto de fadas, a fábula, a lenda, o conto, a novela e o romance» (Shaw 1982: 312).

4 Tal como afirmam Martinez/Scheffel: «A narração pode incidir sobre acontecimentos reais ou imaginários» (Martinez/Scheffel 2003: 10)

5 Também de acordo com Martinez/Scheffel: «A narração pode utilizar a lingua-

gem do dia a dia ou a linguagem poética» (Martinez/Scheffel 2003: 10).

6 Neste trabalho todas as traduções de textos alemães para o português são de nossa responsabilidade.

7 Veja-se Polkinghorne: «As teorias Pós-Modernas enterraram completamente a concepção, segundo a qual os historiadores podiam fornecer descrições objectivas e exactas de acontecimentos passados. Elas antes sugerem que a descoberta da verdade factual acerca de acontecimentos históricos é uma questão altamente problemática, pois a construção do conhecimento está sempre dependente dos valores e das intenções do investigador» (Polkinghorne in: Straub 1998: 12). Veja-se também White (1990: 33), que afirma que as correntes pós-modernas consideravam a narrativa um instrumento ideológico.

8 Neste contexto fundamentamos também a nossa posição na perspectiva de Jürgen Kocka: «As ideias dominantes dos historiadores e dos seus tempos estruturam muito mais cada interpretação abrangente do que o fazem as próprias fontes» (Kocka 1990: 25).

9 Em *In Stahlgewittern* Ernst Jünger faz por vezes referências a outros escritores, ou obras como *Don Quixote* (Sta I: 57), *Le vau tour de la Sierra* (Sta I: 101), *Grimmelshausens Simplicissimus* (Sta I: 168), citando mesmo Nietzsche (Sta I: 87), Ariosto (Sta I: 101) e Mephisto (Sta I: 109).

10 Tomamos em consideração as características atribuídas por Hayden White às crónicas medievais: «First the order of the discourse follows the order of chronology; it presents events in the order of their occurrence and cannot, therefore, offer

the kind of meaning that a narratologically governed account can be said to provide. Second, probably owing to the “annalistic” order of the discourse, the account does not so much conclude as simply terminate» (White 1990: 17).

11 «And one of the things one learns from the study of history is that such study is never innocent, ideologically or otherwise, whether launched from the political perspective of the Left, the Right, or the Centre» (White 1990: 82)

12 Tese de Doutoramento a apresentar à FCSH da Universidade Nova de Lisboa, intitulada “Vivência Biográfica, Escrita Diarística e Representação Estética. A Grande Guerra e o Processo de Literarização em Ernst Jünger.

Referências Bibliográficas:

- ACADEMIC AMERICAN ENCYCLOPEDIA (1991), Vol. 11, USA, Grolier Incorporated.
- BARRERA, José Carlos Bermejo (2000), «Hacer historia, hablar sobre historia» in *Revista de História das Ideias*, Volume 21, Faculdade de Letras, Coimbra, pp. 7-31.
- GENETTE, Gérard (1998), *Die Erzählung*, Wilhelm Fink Verlag, München.
- JÜNGER, Ernst [Erstausgabe 1925], «Das Wäldchen 125» in Jünger, Ernst (1961), *Tagebücher I, der erste Weltkrieg*, Ernst Klett Verlag, Stuttgart, pp. 313-453.
- JÜNGER, Ernst, [Erstausgabe 1922], «Der Kampf als inneres Erlebnis» in Jünger, Ernst (1961), *Essays I*, Ernst Klett Verlag, Stuttgart, pp. 11-108.
- JÜNGER, Ernst [Erstausgabe 1925], «Feuer und Blut» in Jünger, Ernst (1961), *Tagebücher I, der erste Weltkrieg*, Ernst Klett Verlag, Stuttgart, pp. 457-556.
- JÜNGER, Ernst (1920), *In Stahlgewittern. Aus dem Tagebuch eines Stoßtruppführers* (1. Fassung), Selbstverlag des Verfassers, Hannover,.
- JÜNGER, Ernst (2001), *Politische Publizistik*, Klett-Cotta Verlag, Stuttgart.
- KOCKA, Jürgen (1990), «Bemerkungen im Anschluss na das Referat von Dietrich Harth» in Eggert, Hartmut et al. (Hrsg.), *Geschichte als Literatur – Formen und Grenzen der Repräsentation von Vergangenheit*, Metzler Verlag, Stuttgart, pp. 24-28.
- KURZ, Gerhard (1997), *Metapher, Allegorie, Symbol*, Vandenhoeck & Ruprecht, Göttingen.
- MATTOSO, José (1997), *A Escrita da História – Teorias e Métodos*, Editorial Estampa, Lisboa.
- MARTINEZ, Matias e SCHEFFEL, Michael (2003), *Einführung in die Erzähltheorie*, 4, Verlag Beck, Auflage, München.
- PESAVENTO, Sandra Janathy (2000), «Fronteiras da ficção. diálogos da história com a literatura» in *Revista de História das Ideias*, Volume 21, Faculdade de Letras, pp. 33-57.
- POLKINGHORNE, Donald E. (1998), «Narrative Psychologie und Geschichtsbewußtsein» in Straub, Jürgen, *Erzählung, Identität und historisches Bewußtsein*, Suhrkamp Verlag, Frankfurt, pp. 12-45.
- RÜSEN, Jörn (1990), «Rhetorik und Ästhetik der Geschichtsschreibung: Leopold von Ranke» in Eggert, Hartmut et al. (Hrsg.), *Geschichte als Literatur – Formen und Grenzen der Repräsentation von Vergangenheit*, Metzler Verlag, Stuttgart, pp. 1-11.

SHAW, Harry (1982), *Dicionário de Termos Literários*, Dom Quixote, Lisboa.

SILVA, Aguiar (1990), *Teoria da Literatura*, Almedina, Coimbra.

SONTHEIMER, Kurt (1994), *Antidemokratisches Denken in der Weimarer Republik*, Deutscher Taschenbuch Verlag, München.

TORGAL, Luís Reis *et. al.* (1996), *História da História em Portugal – Sécs. XIX-XX*, Círculo de Leitores, Lisboa.

WHITE, Hayden (1990), *The Content of the Form – Narrative Discourse and Historical Representation* John Hopkins University Press, Baltimore.

A UTOPIA MORREU. VIVA A UTOPIA? DA NECESSIDADE DE UM NOVO PARADIGMA UTÓPICO

O desgaste que sofreram as ideologias políticas no século passado e o descrédito generalizado na capacidade do Homem de conceber e realizar uma sociedade perfeita, capaz de garantir a felicidade a todos os seus cidadãos, ditaram o declínio do tradicional paradigma da utopia literária. Permanece a questão se a utopia será capaz de se reinventar e continuar a fazer sentido enquanto tal, e se valerá ainda a pena o esforço, mesmo que vão, de imaginar sociedades mais justas e felizes.



Cristina Firmino - ESGHT

Os estudos utopianos caracterizam-se essencialmente pela sua multidisciplinaridade incluindo a literatura, a filosofia, a política, a história, a sociologia, a arquitectura, e a religião. Essa miríade de campos tem por consequência uma dificuldade em estabelecer o objecto de estudo, o posicionamento teórico e a metodologia a utilizar. A definição do conceito, frequentemente evitada pelos comentadores, tem implicações importantes para o desenvolvimento dos estudos.

O conceito de utopia é um dos mais difíceis de definir. A ambiguidade nasce com o próprio termo, cunhado por Thomas More, e título de uma obra sua (de 1516) considerada a primeira utopia literária. O termo foi criado a partir de duas palavras combinadas - *outopos* e *eutopos* – o não-lugar e o bom lugar. A utopia é, então, literalmente, um bom lugar que não existe.

Outros autores, como John Carey, que edita e introduz *The Faber Book of Utopias* (Carey, 1999: xi) recusam esta dupla filiação da palavra utopia e afirmam que a palavra deriva de *outopia* tendo existido uma confusão com a partícula grega *eu*. Assim, a

utopia designa um lugar imaginário não existente, seja ele bom ou mau, e o termo distopia terá nascido de um mau entendido do termo utopia. O que distingue, segundo Carey, os bons e maus lugares imaginários da utopia de outros lugares imaginários ficcionais é que a utopia tem que ser necessariamente a expressão de um desejo ou a expressão de um medo. Também Gregory Claeys e Lyman Tower Sargent adoptam uma posição semelhante na introdução a *The Utopia Reader*, de que são editores. Para estes autores, o "utopianismo é geralmente a projecção imaginativa, positiva ou negativa, de uma sociedade que é substancialmente diferente daquela em que o autor vive" (Clayes e Sargent, 1999: 1) A palavra *utopia* ou *outopia* derivará do grego *u* ou *ou*, não, e *topos*, lugar. Thomas More terá feito um jogo de palavras com *eutopia*, ou bom lugar, que deu origem a que fosse criado o termo distopia. A principal característica da utopia será "a sua não existência combinada com um *topos* – uma localização no tempo e no espaço – para lhe dar verosimilhança." O que distingue a utopia da outra ficção é que o lugar

deve ser reconhecidamente bom ou mau para o leitor.

Outro estudioso da utopia, Rogelio Blanco Martínez, comenta também a polémica etimologia do termo. Segundo este autor, Thomas More terá intitulado a obra provisoriamente com um título em latim – *Nusquam* – que significa "em nenhuma parte". Depois de ter terminado a obra terá escolhido o termo grego *utopia*, de acordo com as tendências cultistas da época. Assim intitulou a obra *De optimo republicae statu deque nova in sola Utopia*. Uma vez que o termo de origem foi *Nusquam* e não *eu-topos*, país feliz, Blanco Martínez conclui que More construiu o termo a partir da partícula *ou* e do termo *topos*, demonstrando assim duvidar da existência de um lugar tão perfeito. Por outro lado, More estaria consciente da confusão que provocou ao cunhar um termo homófono de *ou-topia*, lugar de nenhuma parte, e de *eu-topia*, lugar feliz, tanto mais que poderia ter optado por *atopia*. Possivelmente não terá querido excluir totalmente a hipótese de existência de uma tal sociedade.

O interessante da origem etimoló-

gica do termo é que encerra já em si a polissemia e ambiguidade que o vai caracterizar ao longo dos séculos, e até hoje o termo conseguiu eximir-se a uma definição que possa ser aceite pacificamente pela comunidade académica.

Os comentadores enfrentam ainda outro tipo de dificuldade: o uso quotidiano do termo, por força do desgaste das ideologias dos finais do século XIX e do século XX, acaba por dificultar uma definição livre de preconceitos. A utopia ganhou uma conotação pejorativa e passou a definir algo de inalcançável e que, como tal, constitui um sonho vão. Como afirma Ruth Levitas, o jogo de palavras de Thomas More, que combina *outopos* e *eutopos*, como o bom lugar que não é lugar, é transformado no bom lugar que não pode ser lugar, e que, ao tentar ser lugar se transforma no seu oposto, na distopia (Levitas, 2003: 3). Generalizou-se a ideia que a tentativa de colocar a utopia em prática pode levar à fundação de regimes políticos totalitaristas e profundas injustiças sociais. Faz-se equivar a utopia a Nazismo, Estalinismo e, por analogia a Comunismo e Socialismo. Em geral, utópico corresponde a quimérico, irrealizável, sendo o utopista aquele que ignora a realidade humana e a dinâmica social.

Mesmo uma utilização quotidiana mais neutral e apolítica do termo não está isenta de problemas: o conceito de utopia utilizado em linguagem coloquial aproxima-se do jogo de palavras inventado por More, o bom lugar que não existe, ou seja, uma ideia agradável mas totalmente irrealista, uma quimera, um sonho vão.

Apesar da aparente unanimidade do uso coloquial do conceito, em termos de história do pensamento, a utopia é um dos conceitos mais ricos e profícuos. Filósofos como Bloch ou Mannheim, aos quais voltarei mais tarde, entendem o conceito de utopia de uma forma muito lata, considerando-a como a tentativa de atingir a felicidade, a satisfação de um desejo, ou seja,

como uma característica universal do Homem.

A definição de utopia pode ter em conta três aspectos distintos: o conteúdo, a forma e a função. No que concerne ao conteúdo, de uma maneira geral, assume-se que a utopia deverá ser a descrição de uma sociedade melhor (ou, para outros comentadores de uma sociedade melhor ou pior) que a do seu leitor contemporâneo. Não obstante, o conceito de uma boa sociedade é muito relativo, dependendo do gosto pessoal, dos interesses de distintos grupos sociais, das circunstâncias históricas ou das convenções sociais contemporâneas da utopia. Apesar de ser um dos aspectos mais importantes da utopia, na medida em que implica um posicionamento ético por parte do leitor, o pensar na possibilidade de construir um mundo melhor e se esse mundo representado na utopia seria realmente melhor que aquele em que vive o leitor, dificilmente as definições de utopia baseadas no conteúdo podem ser operativas, tendo em conta a amplitude das variações. Como afirma Levitas, as definições relacionadas com o conteúdo têm propensão a ser valorativas e normativas, especificando o que a boa sociedade deve ser, em vez de reflectir sobre como pode ser entendida de distintas formas (Levitas, 1990: 4).

De modo a delimitar um campo de estudo coerente, Krishan Kumar (Kumar, 1999: 18-19) define utopia tendo em consideração a forma: a utopia é uma ficção literária, geralmente um romance. Este género literário vem na tradição inaugurada pelo texto de More, e todos os textos subsequentes têm como referente esta tradição, confinada, segundo Kumar, ao ocidente.

Kumar considera que a utopia vai recuperar elementos de outras formas de descrição de mundos melhores (Kumar, 2003: 63-77): Cockayne contribui com o elemento do desejo e apresenta um mundo de prazeres sem limites. O Paraíso e Idade do Ouro contribuem com o elemento da harmonia. O Ho-

mem vive em estado de paz, felicidade e respeito pelos outros homens e pelo que o rodeia. O ser humano é apresentado, ao contrário de Cockayne, como um ser de necessidades simples. O Millenium contribui com o elemento esperança. Apresenta uma esperança escatológica que permite enfrentar a catástrofe e o cataclismo. A Cidade Ideal contribui com o elemento do design. Baseia-se na premissa que a sociedade ideal tem que ser edificada de forma sistemática. A Cidade Ideal procura abarcar todos os conhecimentos, as artes e a poesia.

Ainda que estes elementos estejam normalmente presentes na utopia, Kumar argumenta que esta não é uma simples recombinação destes elementos e que o género literário apresenta características muito próprias e únicas:

- A utopia é, por definição, uma ficção: apresenta mundos possíveis, mas não reais. Vai mais longe do que a ficção convencional pois “estica” os limites do possível para incluir o que parece impossível ou improvável. Pode-se distinguir, por oposição a esta característica ficcional, a categoria de “teoria social utópica” (*utopian social theory*) na qual se podem incluir os textos de Rousseau, Owen, Fourier, Marx, etc.

- A utopia moderna é como um “mapa” da sociedade boa. Nesta medida é prescritiva. Realiza no plano político, social e de organização espacial, todos os requisitos de justiça e de bondade. Providencia o bem-estar material e espiritual à população. Kumar considera a utopia como uma forma literária colocada ao serviço da análise e da crítica social.

- A utopia, ao contrário de outras formas de cultura popular, como as imagens de Cockayne e Schlarnfenland, El Dorado ou Shangri-La, apresenta uma certa sobriedade, uma “certa vontade de andar a par com as realidades correntes” (Kumar, 2003: 64). Enquanto liberta a imaginação, também estabelece limites, e esta é, para este comentador, a fonte da

sua fascinação e da sua força (*idem, ibidem*).

-Está muito para além do meramente onírico, na medida em que estabelece sempre uma relação com a realidade, seja porque oferece um contraponto a um presente que é assim exposto em toda a sua imperfeição, seja ainda porque remete para uma dimensão futura. O seu valor não está na sua relação com o presente mas sim com um futuro possível (Kumar, 1999: 2-3).

Outra definição já clássica de utopia, também relacionada com a forma, e que se encontra frequentemente citada por outros estudiosos é a de Raymond Trousson, apresentada em seguida:

“nous proposons de parler d’utopie lorsque, dans le cadre d’un récit (ce qui exclut les traités politiques), se trouve décrite une communauté (ce qui exclut la robinsonade), organisée selon certains principes politiques, économiques, moraux, restituant la complexité de l’existence sociale (ce qui exclut l’âge d’or et l’arcadie), qu’elle soit présentée comme idéal à réaliser (utopie constructive) ou comme la prévision d’un enfer (l’anti-utopie moderne), qu’elle soit située dans un espace réel, imaginaire, ou encoire dans le temps, qu’elle soit enfin décrite au terme d’un voyage imaginaire vraisemblable ou non” (Trousson, 1979 : 28)

Trousson considera, então, como pertencente ao género da utopia apenas os textos que seguem escrupulosamente o modelo do texto de Thomas More.

Alberto Manguel (Manguel, 2000: 20-23) apresenta, no entanto, uma filiação diferente para a utopia. Segundo este autor, em entrevista para a *Magazine Littéraire*, num número de 2000 quase inteiramente dedicado à utopia, as narrativas fundadoras da utopia são a *Utopia* de Thomas More, *Robinson Crusoe* de Daniel Defoe e *Gulliver’s Travels* de Jonathan Swift. Esta tripla filiação vai, naturalmente, implicar uma definição mais ampla do género da utopia. Uma utopia pode

ser uma sociedade ideal, como no caso de Thomas More, um mundo de um homem só, onde se reconstrói a sociedade, como no caso de Daniel Defoe, ou uma “sociedade-espelho”, onde os mundos descritos são reflexos de certos aspectos da nossa sociedade. Segundo Manguel, são estes os únicos modelos de utopia que existem até agora e todas as utopias ulteriores seguem um deles.

J.C. Davis faz, em *Utopia and the Ideal Society* (Davis, 1981: 11-40) uma tentativa de definir utopia, destacando-a de outras representações de sociedades ideais. Utiliza um critério muito interessante de distinção entre estas representações: a forma como tratam aquilo a que chama “scarcity gap”, ou seja, o abismo entre os desejos dos indivíduos e as satisfações, limitadas pela disponibilidade dos recursos, abismo este que, opina Davis, todas as sociedades reais ou imaginárias têm que suprir. Davis identifica quatro tipos de sociedade ideal e uma quinta, a utopia. O primeiro é a terra de Cockayne, que contém elementos comuns com as descrições de paraísos terrenos, como a amenidade do clima, a abundância de água e alimentos, a juventude eterna, a dificuldade do acesso. As satisfações dos desejos são ilimitadas.

O segundo tipo de sociedade ideal é a Arcádia. Aqui, ainda que o clima permaneça ameno, a abundância é mais moderada. A Arcádia preconiza a satisfação das necessidades reais do Homem, e a distinção entre estas e as fúteis e supérfluas. Davis considera que, enquanto Cockayne é indulgente, a Arcádia é escapista, ou seja, enquanto a primeira não reconhece que há um limite de recursos, a segunda não reconhece que não há limite para os desejos humanos.

A terceira categoria mencionada por Davis é a “comunidade moral perfeita” (*the perfect moral commonwealth*). O problema do “scarcity gap” é resolvido através da reforma dos indivíduos. Limita-se o “apetite” dos

indivíduos resolvendo um problema colectivo. O quarto tipo de sociedade é o Millenium, que considera um caso distinto, já que, mais do que um tipo de sociedade, apresenta uma transição e uma preparação para uma outra sociedade.

Para este estudioso, nenhuma das categorias referidas constitui uma utopia porque todas são irrealistas. A utopia será, então, realista já que aceita o problema básico de que há satisfações limitadas para desejos ilimitados. O que caracteriza a utopia é a tentativa de divisar um conjunto de instituições políticas e sociais que regulem os conflitos de interesses pessoais e colectivos. Davis não considera que as utopias tenham necessariamente que tomar a forma de ficções literárias, e muitos dos textos que apresenta na sua antologia não o são. O que distingue a utopia é a forma como aborda o problema colectivo e a sua tentativa de o solucionar através da organização.

Já mencionámos definições de utopia que têm em conta o conteúdo e, principalmente, aquelas que têm em conta a forma. Resta definir a utopia em termos da sua função. Para José Eduardo Reis, a função última da utopia literária é “ilustrar, no âmbito da imaginação, o melhor possível (ou, ao contrário, o pior possível) nas diferentes esferas da existência (com ênfase na social), por meios de uma derrogação crítica ou interpretação alegórica do que é feito conhecido ou já é conhecido” (Reis, 2002: 11). As utopias literárias, e particularmente as distopias, funcionam como poderosas críticas sociais ao *status quo*, revelando as suas injustiças e horrores através da distância de perspectiva, tanto mais que na descrição de um mundo distinto e mais perfeito o leitor tem como referente constante o seu próprio (no caso das utopias) ou ainda porque se torna mais fácil discriminar os defeitos de um mundo aparentemente Outro (como no caso das distopias).

Surge muito frequentemente citada uma frase de Oscar Wilde:

A map of the World that does not include Utopia is not even worth glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing. And when Humanity lands there, it looks out, and seeing a better world, sets sail. Progress is the realization of Utopias. (Wilde, 1944: 34)

A utopia surge aqui associada a uma função específica, a de fomentar o progresso.

Uma tradição marxista de autores, como Mannheim e Bloch, define utopia em termos de função. Para Mannheim, a essência da utopia é a sua função transformativa. Define utopia a partir da sua oposição com ideologia, sendo que a ideologia é composta por ideias políticas inspiradas e apoiadas pelo sistema enquanto a utopia é composta pelas ideias que se lhe opõem e que o contestam. Utopia é, então, sinónimo de progresso e dinâmica. “Um estado de espírito é utópico quando demonstra ser incongruente com o estado real dentro do qual ocorre” (Mannheim, [1936] 1960 : 173). Só se designarão com o nome de utopias, aquelas orientações que transcendem a realidade, quando, ao passar ao plano da prática, tendam a destruir, seja parcial ou totalmente, a ordem de coisas existente em determinada época (Mannheim, [1936] 1960 : 173) Mas esse mesmo processo de destruir a realidade leva a uma declinação das utopias: o ajustamento das pessoas à realidade mata a utopia. Mannheim alerta para o facto que a desapareição da utopia produz uma imobilidade em que o homem se transforma em coisa (Mannheim, [1936] 1960 : 236). A utopia funciona como um ímpeto para a transformação social e “ao abandonar a utopia, o homem perderia a vontade de esculpir a história e ao mesmo tempo a sua faculdade de a compreender (Mannheim, [1936] 1960 : 236).

Para Bloch utopia é algo de mais extenso: é a esperança no projecto e a realização desse projecto. O impulso utópico é uma parte intrínseca do que significa ser humano. As expressões

desse impulso são variadas: contos de fadas, alquimia, arquitectura, religião, e música, bem como as utopias sociais como a de More. Introduce uma concepção de utopia mais ampla, não como um “mapa” de uma sociedade perfeita, ou como uma prescrição, mas como a expressão do desejo de uma forma melhor de viver. A utopia é a tendência do homem de projectar um mundo melhor. Também não constitui uma impossibilidade. Para Bloch não se trata do “não ser” (*Nicht-sein*), mas sim do “ainda-não-ser” (*Noch-nicht-sein*), ou seja, fica a possibilidade (*Möglichkeit*) no futuro das nossas aspirações do presente.

O filósofo dinamarquês Søren Kirkegaard sublinha também o valor da instância da possibilidade:

“If I were to wish for something, I would wish not for wealth or power but for the passion of possibility, for the eye, eternally young, eternally ardent, that sees possibility everywhere. Pleasure disappoints; possibility does not.” (Kirkegaard, [1843] 2000: 45)

Todos estes posicionamentos distintos resultam em outras tantas definições do conceito de utopia. Um dos mais conceituados comentadores da utopia, Krishan Kumar, admite que operar com uma ou outra definição de utopia é uma questão de conveniência ou de interesse particular (Kumar, 1993: 34). Por uma questão prática de delimitação de um objecto de estudo, é importante distinguir entre o género da utopia e o modo da utopia. O modo utópico é a faculdade de imaginar, de modificar o real através da hipótese de criação de uma ordem distinta de real. É um exercício mental e está na génese da utopia literária e de todas as outras expressões de pensamento utópico como são os manifestos, as obras de análise social, etc. O género utópico é a representação de um mundo específico, imaginado. É a realização literária de uma especulação abstracta.

O género literário da utopia pressupõe a representação de um mundo

imaginado, ou seja, não existente, descrito com detalhe, geralmente situado no espaço e no tempo, e que possa ser considerado por um leitor contemporâneo como muito melhor ou muito pior do que o seu. Além disso, todas as utopias são subjectivas: o que numa determinada época e por uma determinada pessoa é considerada uma sociedade boa adquirirá um estatuto de pesadelo noutra época e do ponto de vista de outra pessoa.

Em termos de conteúdo, há uma série de “ingredientes” que constituem quase invariantes daquilo a que se denomina o paradigma clássico da utopia. Uma destas invariantes costuma ser a viagem, que assume uma função diegética importante. A estrutura típica de uma utopia implica a deslocação de um viajante a outro espaço (ou outro tempo, uma categoria introduzida por Mercier, com *L’An 2240*, em 1771) onde pode observar uma sociedade muito organizada e melhor do que a sua. Geralmente é-lhe providenciado um guia que o ajuda a compreender as instituições e costumes dessa comunidade. O relato termina frequentemente com o retorno do viajante para relatar aos seus contemporâneos o que viu, como testemunha da possibilidade de construção de uma sociedade mais perfeita.

O espaço ou tempo Outro descrito costuma ser de difícil acesso, e um *topos* frequente é o da ilha. A insularidade (real ou metafórica) demonstra uma necessidade de preservar a comunidade da corrupção e das influências exteriores. A *Utopia* de Thomas More era inicialmente uma península e o acto de demarcação com o resto do mundo através do corte do istmo que a ligava ao continente é simbólico de um desejo de ruptura e de recusa da realidade. Para além disso, ao contrário do mito da ilha paradisíaca, a utopia tem uma dimensão humana e não uma dimensão divina. É um mundo construído pelo homem com o seu próprio engenho e pelo qual teve que lutar.

O tempo descrito é, no paradigma

clássico de utopia, um tempo de perfeição, estático e que não pressupõe uma evolução. A utopia situa-se num presente definitivo, tanto do ponto de vista da cultura como da civilização, já que o equilíbrio e a harmonia dependem da manutenção do *status quo*.

Implica uma organização social, geralmente bastante rígida, representando uma sociedade ordenada e que aspira a uma igualdade de todos os cidadãos e uma uniformização das classes sociais. Busca a felicidade colectiva em detrimento da individual.

A utopia morreu?

Em *The Crooked Timber of Humanity*, Isaiah Berlin parte de uma famosa citação de Kant para apresentar uma das mais contundentes críticas à utopia:

The search for perfection does seem to me a recipe for bloodshed, no better even if it is demanded by the sincerest of idealists, the purest of Herat. No more rigorous moralist than Immanuel Kant has ever lived, but even he said, in a moment of illumination, "Out of the crooked timber of humanity no straight thing was ever made". To force people into the neat uniforms demanded by dogmatically believed-in schemes is almost always the road to inhumanity. We can only do what we can; but that we must do, against difficulties." (Berlin, 1991: 18-19)

Berlin toca no cerne da questão: será o Homem, em toda a sua imperfeição, capaz de imaginar e realizar uma sociedade que seja realmente perfeita? Ou estarão todas as tentativas votadas ao insucesso, sendo mesmo que constituem projectos perigosos e destinados a trazer ainda mais infelicidade e injustiça?

Por outro lado, outra perspectiva bastante mais optimista como a de Francis Fukuyama e o seu proclamado "fim da História" (Fukuyama, 1999) também pode tornar irrelevantes quaisquer outras tentativas de divisar novas formas de convivência entre os

seres humanos. Segundo Fukuyama, a democracia liberal enquanto sistema de governo tem vindo a reunir um largo consenso em todo o mundo, à medida que vai triunfando sobre outras ideologias rivais, como a monarquia hereditária, o fascismo ou o comunismo. A democracia liberal pode constituir, então o "ponto terminal da evolução ideológica da humanidade" e, como tal, o "fim da História". Os problemas das democracias contemporâneas são, para Fukuyama, não um resultado de contradições internas fundamentais, mas sim um problema da aplicação incompleta dos princípios em que se fundamentam: a liberdade e a igualdade. As ideias de Fukuyama têm sido, naturalmente, muito contestadas, pois nem o regime de democracia e capitalismo liberal que descreve está perto da perfeição, nem o tal consenso de que falava está iminente, como o demonstram os terríveis acontecimentos do início deste milénio, como os ataques terroristas que se têm perpetrado um pouco por todo o mundo. No entanto, e recordando as famosas palavras de Winston Churchill: "Democracy is the worst form of government except for all those others that have been tried". Apesar de todas as suas falhas, torna-se difícil conceber um mal menor que a Democracia, quanto mais uma sociedade perfeita, justa e que providencie a felicidade a todos os seus cidadãos.

Os duros golpes do século XX, como as guerras mundiais, os regimes totalitaristas, as crises económicas, a fome, as catástrofes ambientais e tantos outros problemas fizeram com que se tornasse cada vez mais difícil acreditar numa sociedade perfeita. Proliferaram as utopias negativas, ou distopias, nas quais fica claro que o progresso científico, tão prometedor desde a modernidade, poderá ser o motor para a criação de sociedades ainda mais injustas e cruéis do que as contemporâneas. Em grandes narrativas como *Brave New World*, de Aldous Huxley, ou *1984*, de George Orwell,

os elementos utópicos de esperança são transmutados em ataques a sistemas sociais contemporâneos que reivindicam ser utopias reais (como o antigo bloco soviético ou o capitalismo corporativista dos Estados Unidos da América). Assiste-se, desde há umas décadas a um declínio da credibilidade das ideologias e programas políticos, tal como da figura do próprio político, seja pela exposição dos órgãos de comunicação social de actos de corrupção generalizados, seja porque, cada vez mais, as instituições políticas perdem poder em relação aos grandes grupos económicos, cujos objectivos são o lucro em detrimento da justiça social. A inocência de acreditar na capacidade do Homem de construir uma sociedade perfeita está irremediavelmente perdida e o paradigma clássico da utopia literária enquanto um "plano" para a sua concretização está definitivamente morto.

Um novo paradigma utópico

Os conflitos dos anos sessenta ditaram a emergência de movimentos de activismo político defendendo a paz mundial, a abolição de desigualdades sociais, as populações de países do Terceiro Mundo, os direitos das mulheres, o ambiente, os direitos dos animais, etc. E neste contexto, surge, nos anos setenta, um *corpus* de narrativas utópicas com influências da ficção científica, escritas maioritariamente por mulheres como Ursula Le Guin, Marge Piercy, e Joanna Russ. Estas utopias afastam-se em muitos aspectos do obsoleto paradigma clássico, pondo em questão algumas das suas premissas básicas. Tom Moylan denomina estes textos de "utopias críticas", um termo que surge referido em toda a bibliografia secundária. Por utopia crítica, Moylan entende a expressão do pensamento oposicionista, tanto da situação histórica como do género utópico em si mesmo. Uma preocupação central da utopia crítica é o reconhecimento das limitações

da tradição utópica, pelo que estes textos recusam a utopia como plano enquanto a preservam como sonho. Centram-se na presença contínua da diferença e da imperfeição dentro da própria sociedade utópica e, como tal, apresentam alternativas mais reconhecíveis e dinâmicas (Moynan, 1986: 10-11). E são, de facto, utopias muito diferentes da utopia clássica:

- Utilizam o espaço ficcional como campo de experimentação de ideias, não se coibindo de apresentar as suas consequências negativas. Aliás, contestam a noção da perfectibilidade da utopia.

- Sublinham a precariedade da utopia, preferindo a um equilíbrio estático do *status quo* uma noção de processo e de sociedade sempre em constante construção.

- Apresentam estratégias narrativas diferentes, mais complexas, como a justaposição de mundos utópicos e distópicos, eles próprios carregados de ambiguidade.

- Criam personagens com bastante mais densidade, nomeadamente na dimensão ética.

- Enfatizam a questão da satisfação das necessidades dos indivíduos, que nas utopias clássicas eram sempre preteridas pelas necessidades colectivas.

- Introduzem um novo leque de preocupações, suas contemporâneas, como a defesa dos direitos das minorias, das mulheres, dos animais, as questões ambientais, etc.

Embora este *boom* de utopias literárias dos anos setenta não tenha tido um seguimento nas décadas seguintes, têm surgido obras de cariz utópico muito interessantes, como *Always Coming Home*, de Ursula Le Guin, em 1984, ou, mais recentemente, já nos anos 90, várias de Kim Stanley Robinson, como a Trilogia *Mars*. Lyman Tower Sargent, um dos mais conceituados estudiosos da utopia, contou 360 utopias (entre eutopias, distopias, sátiras utópicas e utopias críticas) publicadas por autores norte americanos só entre os anos de 1990 e 1999 (Sargent, 2000: 343), o que prova que o género continua vivo, embora se tenha confinado, em grande parte, aos domínios da ficção científica.

Mas talvez, como nota Kumar, não seja necessário defender a utopia, pois ela encontrará novas formas, que nem podemos hoje antecipar. A questão mais importante talvez seja tentarmos entender “porque nos é tão difícil contemplar a utopia, e as consequências de não o fazermos” (Kumar, 2000: 266), ou seja, tentar perceber porque, neste início do século XXI, os níveis de

esperança e optimismo da humanidade se encontram tão diminuídos.

Num número recente da revista francesa *Le nouvel Observateur*, totalmente dedicado às utopias de hoje, Robert Redeker assina um artigo em que defende que a utopia é uma síntese de racional e de onírico e que, embora a utopia enquanto descrição programática de modelos de sociedade esteja moribunda, a sua verdadeira pujança encontra-se nessa sua ligação ao sonho. Redeker começa o seu artigo com o eloquente parágrafo:

Comme un passeur contrebandier, l'utopie transporte au cœur de la modernité désenchantée la puissance irradiante du rêve qui était l'apanage de l'ancien monde. Serait-elle une protestation contre la fuite des dieux ? (Redeker, 2005 : 4)

Se é verdade o que disse Ernst Bloch, e o “princípio da esperança” é inerente à própria condição humana, então, talvez seja crucial reabilitar a manifestação literária que é, por excelência, o veículo dessa esperança e morada privilegiada da imaginação e do sonho.

Referências Bibliográficas

- BERLIN, Isaiah (1998), *The Crooked Timber of Humanity: Chapters in the History of Ideas* (Henry Hardy, ed.), Princeton University Press, Princeton, Nova Iorque.
- BLOCH, Ernst [1959] (1985), *Das Prinzip Hoffnung*, Suhrkamp, Frankfurt am Main.
- CAREY, John (ed.) (1999), *The Faber Book of Utopias*, Faber and Faber, Londres.
- CLAEYS, Gregory e Lyman Tower SARGENT (eds.) (1999), *The Utopia Reader*, New York University Press, Nova Iorque e Londres.
- DAVIS, J. C. [1981] (1983), *Utopia & the Ideal Society: A Study of English Utopian Writing 1516-1700*, Cambridge University Press, Cambridge.
- FUKUYAMA, Francis [1992] (1999), *O Fim da História e o Último Homem* (tradução de Maria Goes), Gradiva, Lisboa.
- KIRKEGAARD, Søren [1843] (2000), «Either/Or An Ecstatic Discourse» in Søren Kierkegaard *The Essential Kierkegaard* (Edna H. Hong y Howard V. Hong, eds.), Princeton University Press, Princeton, Nova Iorque.
- KUMAR, Krishan (1993), «The utopian project: from More to the Millennium» in *Utopia: Mitos e Formas*, Fundação Calouste Gulbenkian, acArte, Lisboa.
- KUMAR, Krishan (1999), *Utopianism*, Open University Press, Buckingham.
- KUMAR, Krishan (2000), «Utopia and Anti-Utopia in the Twentieth Century» in *Utopia: The Search for the Ideal Society in the Western World* (eds. Roland Schaer, Gregory Claeys e Lyman Tower Sargent), The New York Public Library / Oxford University Press, Nova Iorque & Oxford, pp. 251- 267.
- KUMAR, Krishan (2003), «Aspects of the Western Utopian Tradition» in *History of the Human Sciences*, Volume 16, Number 1, pp. 63-77.
- LEVITAS, Ruth (1990), *The Concept of Utopia*, Syracuse University Press, Syracuse.
- LEVITAS, Ruth (2003), «Introduction: the elusive idea of utopia» in *History of the Human Sciences*, vol. 16, No. 1, Thousand Oaks, Londres, SAGE Publications, CA and Nova Deli.
- MANGUEL, Alberto (2000), «Pour la première fois, nous vivons dans une utopie » entrevistado por Cédric Fabre e Pascal Jourdana in *Magazine Littéraire*, nº 387, pp. 20-23.
- MANNHEIM, Karl [1936] (1960), *Ideology and Utopia: An Introduction to the Sociology of Knowledge*, Routledge & Kegan Paul, Londres.
- MOYLAN, Tom (1986), *Demand the Impossible: Science fiction and the utopian imagination*, Methuen, Nova Iorque e Londres.
- REDEKER, Robert (2005), « La Contrebande du rêve » in *Le nouvel Observateur* Hors-série nº 59 – juillet/Août 2005 – Les utopies d’aujourd’hui, pp 4-5.
- REIS, José Eduardo (2002), «The Gender of Utopia and the Mode of Utopianism» in *Cadernos de Literatura Comparada 6/7: Utopias*, pp. 9-30.
- SARGENT, Lyman Tower (2000), « Utopia and the Late Twentieth Century : A View from North America » in *Utopia: The Search for the Ideal Society in the Western World* (eds. Roland Schaer, Gregory Claeys e Lyman Tower Sargent), The New York Public Library / Oxford University Press, Nova Iorque & Oxford, pp. 333-343.
- TROUSSON, Raymond (1979), *Voyages aux pays de nulle part. Histoire littéraire de la pensée utopique*, Éditions de l’Université Libre de Bruxelles, Bruxelles.
- WILDE, Oscar (1954), « The Soul of Man under Socialism » in *Selected Essays and Poems*, Penguin, Londres.

DETERMINANTES DA ESTRUTURA DE CAPITAL DAS EMPRESAS DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO¹

O presente estudo pretende identificar os determinantes financeiros da estrutura de capital das empresas de tecnologias de informação e, ao mesmo tempo, verificar o poder explicativo de várias teorias financeiras sobre a estrutura de capital, nomeadamente, a teoria do efeito fiscal, a teoria dos custos de falência, a teoria da agência e a teoria da *pecking order*.

A evidência empírica reforça o poder explicativo da teoria da *pecking order* e sugere que o crescimento, a rentabilidade, a reputação e o valor colateral dos activos influenciam a estrutura de capital das empresas de tecnologias de informação.



Sandra Rebelo - ESGHT

Introdução

A decisão de financiamento através de capitais alheios tem sido amplamente discutida pela comunidade de investigadores da área financeira, sem, no entanto, terem chegado a uma conclusão. Diversos autores (e.g. Suárez, 1996; Barton e Gordon, 1987; Myers e Majluf, 1984; Jensen e Meckling, 1976) defendem a existência de uma estrutura de capital óptima que minimiza o custo do capital e maximiza o valor da empresa. Se assim for, torna-se imperioso conhecer os determinantes da estrutura de capital, de forma a tomar decisões de financiamento cada vez mais rápidas e eficientes, que aumentem o valor da empresa.

Em 1958, num artigo bastante polémico para a época, Modigliani e Miller (MM) contrariam a teoria tradicional da estrutura de capital, negando a existência de uma estrutura óptima de capital. Este estudo marca o início da moderna teoria financeira, especialmente, porque instigou a comunidade científica a introduzir novos pressu-

postos mais realistas no estudo da estrutura de capital, nomeadamente, o efeito fiscal, os custos de falência, os custos de agência e a informação assimétrica, dando origem a diferentes teorias financeiras.

Apesar dos inúmeros estudos teóricos e empíricos que se têm desenvolvido nesta área, ainda subsistem algumas questões em aberto, como sejam: Quais são os determinantes financeiros que explicam o nível de endividamento das empresas? Qual o efeito que cada determinante financeiro exerce sobre a estrutura de capital?

É objectivo deste estudo responder a estas duas questões, tendo em consideração a realidade das empresas portuguesas do sector das tecnologias de informação. O desenvolvimento da problemática apresentada no seio destas empresas parece pertinente, não só por incidir sobre um sector que se julga ainda não explorado em Portugal, no âmbito desta temática, mas também por ser um sector que possui uma grande necessidade de apoio à tomada de decisões empresariais rápidas e

eficientes, em função da constante mutação do seu mercado.

Revisão da Literatura

Apesar de mais de 40 anos de estudo sobre o tema da estrutura de capital, Myers (2001) afirma que ainda se está longe de conhecer as explicações para as decisões de financiamento das empresas.

MM conferiram um forte impulso ao estudo da estrutura de capital. Desde o seu célebre artigo de 1958, em que, com base nos princípios dos mercados de capitais perfeitos, demonstraram que não existia uma estrutura óptima de capital, uma vez que o valor da empresa e o custo dos seus capitais era independente da estrutura de financiamento, muitos foram os investigadores que desenvolveram diversas teorias sobre a estrutura de capital, onde incluíram vários conceitos não considerados por estes autores, nomeadamente, os impostos (DeAngelo e Masulis, 1980; Miller, 1977; MM, 1963), os custos de

falência (Myers, 1993; Scott, 1976), os custos de agência (Harris e Raviv, 1990; Stulz, 1990; Jensen, 1986; Myers, 1977; Jensen e Meckling, 1976), a informação assimétrica (Myers, 1984; Myers e Majluf, 1984), entre outros, para explicar as decisões de financiamento tomadas pelas empresas.

chega à conclusão que a estrutura de capital é irrelevante.

Introduzindo os benefícios fiscais não associados ao endividamento, DeAngelo e Masulis (1980) refutam os anteriores modelos defendendo que o imposto sobre o rendimento constitui um estímulo ao endividamento, porém

A introdução do conceito da informação assimétrica no estudo da estrutura de capital deu origem à teoria da *pecking order*. Com base nos problemas criados pela informação assimétrica entre gestores e investidores e nos custos relativos das várias fontes de financiamento, esta corrente defende que os gestores preferem financiar as empresas, inicialmente, através do autofinanciamento, depois através de financiamento externo e, só por último, através da emissão de acções.

Esta contextualização teórica serve de referência à formulação de sete hipóteses da estrutura de capital. A fig. 1 apresenta, sumariamente, as hipóteses a testar, evidenciando os determinantes sugeridos pelas teorias financeiras da estrutura de capital e o tipo de relação esperada com o nível de endividamento.

HIPÓTESES	DETERMINANTES	TIPO DE RELAÇÃO
H1	Crescimento	+
H1	Dimensão	+
H3	Poupança fiscal não associada ao endividamento	-
H4	Rendibilidade	-
H5	Reputação	+
H6	Risco	-
H7	Valor Colateral dos Activos	+

fig. 1 : Quadro de Hipóteses

	Nº EMPRESAS
Universo Alvo	2.879
Empresas com valores nulos nos escalões relativos ao nº de pessoas ao serviço e ao volume de vendas	1.307
Empresas que não pertencem ao sector	53
Empresas cujo endereço não se encontra actualizado junto do INE, ou que cessaram a actividade	463
Universo Inquirido	1.056

fig. 2 : Do Universo Alvo ao Universo Inquirido

Verificando as limitações do seu anterior modelo, MM (1963) introduziram os impostos sobre os lucros das empresas na explicação da estrutura de capital, lançando as bases da teoria do efeito fiscal. Segundo este modelo, as empresas deveriam endividar-se totalmente para obter o custo mínimo do capital, o que não se adequa à realidade empresarial. Nesse sentido, Miller (1977) acrescenta ao modelo o imposto sobre o rendimento dos particulares e

o seu efeito é bem mais modesto do que o preconizado por MM (1963).

Nos anos 70 surgiram mais duas correntes aliadas à estrutura ótima de capital: a teoria dos custos de falência e a teoria dos custos de agência. Enquanto que a primeira defende uma estrutura ótima de capital resultante do *trade-off* entre os benefícios fiscais e os custos de falência, a segunda contrapõe os ganhos fiscais com os custos de agência.

Metodologia e Dados

Amostra e Dados

O universo alvo deste estudo é o das empresas portuguesas do sector das tecnologias de informação. Junto do Instituto Nacional de Estatística (INE) recolheu-se uma população de 2879 empresas relativas à subclasse 30020 – Fabricação de Computadores e de outro Equipamento Informático e à Divisão 72 – Actividades Informáticas e Conexas, considerando a classificação das actividades económicas portuguesas – CAE-Rev 2.

O universo alvo não correspondeu ao universo inquirido conforme se visualiza na fig. 2.

A informação necessária à realização do presente estudo foi recolhida junto de 1056 empresas, através da aplicação de um questionário endereçado aos directores gerais. Os questionários foram administrados via postal de 15 de Novembro de 2002 a 22 de Janeiro de 2003. Dos 1056 questionários enviados só se obtiveram 45 respostas válidas. No entanto, foi possível reunir um total de 48 questionários

CAE - CÓDIGO DE CLASSIFICAÇÃO DAS ACTIVIDADES ECONÓMICAS		UNIVERSO ALVO		UNIVERSO INQUIRIDO		AMOSTRA	
		Nº	%	Nº	%	Nº	%
30020	Fabricação de computadores e outro equipamento informático	37	1,30%	15	1,40%	1	2,27%
72100	Consultoria em equipamento informático	148	5,10%	76	7,20%	2	4,55%
72200	Consultoria em programação informática	1.845	64,10%	592	56,10%	31	70,45%
72300	Processamento de dados	379	13,20%	193	18,30%	4	9,09%
72400	Actividades de banco de dados	34	1,20%	17	1,60%	2	4,55%
72500	Manutenção e reparação de máquinas de escritório, de contabilidade e de material informático	202	7,00%	86	8,10%	2	4,55%
72600	Outras actividades conexas à informática	234	8,10%	77	7,30%	2	4,55%
Total		2.879	100%	1.056	100%	44	100%

Fonte: I.N.E.

fig. 3 : Repartição das Empresas da Amostra segundo o CAE

DETERMINANTE	INDICADOR
Crescimento (CATL)	Taxa de crescimento anual composta do activo total líquido
Dimensão (DATL)	Activo total líquido
Poupança Fiscal não Associada ao Endividamento (PFNAE)	Peso da amortização do exercício relativamente ao activo total líquido
Rendibilidade (ROI)	Rendibilidade dos capitais investidos
Reputação da empresa (IDADE)	Número de anos de vida da empresa
Risco (RISVT)	Coefficiente de dispersão das vendas totais
Valor Colateral dos Activos (VCITL)	Peso do imobilizado total líquido relativamente ao activo total líquido

fig. 4 : Variáveis Independentes

válidos completos através da aquisição de dados económico-financeiros junto da empresa *Dun & Bradstreet*. Após a análise das observações atípicas, reduziu-se a amostra a 44 empresas.

A amostra é constituída essencialmente por empresas de "Consultoria e Programação Informática" (70,5%) e de "Processamento de Dados" (9,1%), conforme se visualiza na fig. 3. A gran-

de maioria destas empresas situa-se nos distritos de Lisboa (54,5%), Porto (13,6%) e Leiria (9,1%).

Variáveis

A variável a explicar neste estudo corresponde ao endividamento total (ET), medido através do peso do passivo relativamente ao total das origens de fundos.

As variáveis explicativas seleccionadas para o estudo e respectivo indicador de medição constam na fig 4.

Processo de Tratamento dos Dados

De acordo com os objectivos da investigação e à semelhança de outros investigadores, como Matias (2000), Gama (1999), Chung (1993), Constand, et al. (1991), Bradley, et al. (1984), entre outros, utilizaram-se Modelos de Regressão Linear Múltipla (MLRM) para determinar o significado de variáveis de natureza financeira, como possíveis

determinantes da estrutura de capital das empresas de tecnologias de informação.

pelo método dos mínimos quadrados ordinários são BLUE², pelo que se pode analisar o resultado do seguinte mode-

maior for a taxa de crescimento anual composta do activo total líquido menor é o nível de endividamento, pois os

REGRESSORES	COEFICIENTES(βi)	RÁCIOS (ti)	SIGNIFICÂNCIA(p-values)
Constante	0,717	6,950	0,000
CATL	-0,369	-3,290	0,002
DATL	2,895E-08	0,951	0,348
PFNAE	-0,757	-1,417	0,165
ROI	-0,462	-2,086	0,044
IDADE	-0,0139	-2,411	0,021
RISVT	0,254	1,312	0,198
VCITL	0,546	2,801	0,008
Coefficiente de Correlação	0,719	Erro Padrão da Estimativa	0,1743
Coefficiente de Determinação	0,518	Estatística de Durbin-Watson	2,011
C. Determinação Ajustado	0,424	Teste F (7;36)	5,518
Nº Observações	44	Significância do Teste F	0,000

fig. 5 : Estimação dos mínimos quadrados ordinários do Modelo Financeiro

O modelo de regressão linear múltipla utilizado no presente estudo especifica-se da seguinte forma:

Modelo Financeiro

$$Y_i = \beta_0 + \beta_1 \text{CATL}_{1i} + \beta_2 \text{DATL}_{2i} + \beta_3 \text{PFNAE}_{3i} + \beta_4 \text{ROI}_{4i} + \beta_5 \text{IDADE}_{5i} + \beta_6 \text{RISVT}_{6i} + \beta_7 \text{CVITL}_{7i} + \beta_i$$

sendo:

i - 1, 2, ..., n observações;

Y_i - variável dependente;

β - coeficientes de regressão parciais a estimar.

O software estatístico utilizado para a análise dos dados foi o SPSS (*Statistical Package for the Social Sciences*) versão 10.

Apresentação e Discussão dos Resultados

Analisados os diferentes pressupostos inerentes aos modelos de regressão linear múltipla pode-se concluir que os estimadores obtidos

lo com alguma segurança.

Procede-se seguidamente, na fig 5, à estimação do modelo financeiro apresentado, de forma a testar as hipóteses sobre os determinantes da estrutura de capital.

Da análise do quadro supra apresentado pode-se verificar que o modelo financeiro é estatisticamente significativo, uma vez que o valor do teste F é superior ao respectivo valor crítico $F(\alpha; k; n-k-1) = F(0,005; 7; 36) = 3,602$, pelo que se rejeita a hipótese nula e se confirma que o conjunto das variáveis independentes se relaciona linearmente de forma estatisticamente significativa com o nível de endividamento total.

O modelo explica 42,4%³ da variância total do nível de endividamento (variável dependente) e apresenta um coeficiente de determinação de 51,8%.

Dos resultados obtidos no modelo, pode-se concluir relativamente às empresas da amostra que quanto

fundos libertos internamente superam as necessidades de financiamento, conforme comprova o coeficiente negativo obtido para a variável rendibilidade. Esta relação vai ao encontro do preconizado por Myers (1984).

Identicamente a Jordan, et al. (1998), Constand, et al. (1991) e Friend e Lang (1988), foi encontrada uma relação positiva e estatisticamente significativa entre o valor colateral dos activos e o nível de endividamento, o que indica que os activos fixos servem de garantia ao crédito das empresas do sector das tecnologias de informação, conforme defendido pelas teorias dos custos de falência (Myers, 1993) e de agência (Harris e Raviv (1990), Myers (1977), Jensen e Meckling (1976)).

Tal como no estudo de Gama (1999), a reputação exerce uma influência negativa sobre o nível de endividamento total, o que contraria a hipótese inicialmente formulada. Esta relação indica que as empresas mais

jovens encontram-se mais endividadas do que as empresas mais maduras. Este resultado pode prender-se com o facto das empresas mais velhas serem mais conhecidas no mercado e conseguirem mais facilmente financiamentos através de capitais próprios, o que vai ao encontro do defendido por Poitevin (1989), com base na existência de assimetria na informação. Por outro lado, este resultado pode derivar do funcionamento natural do sector em estudo; nas fases de arranque as empresas necessitam de mais fundos e à medida que se vão desenvolvendo aumentam a capacidade de autofinanciamento, uma vez que os fundos libertos pelos produtos/serviços já existentes financiam o aparecimento de novos produtos/serviços.

Neste tipo de empresas, a rendibilidade possui um impacto negativo no nível de endividamento total, indicando o uso de meios libertos pela actividade da empresa em detrimento do endividamento, conforme previsto pela teoria da *pecking order* e evidenciado, igualmente, noutros sectores, por Matias (2000), Gama (1999), Constand, et al. (1991), Friend e Lang (1988), entre outros.

Conclusões

O presente estudo, pretendendo conhecer os determinantes da estrutura de capital das empresas de tecnologias de informação, aplicou um modelo de regressão linear múltipla a alguns determinantes financeiros (crescimento, dimensão, poupança fiscal não associada ao endividamento, rendibilidade, reputação, risco e valor colateral dos activos), sugeridos pelas teorias financeiras da estrutura de capital, nomeadamente, a teoria do efeito fiscal, a teoria dos custos de falência, a teoria da agência e a teoria da *pecking order*.

O modelo de regressão linear múltipla ajustado para o estudo dos determinantes da estrutura de capital das empresas do sector das tecnolo-

gias de informação só permite explicar cerca de 42% das variações ocorridas no nível de endividamento total, o que poderá sugerir que o nível de endividamento deste tipo de empresas não dependerá só de factores financeiros, mas também de factores inerentes ao comportamento organizacional.

Os resultados obtidos, limitados pela dimensão da amostra que não permite a generalização dos resultados ao sector das empresas de tecnologias de informação, mostram que os determinantes mais importantes no estudo da estrutura de capital das empresas da amostra são: a reputação, a rendibilidade, o crescimento e o valor colateral dos activos. O estudo revela que o nível de endividamento das empresas da amostra é tanto maior quanto mais jovem for a empresa, quanto maior for o nível de imobilizado que possa servir de garantia à dívida e quanto menor for a sua rendibilidade e menor o seu crescimento.

Deste estudo, o poder explicativo da teoria da *pecking order* sai claramente reforçado com as relações encontradas entre o nível de endividamento total e os determinantes crescimento, reputação e rendibilidade. Por conseguinte, é de esperar que as empresas do sector das tecnologias de informação não orientem a sua estratégia de financiamento de forma a alcançar um rácio óptimo de endividamento, mas sim optem inicialmente por se financiar através de fundos gerados internamente (autofinanciamento) e depois, caso estes se mostrem insuficientes, recorram ao endividamento.

As variáveis dimensão, poupança fiscal não associada ao endividamento e risco não parecem ser determinantes do nível de endividamento das empresas de tecnologias de informação.

1 Este artigo foi elaborado com base na dissertação de mestrado da autora orientada pela Prof^a. Doutora Fernanda Matias, defendida na Faculdade de Economia da

Universidade do Algarve em Novembro de 2003.

2 Best Linear Unbiased Estimators

3 Ajustamento considerado bastante aceitável quer no campo das ciências sociais, segundo Maroco (2003), quer quando comparado com outras investigações desenvolvidas segundo metodologias análogas, veja-se por exemplo os coeficientes de determinação ajustados obtidos por Matias (2000) – 36,5% e Gama (1999) – 28,6%.

Referências Bibliográficas

- BARTON, S. L. e P. J. GORDON (1987), «Corporate Strategy: Useful Perspective for the Study of Capital Structure?» in *Academy of Management Review*, 12, 1, pp.67-75.
- BRADLEY, M., G. A. JARRELL e E. H. KIM (1984), «On the Existence of an optimal Capital structure: Theory and Evidence» in *The Journal of Finance*, 39, 3, pp. 857-878.
- CHUNG, K. H. (1993), «Asset Characteristics and Corporate Debt Policy: An Empirical Test» in *Journal of Business Finance & Accounting*, 20, 1, pp. 83-98.
- CONSTAND, R., J. OUSTERYOUNG e D. NAST (1991), «Asset-based Financing and the Determinants of Capital Structure in the Small Firm» in *Advances in Small Business Finance*, pp. 29-45.
- DEANGELO, H. e R. W. MASULIS (1980), «Optimal capital structure under corporate and personal taxation» in *Journal of Financial Economics*, 8, pp.3-39.
- FRIEND, I. e L. H. P. LANG (1988), «An Empirical Test of the Impact of Managerial Self-Interest on Corporate Capital Structure» in *The Journal of Finance*, 43 (2), pp.271-281.
- GAMA, A. P. B. M. (1999), *Os Determinantes da Estrutura de Capital das PME's Industriais Portuguesas*, Tese de Mestrado não publicada, Universidade da Beira Interior.
- HARRIS, M. e A. RAVIV (1990), «Capital Structure and the Informational Role of Debt» in *The Journal of Finance*, 45, 2, pp.321-349.
- JENSEN, M. C. (1986), «Agency Costs of Free Cash Flow, Corporate Finance, and Takeover» in *American Economic Review*, May, 76, 2, pp. 323-329.
- JENSEN, M. C. e W. H. MECKLING (1976), «The Theory of the Firm: Managerial Agency Cost, and the Ownership Structure» in *Journal of Financial Economics*, 3, 4, pp. 305-360.
- JORDAN, J., J. LOWE e P. TAYLOR (1998), «Strategy and Financial Policy in UK Small Firms» in *Journal of Business Finance & Accounting*, 25, 1 & 2, pp. 1-27.
- MAROCO, J. (2003), *Análise Estatística – Com Utilização do SPSS*, Edições Sílabo, Lisboa.
- MATIAS, M. F. L. I. (2000), *Estrutura de Capital e Especificidade dos Activos*, Tese de Doutorado não publicada, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- MILLER, M. H. (1977), «Debt and Taxes» in *The Journal of Finance*, 32, 3, pp. 261-275.
- MODIGLIANI, F. e M. H. MILLER (1958), «The Cost of Capital, Corporation Finance and the Theory of Investment» in *The American Economic Review*, 48, 3, pp. 261-297.
- MODIGLIANI, F. e M. H. MILLER (1963), «Corporate Income Taxes and the Cost of Capital: A Correction» in *The American Economic Review*, 53, 3, pp. 433-443.
- MYERS, S. C. (1977), «Determinants of Corporate Borrowing» in *Journal of Financial Economics*, 5, pp. 147-175.
- MYERS, S. C. (1984), «The Capital Structure Puzzle» in *Journal of Finance*, 39, 3, pp. 100-111.
- MYERS, S. C. (1993), «Still Searching for Optimal Capital Structure» in *Journal of Applied Corporate Finance*, Spring, pp. 4-14.
- MYERS, S. C. (2001), «Capital Structure» in *Journal of Economic Perspectives*, 15, 2, pp. 81-102.
- MYERS, S. C. e N. S. MAJLUF (1984), «Corporate Financing and Investment Decision: When Firms have Information that Investors do not have» in *Journal of Financial Economics*, 13, pp. 187-221.
- POITEVIN, M. (1989), «Financial Signalling and “Deep-pocket” Argument» in *Rand Journal of Economics*, 20, 1, pp. 26-40.
- REBELO, S. C. F. (2003), *A Estrutura de Capital e o Ciclo de Vida das Empresas*, Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Economia, Universidade do Algarve.
- SCOTT, J. H. Jr. (1976), «A Theory of Optimal Capital Structure» in *The Bell Journal of Economics*, 7, pp. 33-54.
- STULZ, R. M. (1990), «Managerial Discretion and Optimal Financing Policies» in *Journal of Financial Economics*, 26, 1, pp. 3-27.
- SUÁREZ, A. S. S. (1996), *Decisiones Óptimas de Inversión y Financiación en la Empresa*, Ediciones Pirámide, Madrid.

A SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E O ALGARVE – A IMPORTÂNCIA DE MEDIR AS TIC

.....

As acções relacionadas com a Sociedade da Informação requerem a disponibilidade de informação regional comparável. Este tipo de informação ainda não existe ao nível regional com o grau de detalhe desejável. O Sensitic 2 desenvolvido no âmbito do PIC INTER-REG III B *Atlantic Area* dá um pequeno contributo para este tema ao analisar em dois anos consecutivos (2004 e 2005), sete regiões do Espaço Atlântico. O projecto focou seis temas distintos: Cidadãos, Empresas, Administração Local, Educação, Cultura e Turismo. A metodologia adoptada pelos vários parceiros foi a mesma o que originou a possibilidade de comparação dos indicadores entre os diferentes territórios. .

Hugo Pinto - BIC Algarve-Huelva



A nossa época tem sido vista como um momento de mudança em que surge um novo paradigma técnico-económico, a 5ª onda longa de Kondratiev, a era das TIC¹. De facto o mundo actual vive um momento caracterizado por um ritmo forte de mudança. Castells (2005) vê as TIC na Sociedade da Informação (SI) como o carvão e o aço na Revolução Industrial. Seguindo a tipologia de análise proposta por Freeman e Louçã (2004:313) o novo Produto Nuclear da actualidade é o Circuito Integrado, a microelectrónica. O ramo condutor é a Indústria Informática, de computadores e software, onde a nova infraestrutura base são as telecomunicações e a Internet. A lei de Moore² prevê que a capacidade de um circuito integrado duplique em cada 18-24 meses. A lei de Metcalfe postula que o valor de uma rede quadruplica se o número dos utilizadores duplicar em cada ano. Carvalho et al (2002:160) mostram que em conjunto estas duas leis permitem entender o que provoca a rapidez deste processo de desenvol-

vimento e a explosão da Internet, os utilizadores têm acesso a um produto cujo valor é muito superior ao custo.

As TIC provocaram uma mudança organizacional: enquanto o paradigma do séc. XIX era a fábrica, no séc. XX a empresa, no séc. XXI será a Rede³. Segundo Barquero:

Uma rede pode ser definida como o sistema de relações e/ou de contactos que vincula as empresas e/ou atores entre si e cujo conteúdo está relacionado a bens materiais, informação ou tecnologia. Na ótica da atividade económica, ela seria constituída pelas relações entre empresas ou entre empresários que tornam possíveis as trocas de bens e serviços ou informações que incorporam conhecimentos. (2002:98)

Alguns autores como Rifkin (2003) afirmam que as TIC são cruciais para o futuro da Humanidade. Estas tecnologias estruturam a Sociedade em Rede, e são elas que vão provocar a Terceira Revolução Industrial, uma vez

que vão permitir substituir o petróleo e os combustíveis fósseis pela energia do futuro, o hidrogénio, que cada indivíduo vai poder produzir e trocar os seus excedentes através da utilização das TIC. Através das TIC iremos passar de uma Sociedade da Informação para uma Sociedade do Conhecimento e depois para uma Sociedade da Sabedoria.

As TIC não são um objectivo, mas são um elemento-chave para a eficiência e troca de conhecimento, assumindo um papel central para um desenvolvimento territorial mais equilibrado.

Necessidade de medir para poder actuar

.....

Como refere a Comissão Europeia (2003:2) as TIC têm um papel proeminente como base para a recolha, armazenamento e disseminação do conhecimento codificado. Tornam a comunicação e a troca de conhecimento menos dependente de restrições de espaço e tempo.

Aumentam a eficiência da produção do conhecimento e fazem acelerar a sua acumulação. Sendo, como vimos, o foco da Sociedade da Informação, as TIC devem ser avaliadas e medidas constantemente para se poder actuar nas insuficiências que existam de forma a promover um desenvolvimento equilibrado. Como sabemos o EUROSTAT disponibiliza uma grande quantidade de informação estatística, detalhada a vários níveis, mas que no campo da Sociedade da Informação ainda é insuficiente. Por outro lado a análise dos indicadores tem sido feita, regra geral, a uma escala nacional. No entanto o nível regional tem visto a sua importância crescer. A UE e o princípio da subsidiariedade mostram que se deve decidir ao nível mais eficiente, que é em muitos casos o regional, uma vez que aproxima a decisão dos cidadãos. Os Fundos Europeus são distribuídos numa óptica regional, sendo que as regiões mais desfavorecidas recebem mais. Se mais nenhuma razão existisse esta seria suficiente, porque apenas com um quadro de análise regional poderão ser tomadas decisões eficazes para o nível regional. A afirmação anterior é suportada por Silva e Silva (S/D:2):

Com o esbater das fronteiras nacionais e a cada vez maior relevância relativa das políticas comunitárias, a eleição da região como unidade de análise tem uma pertinência reforçada.

Também Cooke (1998:15) mostra que o nível meso-económico tem sido apontado como o nível óptimo para a coordenação de políticas, devido ao contexto da globalização, do pós-fordismo, das cooperações inter empresa, e do surgimento de instituições infra nacionais de apoio à Inovação. Benko (1999) e Lopes (2001) argumentam no mesmo sentido, mostrando que a análise do nível regional é a mais adequada para o entendimento de variadas questões. A análise da escala regional acaba por tornar-se assim muitas vezes mais importante

porque a complexidade na análise dos vários factores é menor dada a maior homogeneidade das regiões face aos espaços nacionais, existindo deste modo uma maior aplicabilidade das políticas graças à maior proximidade entre os agentes, e deste modo uma maior possibilidade de alcançar os objectivos que sejam traçados com um quadro de referência proposto por uma análise regional. De um ponto de vista mais empírico, focar o nível regional é justificado pelo facto de existirem maiores variações em termos de utilização das TIC entre as regiões do que entre países. Para além disso começa a existir uma série de estruturas e iniciativas de âmbito regional que podem actuar na SI (Estratégias Regionais de SI, Estratégias Regionais de Inovação, Centros Regionais de Inovação, etc).

Necessidade de comparação inter-regional: indicadores e metodologias consistentes

O grande interesse da recolha de informação estatística regional não é um fim em si mesmo. Daí que vários esforços de recolha deste tipo de dados, apesar de importantes dado o seu carácter pioneiro, foram apenas um primeiro passo, saldando-se em relativos falhanços uma vez que existe uma ausência de comparabilidade entre indicadores de diferentes regi-

ões. Para além dos indicadores serem distintos, as suas metodologias são tão distintas que invalidam qualquer tipo de comparação.

Tendo estes factos em atenção, surgiram vários projectos europeus, que procuraram ao nível regional recolher dados sobre a Sociedade da Informação e sobre as TIC que resultassem em indicadores comparáveis entre as várias regiões analisadas⁴. Estes projectos ainda não englobam as várias regiões europeias, nem tão pouco uma parte significativa delas, mas são o segundo passo no processo de construção de indicadores comparáveis para a SI nas regiões europeias.

Um exemplo bem sucedido: o Sensitic 2

O Sensitic 2 foi desenvolvido no âmbito do INTERREG III B "Espaço Atlântico" e foi baseado num projecto anterior, que envolvia apenas quatro regiões. O projecto teve uma parceria alargada aos cinco países do Espaço Atlântico europeu envolvendo sete regiões: Algarve (Portugal), Aquitaine, Bretagne e Poitou-Charentes (França), La Rioja (Espanha), South East (Irlanda) e Carmarthenshire (País de Gales). O estudo procurou avaliar a evolução da Sociedade da Informação entre 2004 e 2005 no que concerne aos Cidadãos e Empresas, mas também avaliar a ac-

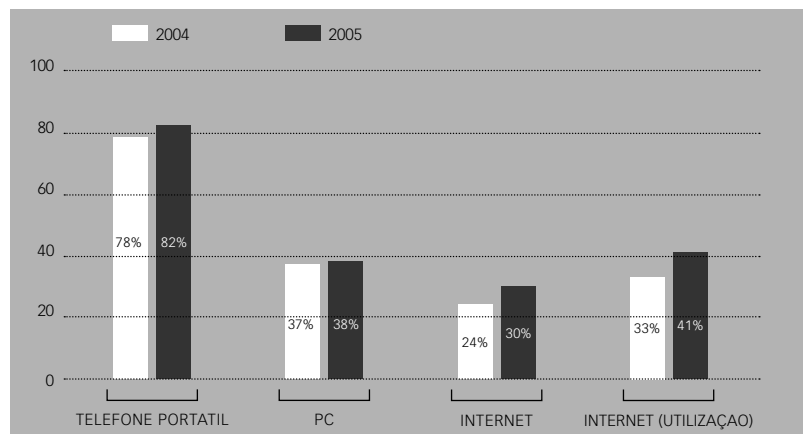


fig. 1 : Indicadores-chave de Cidadãos no Algarve

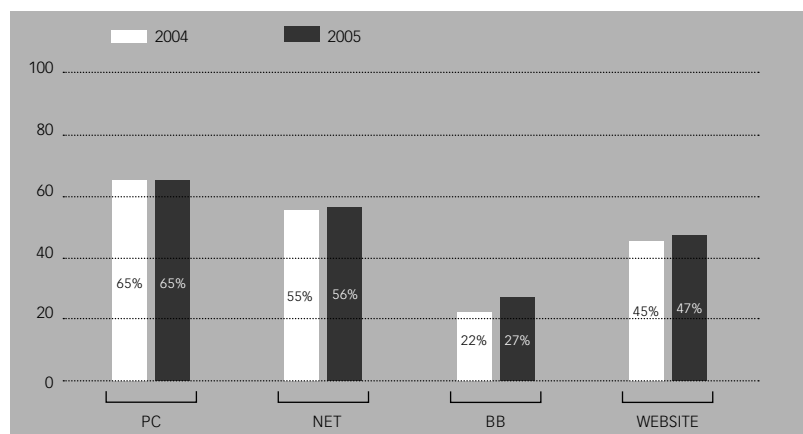


fig. 2 : Indicadores-chave de Empresas no Algarve

tual situação das TIC em campos fundamentais para a construção de uma SI mais inclusiva como a Educação, a Administração Local, o Turismo e a Cultura. A recolha desta informação pode ser essencial para o planeamento de políticas relacionadas com a SI, porque permite aos decisores um quadro de referência actualizado e comparável com outros territórios.

Os indicadores recolhidos dividiam-se por seis temas.

O tema Cidadãos procurava verificar qual o comportamento dos indivíduos face às TIC, a utilização e a posse destas novas tecnologias. Este tema foi analisado em dois anos consecutivos, 2004 e 2005, para que pudessem ser verificadas algumas tendências de evolução.

O tema Empresas analisou a relação das empresas com as TIC, em particular com a Internet, e a utilização destas tecnologias como ferramentas de trabalho, com impacto nos resultados da sua actividade. Este tema também foi analisado em dois períodos consecutivos, notando-se evoluções mais pequenas que no tema Cidadãos. Esta análise entre dois períodos consecutivos foi muito importante, porque para além de possibilitar uma comparação da evolução dos indicadores, possibilitou à parceria um aperfeiçoamento das técnicas de recolha, o entendimento da importância dos indicadores

realmente importantes de analisar, o que permitiu o 'emagrecimento' dos questionários a realizar o que se saldou em resultados mais fáceis de recolher, logo mais fiáveis.

A Administração Local foi também analisada. Este tema foi um dos mais complexos. A diferente importância dada aos diversos níveis de Administração Pública resultou com que os organismos analisados fossem, em número e em dimensão, muito díspares de região para região. Por exemplo enquanto no Algarve foram inquiridos os 16 concelhos, nas regiões francesas foram inquiridos os *departments*, que em cada uma delas excediam o milhar. Daqui resultou uma grande heterogeneidade dos resultados e a impossibilidade de uma comparação efectiva.

O tema Educação foi analisado através do inquérito às escolas básicas, secundárias e profissionais das regiões (alunos entre os 12-17 anos). Os resultados foram bastante homogêneos e encorajadores, notando-se no sector educativo das várias regiões uma aposta nas TIC (apesar de em escalas distintas).

Para a análise do tema da Cultura decidiu-se analisar os museus existentes nas regiões e a sua utilização das TIC. Como no indicador da Administração Local existiu alguma dificuldade em comparar resultados uma vez que os museus apresentavam dimensões

muito variadas, sendo que o conceito de museu também não é consensual.

O Turismo foi analisado através do inquérito a empresas de alojamento (hotéis, pensões, residenciais, parques de campismo, etc). Este sector mostrou-se um utilizador intensivo das TIC, que fazem já parte das suas rotinas, e que acrescentam valor aos seus produtos. Tem preocupações muito fortes com as TIC e estas são, de facto, um meio das empresas do sector obterem vantagens competitivas e atrair potenciais clientes, alargando os seus mercados. A maioria destas empresas considera que a Internet é um factor que pode potenciar o seu sucesso e que a sua percentagem de vendas pela Internet ainda está a subir.

Os parceiros seguiram a mesma metodologia: a recolha de informação foi efectuada no mesmo momento temporal, a recolha foi efectuada com os mesmos métodos, utilizando questionários comuns, as amostras eram representativas do território, no tema Cidadãos (idade, género, profissão e residência), Empresas (sector de actividade, número de trabalhadores e localização) e Turismo (Categorias e localização). Nos restantes três temas optou-se por inquirir todo o Universo.

A parceria do Sensitic 2 desenvolveu uma estratégia de disseminação dos resultados comum. Desenvolveu-se um website multilíngue (inglês, francês, espanhol e português) que contextualiza o projecto e agrega os principais resultados www.sensitic.org. Foram feitos workshops de apresentação do projecto nos diferentes territórios, sendo que o projecto patrocinou o encontro anual da Rede IANIS+ (The Innovative Actions Network for the Information Society – Plus) onde foi formalmente apresentado e debatido com projectos semelhantes. Os principais instrumentos de disseminação foram, no entanto, duas brochuras. Estas duas brochuras, traduzidas nas cinco línguas do projecto (inglês, francês, espanhol, português e galês) referentes aos anos de 2004 e 2005 chegaram a um vasto

público, dada a sua simplicidade e a forma intuitiva como se apresentavam, coloridas, esquematizadas, com os resultados mais interessantes para o público em geral, e não tinham mais de 24 páginas cada⁵.

O Sensitic 2 permitiu desta forma a troca de experiências, de boas-práticas entre as várias regiões, para além de ter criado uma base de dados com uma grande variedade de indicadores sobre a SI nos seis temas analisados, o desenvolvimento de uma metodologia de análise completa pronta a ser aplicada em mais regiões europeias.

O passo seguinte é o alargamento

do número de regiões envolvidas, até estarem disponíveis informações sobre todas as regiões europeias, utilizando metodologias standardizadas que permitam uma comparação inequívoca dos indicadores da SI nos diferentes contextos regionais, e que possibilitem a actuação e a criação de políticas por parte dos decisores em informação mais consistente e adequada.

.....
1 Freeman e Louçã (2004:311)

2 Gordon Moore, co-fundador da Intel com Bob Noyce, previu esta situação em 1965

3 Freeman e Louçã (2004:331)

4 Alguns projectos deste tipo foram apresentados na Conferência Anual 2005 da Rede IANIS em Lille "Building Competitive Regions: The Role of Innovation and ICTs in Transformation, Competitiveness, Employment & Cohesion": o projecto UNDERSTAND, a Associação Europeia de Observatórios Regionais e o projecto Sensitic 2

5 O download destas brochuras pode ser feito no site do projecto

Referências Bibliográficas

.....

BENKO, Georges (1999), *A Ciência Regional*, Celta Editora, Oeiras.

CASTELLS, Manuel (2005), «Introdução», in Cardoso, Gustavo, António Firmino da Costa, Cristina Palma Conceição e Maria do Carmo Gomes, *A Sociedade em Rede em Portugal*, Campo das Letras, Porto.

CARVALHO, J.M.C. e COIMBRA, J.P. (eds) (2002), *Economia Digital Segundo Acto*, Bertrand, Lisboa.

COOKE, Philip (1998), «Origins of the concept», in Braczyk, H.J., Philip Cooke e Martin Heidenreich (eds), *Regional Innovation Systems – The role of governances in a globalized world*, 1ª edição, UCL Press, Londres.

EUROPEAN COMMISSION DG Research Knowledge-based Economy and Society (2003), *Third Report on Science & Technology Indicators*, Office for Official Publications of the European Communities, Luxemburgo.

FREEMAN, Chris e LOUÇÃ, Francisco (2004), *Ciclos e Crises no Capitalismo Global – Das Revoluções Industriais à Revolução da Informação*, Edições Afrontamento, Porto.

LOPES, A. Simões (2001), *Desenvolvimento Regional*, 5ª edição, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

PINTO, Hugo (2005), *A Sociedade da Informação e do Conhecimento e a União Europeia – a perspectiva e a actuação*, [trabalho não publicado para a disciplina de Políticas Europeias e Administração Nacional do Mestrado em Economia Regional e Desenvolvimento Local], FEUALG.

RIFKIN, Jeremy (2003), *The Hydrogen Economy*, Penguin Books, Nova Iorque.

SILVA, Sandra e SILVA, Mário Rui (S/D), *Crescimento Económico nas Regiões Europeias: Uma avaliação sobre a persistência das disparidades regionais no período 1980-95*, [artigo para revista científica], Faculdade de Economia do Porto.

ESTRATÉGIAS DAS EMPRESAS PERANTE A INOVAÇÃO E O EMPREGO

Neste trabalho tentar-se-á identificar estratégias das empresas face aos novos desafios do emprego e das competências, procurando em primeiro lugar enquadrar a problemática da inovação tecnológica, a ligação desta com as tecnologias de informação e comunicação (TIC), explicando também a importância das TIC para as empresas/instituições e a sua actual ligação à actividade económica e crescente globalização (pontos um e dois do trabalho).

O ponto três pretende desenvolver a importância do investimento nas TIC e as repercussões desse investimento no emprego, e na qualidade do emprego que é oferecido, dando como o exemplo os Estados Unidos da América (EUA), o Japão e a União Europeia (UE). Tentar-se-á também enquadrar Portugal dentro desta problemática, e a sua situação actual.



Joaquim Pinto Contreiras - ESGHT

A Inovação Tecnológica e a sua Importância para a Economia

«Actualmente, a dinâmica de uma economia verdadeiramente global está a destruir os conceitos tradicionais de tempo, geografia, concorrência e vantagem estratégica. O desafio é o de questionarmos o nosso próprio raciocínio e reconhecermos que uma economia global requer novas estruturas, novos estilos de gestão e novas abordagens da inovação». Michael H. Spindler (CEO) Apple Computers Inc. (2001).

A inovação tecnológica surge como definição importante para este tema, uma vez que implica um processo concertado com o fim de melhorar um determinado produto, sistema ou organização, resultando portanto em algo que possa ser aplicado, e que dessa aplicação a empresa/instituição e mais tarde o meio envolvente retire um benefício substancial. Segundo Lança (2001) a inovação na óptica de

Shumpeter (1912) engloba um conjunto de transformações ao nível dos produtos, dos processos e da organização, assim como implica o acesso a novos mercados e a novas matérias primas. Temos assim uma visão optimista, associando a inovação a um crescimento positivo da empresa/instituição. Estando instituída a inovação como processo endógeno da empresa/instituição, esta com maior sucesso poderá fugir à tentação sempre sentida de cair em entropia.

Será portanto fundamental para o desenvolvimento da sociedade e da economia o processo de criação e introdução de inovações, pois como defende Lança (2001) uma inovação com sucesso comercial é uma fonte de lucro puro para o empresário que ousou arriscar nela o seu capital, o que atrai um “enxame” de imitadores e melhoradores que também nela desejam aplicar os seus investimentos. São estas as condições de um *boom* induzido por novas oportunidades de negócio.

No entanto, a concorrência “intercapitalista” que se inicia levará à erosão das margens do lucro, e a uma fase descendente da actividade. Esta fase descendente só será quebrada com uma nova vaga de inovações, e assim por diante. Surge assim associado à inovação a ideia de ciclos económicos, impulsionados pelo surgimento ou não de inovações aceites pelo mercado. Reforçando esta ideia Michie (1998) chama a atenção para Shumpeter (1912) que definiu inovação de produto como a introdução de um novo bem ou de uma nova qualidade de bens, e a inovação de processos como a introdução de um novo método de produção.

Uma inovação implica sempre um produto novo ou serviço prestado, ou uma melhoria considerável em relação ao passado, pois só assim poderá ter sucesso ao entrar em competição no mercado. As inovações centram-se nas formas de se produzirem os produtos ou serviços, tanto tecnologi-

camente, como organizacionalmente. Segundo Michie (1998) as inovações processuais com base na tecnologia implicam melhorias consideráveis nos materiais e instrumentos disponíveis através da aplicação de tecnologia inovadora e na utilização de métodos ou formas de organizar a empresa/instituição que se caracterizam pelo seu carácter inovador e de fácil disseminação e utilização por outras empresas/instituições.

Lança (2001) citando Freman e Perez identifica dois tipos de inovações e dois tipos de mudanças resultantes do processo de inovação: as inovações incrementais; as inovações radicais; as mudanças de sistema tecnológico; as mudanças de *paradigma técnico-económico* ou *revoluções Tecnológicas*. Os dois tipos de inovações têm um carácter mais radical, ou um carácter mais sereno. É o caso das inovações incrementais que se destacam pela mudança contínua, nem sempre sustentada na investigação, mas mais na experiência e em experiências que resultam de tentativas de melhorias quer nos produtos quer nos processos e na organização. As inovações radicais caracterizam-se pelo seu grande impacto, já que são geralmente resultado de um esforço considerável de investigação. O produto, processo ou forma de organização implica depois da sua aplicação uma mudança radical no seu meio e, muitas vezes, no ambiente que rodeia esse meio. As inovações ao serem aplicadas acabam por dar origem a mudanças não só nas empresas/instituições, mas também na sociedade. Essas mudanças centram-se no sistema tecnológico, originadas por inovações tanto incrementais como radicais, estando na origem de novos sectores económicos e influenciando outros já existentes. As mudanças de *paradigma técnico-económico*, ou também denominadas de *revoluções Tecnológicas*, têm tendência a alterar o funcionamento da economia pelo surgimento de um novo sistema tecnológico com implicações

fortíssimas na organização social e económica.

Estas mudanças têm portanto uma ligação muito forte com as novas tecnologias, principalmente as ligadas aos computadores e à informação, constituindo para as empresas inovações que «radicalmente mudam métodos de produção num numero crescente de indústrias e serviços, tornando a fábrica e equipamentos existentes obsoletos e exigindo profundas alterações organizacionais em empresas e instituições» (Michie, 1998: 99). Surge assim um novo paradigma baseado nas tecnologias da informação e comunicação, e na influência crucial que estas inovações têm para a economia, para a sociedade e para os países num mundo marcado pela competitividade económica e por um mercado cada vez mais global.

e da sua utilização prática que tenta classificar, conservar e disseminar a informação. «É a aplicação de sistemas de informação e do conhecimento especialmente aplicados aos negócios e à aprendizagem. São os aparelhos de hardware e de software que formam a estrutura electrónica de apoio à lógica da informação» (Daniels, 1997: 273).

As tecnologias de informação vieram permitir às empresas uma maior capacidade de organização interna, realizar a gestão dos seus vários departamentos de uma forma integrada e global, flexibilizando e permitindo realizar a gestão *just in time* do seu negócio, com um aproveitamento máximo de todos os seus recursos. Estas tecnologias (à volta dos computadores e da sua operacionalização) permitiram às empresas expandir-se com muita maior rapidez e sucesso, assim

ANTES		DEPOIS
Organizadas em torno de um Conceito geográfico	→	Organizadas em torno do conceito empresarial
Preocupação em central. ou Descentralizar funções	→	Capacidade para conduzir o negócio em Qualquer lugar
Abordagem mecanicista	→	Abordagem holística
Impõe limites restritivos	→	Age como se não existissem restrições
Fronteiras funcionais	→	Redes de confiança transfuncionais
Mera presença geográfica	→	Inserção cultural em qualquer país
Gestores actuam como controladores centrais	→	Gestores tornam-se elementos de ligação com o núcleo da empresa
Réplica de recursos	→	Economias de escala
Comunicações verticais em sistema hierárquico.	→	Óptima comunicação para todos os níveis
Focagem financeira a curto prazo	→	Perspectiva financeira a longo prazo

Daniels, 1997: 20, citando Daniels and Daniels 1993

fig. 1 : Empresa/instituição antes e depois das TI

As TIC e a Sociedade do Conhecimento

As tecnologias de informação (TI) são o ramo da ciência da computação

como responder aos seus concorrentes. Daqui surgiu o conceito de empresa/instituição antes e depois das TI.

É assim actualmente defendida a ideia de que ao apostar de uma

forma estruturada nas TI a empresa/instituição está a criar vantagens competitivas por forma a ultrapassar o desempenho dos seus concorrentes, já que pode baixar os custos, aumentar a diferenciação e o seu poder de negociação. Por outro lado, as próprias tecnologias podem dar origem a negócios inteiramente novos pela inovação incorporada e por serem tecnologicamente viáveis.

Associadas às TI temos as tecnologias de comunicação (TC), que aproveitam actualmente essencialmente suportes informáticos e outro tipo de tecnologias associadas para de uma forma mais rápida, eficaz e económica, permitirem às pessoas e empresas/instituições comunicarem entre si e com o exterior.

refere que no decurso do ano que se seguiu à cimeira de Lisboa, a sociedade da informação na Europa evoluiu consideravelmente. Quase um terço dos agregados familiares da UE estão actualmente ligados à Internet e cerca de dois terços dos europeus têm actualmente um telefone móvel. Quase metade dos trabalhadores utilizam computadores no seu trabalho. O comércio electrónico entre empresas está a aumentar, forçando-as a reestruturarem-se. Isto é apenas o início. Aparecerão computadores mais potentes, terminais móveis de acesso à Internet, redes mais rápidas, vindo com eles uma reestruturação de toda a economia.

Mas será certamente muito difícil acompanhar este desenvolvimento

e onde os trabalhadores do conhecimento irão emergir como grupo profissional dominante, com níveis elevados de habilitações académicas, desenvolvimento profissional contínuo e autonomia, sendo os primeiros a ficar ligados à comunidade global em evolução. Nesta sociedade os trabalhadores sujeitos à forte influência das TIC sentem uma grande necessidade de investirem de uma forma contínua na aprendizagem para a vida e para o trabalho. Como irão as empresas aproveitar estes profissionais altamente qualificados, e como a sociedade irá resolver o problema dos chamados in-focluídos, é uma questão emergente e cuja resposta é bastante complexa.

Soete (2000) quanto à importância do conhecimento para a produção de

NÍVEL	FORMAS TRADICIONAIS	APLICAÇÕES TECNOLÓGICAS
Interpessoal	face a face, correio, telefone	redes de computadores, correio electrónico, telemóveis, serviços de mensagens escritas e UMTS, IRC, IRQ, internet
Pequeno Grupo	face a face	vídeo conferência, correio electrónico, teleconferência, internet
Organizações	face a face, memorandos, telefone, reuniões	sistemas de comunicação vídeo conferência, correio electrónico, teleconferência, criação de páginas internet, comércio electrónico, Internet
Público	Jornais, revistas, livros, Televisão, rádio, filmes	videotape, tv por cabo, tv satélite, videotexto, teletexto, sistemas de informação digitais internet

Stewart, 1994: 407, citando Frederick Williams, 1989

quadro 1 : As Novas TC em Diferentes Níveis

Esta utilização generalizada, como mostra o quadro, das TC, e a importância já anteriormente referida das TI para a competitividade das empresas e para a sua gestão global, quer interna quer externamente à empresa/instituição, implica um forte envolvimento dos recursos humanos, já que são eles que nas empresas/instituições utilizam estas tecnologias, desenvolvem e incrementam as suas potencialidades a favor das empresas/instituições.

A Comissão Europeia na sua comunicação à Cimeira da Primavera em Estocolmo de Março de 2001

e as oportunidades que surgem às empresas/instituições se no meio envolvente, e no interior das próprias empresas/instituições não forem, por um lado, aproveitadas as competências existentes, e por outro, criadas e desenvolvidas as necessárias competências ao nível dos recursos humanos.

Esta análise enquadra-se dentro do conceito de *sociedade do conhecimento* e *sociedade da aprendizagem* onde segundo Lindley (2000), se defende que actualmente a economia é baseada precisamente no conhecimento,

riqueza refere-se à análise da acumulação de conhecimento como de qualquer outro bem de capital, sendo possível aplicar princípios económicos à *produção* e *troca* de conhecimento, já que este, como qualquer outro bem, está sujeito às leis da oferta e da procura, influência a produção de outros bens, estando também sujeito à desvalorização e a tornar-se obsoleto quando novos conhecimentos o superam e retiram valor.

Ganha desta forma importância o acesso ao conhecimento apoiado por novas infra-estruturas de comu-

nicação, não apenas para a produção e distribuição, mas, também, para a investigação e inovação e, a disponibilidade a longo prazo de força de trabalho altamente qualificada: não apenas cientistas e engenheiros, mas, em termos mais genéricos, os chamados trabalhadores do conhecimento com capacidade intelectual que não pode ser codificada. Tais capacidades humanas representam um activo complementar essencial para manter, adaptar e usar novas tecnologias que foram objecto de uma realização física. Assim, o capital humano e a tecnologia constituem as duas faces duma mesma moeda, dois aspectos inseparáveis da acumulação do conhecimento.

Lindley (2000) referindo-se à importância da aprendizagem contínua dentro desta convergência entre *sociedade da aprendizagem* e *sociedade do conhecimento*, e ao papel que naturalmente desempenham as pessoas, afirma que estas deverão ser

extremamente competentes, pois só assim se poderão adaptar e responder da melhor forma às constantes alterações que surgem, numa dinâmica economia global, com repercussões cada vez mais profundas em todos os estratos sociais, e em todas as actividades económicas. O acesso ao conhecimento ganha por isso uma importância crucial para o desenvolvimento de qualquer país, e como vimos atrás, também para o desenvolvimento e competitividade de um bloco económico, como é o caso da UE

As Empresas, o Investimento nas TIC e o Emprego

Como já aqui foi referido as empresas ao investirem em inovação têm a possibilidade de associar-se e acompanhar o desenvolvimento nas TIC, podendo ser mais capazes de responder positivamente aos novos ciclos económicos, competitivas e criadoras

de emprego e riqueza.

Têm sido um bom exemplo disso os EUA, onde o investimento produtivo das empresas nas novas TIC constituiu um passo estratégico para a sua consolidação nos anos noventa como país líder na economia global, sendo o seu desempenho bastante contrastante em relação à UE, como mostram os seguintes quadros.

Como se pode constatar pela análise destes quadros parece que o investimento nas TIC nos EUA, que é consideravelmente superior em relação à UE, tem influenciado positivamente o crescimento, a criação de emprego, a produtividade e a taxa de desemprego. Note-se que a UE, ao investir menos em TIC, é também aquela que tem uma taxa superior de desemprego, e um índice inferior de criação de emprego, encontrando-se o Japão numa posição intermédia.

Surgem assim os EUA como o país mais competitivo, existindo no entanto

	PESO DAS TIC NO EMPREGO DO SECTOR PRODUTIVO (1998)	PESO DAS TIC NO VALOR ACRESCENTADO DO SECTOR PRODUTIVO (1998)	DESPESA EM TIC EM % DO PIB (1998)	DESPESA EM TIC EM % DO PIB (1992-1999)
EU-15	4.0	6.4	6.0	5.6
EUA	3.9	8.7	8.7	8.1
JAPÃO	3.4	5.8	6.2	6.0

Fonte: Comissão Europeia, European Competitiveness Report-2001

quadro 2 : Produção e Despesa em TIC (em %)

	1975 - 1985	1985 - 1990	1990 - 1995	1995 - 2000)
EU-15	2.3	3.2	1.5	2.6
EUA	3.4	3.2	2.4	3.9
JAPÃO	3.8	5.2	1.5	1.1

Fonte: Comissão Europeia, European Competitiveness Report-2001

quadro 3 : Crescimento do PIB (taxa anual de variação em termos reais)

	1975 - 1985	1985 - 1990	1990 - 1995	1995 - 2000)	TAXA DE EMPREGO 2001
EU-15	0.1	1.4	-0.5	1.2	66
EUA	2.2	2.0	0.9	1.4	75
JAPÃO	0.9	1.0	0.7	0.0	76

Fonte: Comissão Europeia, European Competitiveness Report-2001

quadro 4 : Crescimento do Emprego (taxa anual de variação em termos reais)

	1975 - 1985	1985 - 1990	1990 - 1995	1995 - 2000)	2000
EU-15	2.2	4.0	9.0	9.9	8.4
EUA	4.7	6.4	7.1	5.6	4.1
JAPÃO	1.2	1.8	2.5	3.3	4.9

Fonte: Comissão Europeia, European Competitiveness Report-2001

quadro 5 : Taxa de Desemprego

	1975 - 1985	1985 - 1990	1990 - 1995	1995 - 2000)	PRODUTIVIDADE TRABALHO 2001 (EUA=100)
EU-15	2.2	1.8	2.0	1.3	73
EUA	1.2	1.2	1.5	2.5	100
JAPÃO	2.9	4.1	0.8	1.1	67

Fonte: Comissão Europeia, European Competitiveness Report-2001

quadro 6 : Crescimento da Produtividade (taxa anual média de variação)

autores, como é o caso de Kovács (1999) que chamam a atenção para a excessiva desregulamentação existente nos EUA, e a precariedade contratual dos trabalhadores, num mercado de trabalho excessivamente flexibilizado, onde a força de trabalho se caracteriza por ser fluída, periférica ou contingente, englobando sobretudo os trabalhadores a tempo parcial, temporariamente contratados, e certas categorias dos trabalhadores por conta própria.

Para responderem à crescente competitividade do mercado, as empresas clamam por uma maior flexibilidade do emprego que permita uma maior variação do volume de emprego, dos salários, dos horários e do local de trabalho conforme as necessidades das empresas e as imposições do mercado. As empresas tendem a caracterizar-se por períodos de grande crescimento, impulsionadas por condições favoráveis no mercado (intro-

dução de uma inovação, início de um novo ciclo económico), mas também reduções drásticas de mão-de-obra e reestruturações organizacionais quando estes ciclos entram em decadência.

Ainda segundo Kovács (1999), os empregos precários, principalmente os relacionados com o trabalho temporário, em franco crescimento, não oferecem aos trabalhadores as regalias a eles devidas, em termos de férias pagas, segurança na doença e planos

de reforma. O número de trabalhadores não precários está a diminuir nos EUA, mantendo as empresas apenas aqueles que pelas suas competências são actualmente indispensáveis. A autora chama ainda a atenção para que ao aumentar-se a precariedade no emprego, as empresas tendem a investir menos na formação e na melhoria das competências dos seus funcionários, o que nos EUA é apontado como sendo a causa para uma diminuição da produtividade nos anos noventa, o que no entanto o quadro VI anteriormente referido não demonstra.

O Caso Português

O caso Português deve ser enquadrado dentro da UE. Na UE existe uma maior regulamentação das leis do trabalho, sendo também o Estado bastante mais interventivo que nos EUA. Os "especialistas, nomeadamente os da Organização para a Cooperação de Desenvolvimento Económico (OCDE) e da UE, apontam as restrições e a rigidez do mercado de trabalho europeu como responsáveis pela falta de

criação de empregos" (Kövacs, 1999: 12), sendo Portugal apontado como um dos países da UE onde essa rigidez é mais notória. A UE surge igualmente como aquela que menos tem investido nas TIC entre os três blocos económicos mais importantes, EUA e Japão.

Portugal no investimento em inovação surge com índices inferiores aos da UE, principalmente no que se refere às empresas inovadoras, tanto na indústria transformadora como nos serviços. Estes dados reflectem-se nas nossas exportações, continuando a ter um grande peso nas nossas exportações as indústrias de baixa tecnologia. Não será portanto de estranhar que Portugal até 1999 tenha em relação aos indicadores em I&D uma performance baixa quando comparado com os indicadores da UE e de países como por exemplo a Irlanda (ver quadro VII).

A nossa posição continua a ser preocupante se tivermos em conta o nível de escolaridade da população adulta, que demonstra um número elevado de indivíduos em actividade profissional com habilitações académicas ao nível do ensino básico (ver quadro VIII), o

que para os próximos anos nos deixa com a responsabilidade de investirmos bastante nos índices de escolaridade, se principalmente quisermos competir com os nossos parceiros europeus por forma a sermos atractivos em investimento para as empresas/instituições no sector das TIC.

No entanto, o investimento em Portugal ao nível das qualificações e competências não deve unicamente passar pelo nível de escolaridade, mas também por uma formação profissional que permita às empresas/instituições adquirirem regularmente recursos humanos com as competências profissionais adequadas à sua competitividade.

Sendo assim, as empresas/instituições portuguesas não podem deixar de apostar, correndo o risco de desaparecerem num mercado global extremamente competitivo, na combinação das TIC com a educação e a formação dos recursos humanos e com a transformação organizacional, dentro de uma abordagem integrada.

Esta é a visão integrada do Livro Verde para a Sociedade da Informação em Portugal (1997) e que defende

	GRÉCIA	IRLANDA	PORTUGAL	ESPAÑA	UE	TOTAL OCDE
DESPESAS EM I&D/PIB (%)	0.51	1.39	0.77(*)	0.89	1.85 (*)	2.21(*)
DESPESAS EM I&D DAS EMPRESAS/PIB EMPRESAS/PIB	0.13	1.01	0.17	0.46	1.20 (*)	1.54(*)
PESSOAL TOTAL EM I&D POR 1000 ACTIVOS	4.7	7.8	3.6(1)	6.2	9.4(1) (*)	-
INVESTIGADORES POR 1000 ACTIVOS	2.6	5.1	2.7(1)	3.7	5.0(1) (*)	5.9(1)
DESPESAS EM I&D EXECUTADAS P/ EMPRESAS	25.6	73.1	22.6	52.0	64.7	69.9
PESSOAL TOTAL EM I&D DAS EMPRESAS, % DO TOTAL NACIONAL	16.3	67.9	15.6(*)	37.5	53.9	-
INVESTIGADORES DAS EMPRESAS EM % DO TOTAL NACIONAL	16.5	65.1	12.6(*)	24.7	48.4	63.5(1)

Fonte: OCDE, Main Science and Technology Indicators. Notas: (*) Provisório, (1) 1997

quadro 7 : Indicadores de I&D (1999)

	ENSINO BÁSICO	SECUNDÁRIO INFERIOR	SECUNDÁRIO SUPERIOR	PÓS-SECUNDÁRIO (NÃO TERCEÁRIO)	TERCEÁRIO	TOTAL
GRÉCIA	41	9	27	5	18	100
IRLANDA	23	26	30	–	21	100
PORTUGAL	67	12	11	–	10	100
ESPAÑA	42	23	14	–	21	100
EUA	5	8	51	–	35	100
JAPÃO	–	19	49	–	31	100
ALEMANHA	2	17	53	5	23	100
FRANÇA	20	18	41	–	21	100
REINO UNIDO	–	18	57	–	25	100
ITÁLIA	25	32	30	4	9	100
COREIA DO SUL	18	16	44	–	23	100
MÉDIA PAÍSES OCDE	16	20	40	3	22	100

Fonte: OCDE, 2001 a, p.48

quadro 8 : Nível de escolaridade mais alto da população adulta (25-64 anos, 1999, %)

objectivos como: conseguir criar uma consciência do potencial do novo paradigma de organização do trabalho, em termos do aumento do desempenho e da satisfação profissional; ajudar as PME's, as mais dinâmicas e criadoras de emprego, a maximizar o potencial desta mudança, tornando-se mais competitivas; modernizar o quadro contratual de vida profissional, de modo a encontrar soluções e meios de conciliar flexibilidade e segurança.

Só desta forma, e ainda segundo o mesmo livro, será possível evitar o surgimento do chamado mercado de trabalho a duas velocidades, com as empresas a necessitarem de recursos humanos profissionalmente qualificados, e o mercado de trabalho a não acompanhar o contínuo desenvolvimento tecnológico e organizacional que se avizinha.

Tal como tem acontecido noutros países da UE, também a classe empresarial tem pressionado o poder político para uma maior flexibilização da legis-

lação laboral, como passo importante para a competitividade das empresas portuguesas, quer no mercado interno, quer no mercado externo.

Conclusão

A importância das TIC na actividade económica é hoje evidente, e para as empresas que se atrasarem na sua conversão a esta nova realidade o futuro não parece ser muito optimista. O mesmo se passa com os países, pois num mercado aberto, global e altamente concorrencial as empresas tendem a investir e a situar-se nos países onde a mão-de-obra é mais qualificada e acessível. Já não é suficiente possuir mão-de-obra barata para atrair o investimento, mas também recursos humanos qualificados no domínio das novas tecnologias, ou aptos a adquirirem esse conhecimento com a necessária rapidez e eficiência.

A intenção neste trabalho foi assim transmitir a mensagem de que a melhor

forma de criar inovação e acompanhar a dinâmica por ela provocada será apostar nas qualificações dos recursos humanos, e interrogarmo-nos para algumas das consequências que este dinamismo terá para as empresas e o emprego.

Não gostaria de terminar sem antes reflectir um pouco sobre a situação dos países em vias de desenvolvimento. Se Portugal e as empresas portuguesas enfrentam estes desafios, que dizer de países como os africanos, principalmente os sub-sarianos, onde os índices de analfabetismo são avassaladores, e onde os índices de difusão das TIC são irrisórios. Será que as TIC não poderão também elas significar uma diminuição das diferenças entre países desenvolvidos e países subdesenvolvidos? Vamos esperar que neste século o mundo possa ser mais igualitário, e que a inovação possa significar melhoria das condições de vida das populações a nível mundial, e não só para alguns países como tem sido até agora.

Referências Bibliográficas

- BDANIELS, N. Caroline (1997), *Estratégias Empresariais e Tecnologias da Informação*, Lisboa, Caminho.
- LANÇA, Isabel Salavisa (2001), *Mudança Tecnológica e Economia*, Oeiras, Celta Editora.
- Livro Verde Para a Sociedade da Informação em Portugal* (s.d.), Lisboa, Missão para a Sociedade da Informação.
- KOVÁCS, Ilona (Novembro de 1999), «Consequências da Reorganização das Empresas no Emprego», APSIOT, nº 22, pp. 9-27.
- MICHIE, Jonathan and REATI, Angelo (1998), *Employment, Technology and Economic Needs*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing.
- RODRIGUES, Maria João (coordenadora), BOYER, Robert, CASTELS, Manuel, GOSTA, Esping-Andersen, LINDLEY, Robert, SOETE, Luc (2000), *Para Uma Europa da Inovação e do Conhecimento*, Oeiras, Celta Editores.
- STEWART, L., TUBBS and MOSS, Sylvia (1994), *Human Communication*, Singapore, McGraw-Hill International Editions.

CONTORNOS DO TURISMO SEXUAL

Ao longo da sua história, o turismo reflecte as alterações que acompanham o processo de crescimento de uma sociedade. Hoje viajamos por quase tudo e para nada. O prazer de viajar encontra-se materializado numa multiplicidade de produtos turísticos que cada vez mais satisfazem os mais exigentes.

Neste artigo faz-se referência a um tipo de turismo que, injustamente, tem sido pouco abordado, apesar da sua grande expressividade económico-social: o turismo sexual. De uma forma muito generalista, pretende-se dar a conhecer alguns contornos deste tipo de turismo que ao deixar de estar confinado a um espaço geográfico (Ásia) representa uma realidade aliciante para muitos operadores turísticos.

Maria da Fé Brás - ESGHT

Contextualização

Os últimos anos vieram demonstrar que a análise do desenvolvimento do turismo ultrapassa as questões que se centram nos seus impactes socio-económicos traduzidos por estatísticas que confirmam a preferência do turista por uma região. O comércio de sexo, ou turismo sexual, é uma realidade até há pouco tempo “escondida” dos alunos que se formavam em Turismo. Porém, constitui uma forte motivação turística e para satisfazê-la é necessário criar uma verdadeira indústria composta pelos mesmos elementos do “turismo tradicional”.

Numa primeira abordagem convém esclarecer que por turismo sexual se entende toda a deslocação turística que tem como objectivo principal, ou principal motivação, o consumo ou comércio de sexo (Graburn, 1983). O turismo sexual tem merecido nos últimos anos a atenção de investigadores de diferentes áreas (Antropologia, Psicologia do Turismo e Sociologia). Contudo, este tema sempre foi por nós abordado com alguma ligeireza, nunca lhe tendo sido dada a expressividade

que de facto tem, quer a nível económico, quer social. Estamos em crer que a justificação reside no facto de se chamar turismo sexual.

Internacionalização do Turismo Sexual

A sua internacionalização constituiu-se como uma realidade actual, sendo considerado um fenómeno com dimensões mundiais alarmantes (Oppermann, 1999). Os grandes destinos do turismo sexual encontram-se espalhados por todos os continentes, aparecendo a Ásia (Tailândia, Filipinas e Sri Lanka) como primeira referência histórica deste fenómeno. No continente africano (com uma entrada mais recente no circuito do turismo sexual) os pontos centrais são: Marrocos, Mauritânia, Senegal e Quênia, onde a preferência vai para as crianças de rua (Magalhães, 2001). A América, principalmente a parte Sul e Caribe, tem actualmente uma importante quota de mercado do turismo sexual, nomeadamente o Brasil, Cuba e República Dominicana, onde esta prática se enraizou, transformando-se num pro-

duto de turismo cultural local (Ryan & Kinder, 1996). O velho continente constituiu-se em torno de uma prática de turismo sexual quase exclusivamente ligado à pedofilia, e turismo homossexual, tendo, no entanto, centros muito concretos de crescimento: Bélgica, Holanda e Reino Unido (Urbain, 1998). Em Portugal encontra-se sobretudo centrado nas grandes cidades, Lisboa, Coimbra e Porto, mais ligado à pedofilia, onde o número de meninos de rua é maior e no Funchal, principalmente junto das comunidades piscatórias. E o Algarve? Bastaria responder que estamos numa região de “sol e praia” e que turismo sexual não é só sinónimo de países ou regiões pobres, e de pessoas incultas. Muitos operadores turísticos sabem onde encontrar o “produto” certo para o seu cliente, porque o turista sexual não procura prostitutas de rua mas mulheres, ou homens, com outro perfil, que não aparecem em brochuras oferecidas nos hotéis. Com este produto turístico tudo é mais subtil, por isso, desmistifique-se de vez a imagem “Zé Camarinha” como produto sexual algarvio.



Raízes históricas do Turismo Sexual

A prostituição ligada ao fenómeno turístico desenvolveu-se massivamente na Ásia, sobretudo após a Guerra da Coreia e da Guerra do Vietname, em grande parte provocado pela presença das tropas americanas em Banguecoque e noutras cidades. As bases norte-americanas estabelecidas na Tailândia e em outros países estiveram na origem da criação de centros de prostituição, ou seja, bordéis. Foi, por exemplo, durante a II Guerra Mundial que um grande número de raparigas coreanas se tornaram “as mulheres de conforto” utilizadas em bordéis militares¹ (Brown, 2002). Após a Guerra do Vietname, as mulheres abandonadas passaram a dedicar-se ao comércio sexual com turistas estrangeiros, de forma a manter a sua sobrevivência (Graburn, 1983).

Historicamente, a primeira alusão ao turismo sexual centra-se, de facto, na Ásia, em grande parte associado ao “imaginário de viagem” do homem ocidental² pela a mulher oriental, muitas vezes vista como sexualmente exótica. Foi, sem dúvida, a visão colonial que atribuiu à mulher oriental uma beleza excêntrica, aliada à doçura, submissão e sensibilidade que atraiu e continua a atrair turistas para a Ásia. Associada à visão colonialista surge ainda a ideia, em muitos casos errada, de que os países orientais gozam de uma maior liberdade sexual, onde o adultério e a poligamia são práticas correntes (Leheny, 1995).

Causas e Consequências

Para entender o papel que o turismo sexual desempenha na Ásia, bem como as causas que o originaram, temos que tomar em consideração uma multiplicidade de factores, tais como: factores económicos (grande parte destes países são conhecidos sobre a designação de PFR – Países de Fracos Recursos); factores político/

administrativos (muitos foram países colonizados por grandes potências europeias e envolvidos em guerras); factores culturais (em consequência do factor anterior, muitos sofreram graves processos de aculturação por parte dos países colonizadores); factores sociais (aqui importa analisar o papel desempenhado pela mulher, sobretudo no meio rural onde os recursos são escassos e as mulheres são vistas como “mercadoria” de troca ou de venda directa pelos pais para trabalharem em bordéis ou na rua) (Graburn, 1983)³. A tudo isto acresce ainda o facto de muitas sociedades serem alicerçadas em valores patriarcais e terem uma atitude castradora face à sexualidade feminina. Grande parte das mulheres abandonadas pelos maridos ou namorados é socialmente marginalizada não lhe restando outra opção de vida senão a prostituição. Outra causa que marca o crescimento do turismo sexual é o facto de, numa sociedade onde não existem grandes alternativas industriais, a forma de fazer entrar divisas passa pela venda da “beleza e autenticidade” femininas (Leheny, 1995).

As grandes consequências centram-se sobretudo em questões sociais e de saúde. É um facto que as mulheres implicadas no circuito do turismo sexual acabam, como qualquer prostituta, por ser excluídas socialmente. Em termos de saúde vive-se, sublinhe-se, um verdadeiro drama trazido pela proliferação do SIDA. Na maioria dos países onde o turismo sexual é uma realidade, o número de casos de SIDA tem aumentado exponencialmente o que, por consequência, tem também feito crescer o número de casos nos países emissores de turistas sexuais, em virtude da não utilização de preservativo que, acrescente-se, constitui um dos aliciantes para estes turistas (Maurer, 1991).

A este crescimento não ficaram alheios os operadores turísticos que, por intermédio de muitas companhias aéreas alertam os turistas, durante o

voo, para o cuidado que devem ter com contactos sexuais íntimos em determinados destinos e, até, de que o turismo sexual constitui uma prática ilegal.

Para que percebamos a amplitude do problema de saúde causado pela proliferação do turismo sexual, e da prostituição em geral, podemos dar como exemplo um provérbio que circula na Tailândia, na principal rua de comércio de sexo (*Patpong*), parte integrante de alguns roteiros turísticos, e que diz o seguinte: “Aos 10 anos és uma jovem adulta, aos 20 uma senhora de idade e aos 30 estás morta.”

O Mercado

A crise económica asiática (1997) trouxe um novo alento para os ocidentais no que toca ao crescimento da oferta de mulheres para o comércio sexual e de uma procura turística crescente com maior capacidade de compra local. A indústria do turismo sexual tomou, assim, proporções gigantescas porque se sustenta de um conjunto de outras profissões e/ou sectores que perderam valor de mercado. A isto, junta-se o facto de a indústria sexual asiática estar alicerçada sobre fortes pilares económicos e sociais. As mulheres sempre constituíram um produto comercial, cujo valor oscila ao sabor das alterações de mercado (Brown, 2002).

O grande mercado do turismo sexual asiático constitui-se, sobretudo, em torno da procura japonesa, em número muito significativo. Os turistas japoneses continuam a praticar o turismo *kisaeng – tours* - visitas organizadas às zonas de prostitutas, muitas vezes proporcionadas pelas grandes empresas e ainda turismo sexual ao domicílio (hotel). Contudo, na década de 80 surgiram fortes contestações sociais à presença constante dos japoneses para explorarem sexualmente as mulheres⁴. Neste momento o Japão é conhecido como o maior importador de mulheres, oriundas de países vizinhos pobres (Ritcher, 1998).

Os ocidentais, sobretudo alemães e ingleses, constituem uma grande percentagem dos milhões de turistas que procuram turismo sexual na Ásia. Contrariamente ao que se possa pensar, não são apenas indivíduos de meia-idade que procuram este tipo de turismo, embora representem um número muito significativo, são também pessoas mais jovens que viajam no circuito (Tailândia- Índia-Nepal) à procura de outros padrões culturais e de aventura. Os turistas mais velhos procuram uma "autenticidade" dos modelos orientais, onde o mercado tem características diferentes: muita oferta, possibilidade de escolher antes de comprar, e, curiosamente, envolvendo também uma componente psicológica ligada à afectividade, porque acreditam que para aquelas jovens mulheres, eles (turistas), não representam apenas dinheiro (Scott, 1995). Todos estes factores fazem do turismo sexual por parte dos ocidentais um fenómeno «(...) escandalosamente visível» (Brown, 2002:20).

Um mercado fortemente em expansão, e onde o turismo sexual se confunde com a cultura local enquanto produto turístico, é o Brasil. Fortemente centrado na zona do nordeste, litoral, correspondendo assim aos famosos S's do turismo: Sun, Sea, Sand and... Sex. Os turistas não procuram "prostitutas oficiais", mas sim jovens mulheres que se disponibilizam para os acompanhar durante a sua permanência no país e que, para além dos serviços sexuais, servem de guia local nos pontos turísticos. É curioso salientar que muitos consideram este tipo de serviço mais barato e seguro do que ter um guia oficial, uma vez que estas mulheres conhecem especialmente a comunidade local. Hoje em dia já existem no Brasil, exemplo disso é o Rio de Janeiro, os denominados "Guias de Aventuras Sexuais", cuja tarefa principal é levar o turista até às mulheres cariocas através de um roteiro altamente especializado. (Gripp & Berta, 2004).

Não são as mulheres que beneficiam directamente com o turismo sexual, mas as agências de viagem, hotéis, operadores turísticos, polícia e governo, assim como, obviamente, as companhias aéreas. Segundo Cottingham (cit. in Opperman, 1998) apenas 10 a 15 % do dinheiro gasto, por exemplo, pelos japoneses nas Filipinas chega às mãos das mulheres, o grande montante que resta é dividido pelos dos elementos do "circuito turístico" (operadores turísticos, guias locais, etc.).

Turismo Sexual Infantil

Hoje em dia a tradição ainda é muito importante para manter certos tipos de prostituição, por exemplo no Sul da Índia, algumas crianças são levadas à prostituição devido a uma prática religiosa antiga chamada *devadasi*, que significa "servo de Deus". Uma criança quando chega à puberdade é retirada dos seus pais e entregue a um padre ou chefe da aldeia que a toma como concubina. Posteriormente estas crianças são abandonadas e outras tomam o seu lugar. A lei proibiu esta prática embora a mesma se mantenha em zonas rurais. (Opperman, 1999).

Também o Nepal tem uma tradição semelhante onde as jovens são entregues às divindades como forma de proteger a família. Estas jovens são "usadas" pelos padres e depois abandonadas, vendo-se obrigadas a dedicarem-se à prostituição, sendo muito procuradas por turistas que vão em busca de comércio sexual infantil (Graburn, 1983).

É por casos como os anteriores que actualmente a grande preocupação mundial está centrada na luta contra o turismo sexual infantil. Este tem mobilizado muitas ONG (Organizações Não-Governamentais) que desenvolvem trabalho em diferentes países onde o mesmo tomou dimensões alarmantes. A justificação para o crescente interesse no turismo sexual infantil está, para alguns autores, no "imaginário

da viagem" e concepção do turismo, através da descoberta, transgressão e exploração da cultura de um país. Desta forma, podemos afirmar que o turismo sexual encontra referência num parâmetro histórico que modelou, e ainda modela, a nossa cultura: a descoberta e novas experiências⁵. O grande problema do turismo, enquanto fonte de prostituição, continua no facto de ainda vivermos uma cultura de viagem que valoriza a procura do exótico e do autêntico (Urbain, 1998).

Neste quadro insere-se ainda a representação ocidental do turismo, ou seja, o olhar das tradições numa perspectiva que a Sociologia do Turismo, através da aplicação da teoria Marxista, denominou por consenso e conflito. No caso do turismo sexual assistimos a um conflito de interesses, onde os papéis, valores e normas, estão claramente imbuídos dos interesses de grupos dominantes que impõem os seus interesses aos grupos economicamente dominados. Alguns autores consideram que o turismo já pode ser, por si só, uma forma de prostituição, uma vez que os países pobres são "obrigados a venderem-se" para os mais ricos. A propósito disto, Pierre Loti afirmava que todos os países que se abrem ao turismo abdicam da sua dignidade (Cit in Truong, 1990).

Há quem veja a chegada de turistas como um benefício, mas há também quem os encare como uma perda de identidade e valores culturais, talvez por isso na Ásia se diga que: "O turismo é como o lume, pode cozinhar a sopa e pode também queimar-te a casa."

1 Grande parte destas mulheres eram adolescentes, muitas delas não chegaram à idade adulta, em parte devido ao número de soldados que as usavam sexualmente durante o dia (cerca de 70). Um número significativo de mulheres acabou por se suicidar ou ser assassinada pelos japoneses quando perceberam que iam perder a guerra.

2 Associado, em parte, às característi-

cas do denominado turismo étnico, ou seja, em que a primeira atracção é o exotismo cultural da população local (Van den Berghe & Keys, 1984)

3 Segundo o autor, grande parte da sociedade asiática é de origem patriarcal e tem uma atitude castradora face à sexualidade feminina, acresce ainda a crise que têm vivido no sector agrícola e industrial, bem como a discriminação da mulher no

mercado de trabalho

4 Grande parte das viagens de incentivo japonesas eram para destinos de prática de turismo sexual, culminando com um movimento de contestação das esposas às viagens organizadas ao "paraíso do sexo".

5 Na Índia, por exemplo, muitas cidades abriram as suas portas aos turistas com dinheiro para se "divertirem" sem risco com crianças, o mesmo significa dizer com

crianças virgens. Este tipo de turismo está fortemente organizado. No Sri Lanka, junto às belas praias de areia branca, organizam-se as redes de turismo sexual infantil, os chamados beach boys, à semelhança do que acontece no Quênia, Cuba, Brasil, etc.

Referências Bibliográficas

- BROWN, L. (2002), *Escravas do Sexo*, Ed. ASA, Lisboa.
- GRABURN, Nelson (1983), «Tourism and Prostitution», *Annals of Tourism Research*, Vol.10, pp.437-456.
- GRIPP A.; BERTA, R. (2004), «Turismo Sexual tem até Guia», *Jornal o Globo*.*
- LEHENY, D. (1995), «A Political Economy of Asian Sex Tourism», *Annals of Tourism Research*, Vol. 22, nº 2, pp. 367-384
- LEIPER, N. (2003), «Sultry Climates: Travel and Sex since the Grand Tour», *Annals of Tourism Research*; Vol. 30, nº 1, pp263-265.
- MAGALHÃES, L. (2001), *Turismo Sexual: uma praga universal*. [on line]. Available: //A:Turismo sexual.htm, 27-03-2003.
- OPPERMAN, Martin (1999), «Sex Tourism and Prostitution», *Annals of Tourism Research*, Vol.26, nº 2, pp 251-266.
- RITCHER, L. (1998), «Exploring the Political Role of Gender in Tourism Research», In Theobald, W., *Global Touris*, Butterworth –Heinemann Ed., Oxford.
- RYAN, C; KINDER R. (1996), «Tourism Management», *Annals of Tourism Research*, Vol.17, nº 7, pp 507-518.
- SCOTT, Julie (1995), «Sexual and National Boundaries in Tourism», *Annals of Tourism Research*, Vol.22, nº 2, pp. 385-403.
- TRUONG, Thanh-dam (1990), *Sex, Money and Morality: Prostitution and Tourism in South East Asia*, Zed Press, Londres.
- URBAIN, J.D. (1998), «Entre Urgence et Réflexion: L'enfant et le tourisme sexual», In *Commission Européen, Tourisme Sexuel Impliquant des Enfants*, CE, Bruxelas.

* No artigo citado faltam elementos de referência.

ASSOCIAÇÕES DE MUNICÍPIOS E ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DO TURISMO

Este artigo debruça-se sobre a importância das associações de municípios para a organização territorial turística portuguesa. Aproveitando o exemplo de experiências comparadas em Espanha e França e apresentando técnicas jurídicas e institucionais disponíveis no nosso ordenamento jurídico, conclui-se pela existência de fortes potencialidades de valorização na gestão e promoção dos destinos turísticos através do regime jurídico das associações de municípios, com indicadores para a revisão do enquadramento legal existente para as regiões de turismo.



Virgílio Miguel Machado - ESGHT

Objecto de Estudo

As Leis 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio definem o regime jurídico da criação e quadro de atribuições, respectivamente, das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais de direito público, bem como o financiamento e o funcionamento dos seus órgãos.

Pergunta-se em que medida estas novas pessoas colectivas públicas definidas (art.º 2º de ambas as Leis) como tendo natureza associativa municipal podem desempenhar um papel relevante em áreas como o planeamento, ordenamento e promoção turísticas na escala territorial por elas abrangida, com consequências relevantes na organização do Turismo em Portugal.

Esta análise supõe o necessário enquadramento jurídico não só das suas atribuições e competências, como também da dinâmica associativa municipal que lhes está subjacente, na comparação com outras associações públicas em que os municípios estão representados, como as Regiões de Turismo, cujo regime consta actualmente do D.L. n.º 287/91, de 9 de

Agosto e ainda nas suas relações com a Administração Central.

As conclusões da análise dos referidos regimes jurídicos permitirão surpreender virtudes e potencialidades na sua caracterização como organizações territoriais de Turismo, seus pontos e fracos relativamente a outras organizações (v.g. Regiões de Turismo e municípios) e bem assim do seu posicionamento face à restante Administração Turística.

Enquadramento Jurídico

As já referidas Leis 10/2003 e 11/2003, de 13 de Maio (adiante designadas LAM e LCI, por facilidade de exposição) definem estas organizações como pessoas colectivas públicas de natureza associativa e de âmbito territorial e que visam a prossecução de interesses comuns aos municípios que as integram.

O apoio ao turismo é considerado um fim público a prosseguir por estes entes (art.º 6º n.º 1 alínea b) n.º 8 da LAM e art.º 5º n.º 1 alínea b) n.º 8 da LCI) o que as permite configurar, para

já, como organizações criadas, ainda que não a título exclusivo e principal, para a prossecução de fins turísticos.

No desenvolvimento destas atribuições constata-se na competência dos seus órgãos executivos (junta metropolitana na LAM e conselho directivo na LCI) a coordenação da gestão de redes intermunicipais de monitorização e controle da qualidade dos meios naturais; de promoção do espaço geográfico da área territorial da associação; na elaboração de redes de desenvolvimento turístico e apoio à oferta turística no mercado interno (art.º 18º n.º 5 alíneas a), o) e aa) da LAM e art.º 14º n.º 4 alíneas a); p) e z) da LCI).

Também é competência dos órgãos executivos, a título consultivo, emitir parecer em matéria de localização de conjuntos turísticos, meios complementares de alojamento turístico ou áreas de interesse turístico (art.º 18º n.º 3 alínea f) da LAM e art.º 14º n.º 3 alínea f) da LCI).

A doutrina mais actualizada (Pallarés, 2000:85) enquadra o turismo como um fenómeno imprescindivelmente ligado ao território, de forma

que considera este, não como mero suporte físico da actividade turística, mas como um recurso fundamental do turismo, susceptível de constituir instrumento estratégico e modelo organizacional capaz de dar coerência espacial à dinâmica turística.

Como assinala Ivars (2003:), «ao contrário de outros sectores, o turismo consome-se onde se produz, pelo que a gestão do espaço de produção e consequentemente de consumo adquire uma capital importância, tendo em conta, também que muitos dos elementos do produto turístico global apresentam uma elevada componente territorial (...)».

Esta nova perspectiva de planificação e desenvolvimento turístico não permite dissociar o turismo e, nomeadamente, a promoção dos recursos turísticos, de uma perspectiva de base territorial em que matérias como infra-estruturas de saneamento básico, transportes, comunicações, segurança pública, protecção civil e dinamização do ambiente e do património cultural, entre outras, ocupam ou devem ocupar um papel central nas atribuições e competências das organizações públicas de turismo.

Resulta deste ponto de partida, ou seja, a associação entre a promoção turística a jusante com o planeamento e ordenamento turístico a montante, inestimáveis ganhos de eficiência, eficácia e economia para a organização do turismo com a criação de economias de escala, organização de serviços coordenados segundo objectivos comuns que permitam conexão e coesão nas actuações públicas e privadas em níveis territoriais distintos de actuação (maxime a nível local, sub-regional e regional).

Importa considerar também que o apoio ao turismo seja orientado para uma perspectiva de valor aos investimentos públicos e privados que qualifiquem o território e lhe aportem as condições necessárias para a actividade turística se poder desenvolver com incremento na qualidade da pres-

tação dos serviços e sustentabilidade ecológica.

Ora, da análise do regime jurídico das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais parecem resultar inequívocas vantagens, não só na criação de um modelo coerente de organização pública turística com a interface planeamento/ordenamento /promoção turística, como também da utilização do território como um instrumento de qualificação da oferta turística.

Com efeito, nas duas pessoas colectivas verificam-se atribuições de coordenação entre os municípios e os serviços da administração central em áreas como infra-estruturas de saneamento básico e de abastecimento público, ambiente, conservação da natureza e recursos naturais, segurança e protecção civil, acessibilidades e transportes, apoio à cultura e às actividades de lazer, planeamento e gestão estratégica, económica e social e gestão territorial na área dos municípios integrantes (art.º 6º n.º 1 alínea b) n.ºs 1;4;5;6;8 e 9 e alíneas c) e d) da LAM e art.º 5º n.º 1 alínea b) n.ºs 1;4;5;6 e 8, alíneas c) e d) da LCI).

Em consequência, as competências dos órgãos executivos traduzem intervenção significativa em matérias de planeamento, ordenamento e gestão territorial, como, por exemplo, o acompanhamento, revisão e alteração de planos directores municipais e de planos especiais de ordenamento do território, a emissão de parecer sobre instrumentos de gestão territorial que abrangem parte ou a totalidade do territórios dos municípios integrantes ou a promoção e elaboração de planos regionais de ordenamento do território e planos intermunicipais de ordenamento do território, estes dois últimos, só da competência da junta metropolitana (art.º 18º n.º 2 alínea e); n.º 3 alínea a) e n.º 4 alíneas a) e b) da LAM e art.º 14º n.º 2 alínea e) e n.º 3 alínea a) da LCI).

Com interesse para a interface- turismo- ambiente- cultura, destaquem-se ainda as competências dos órgãos executivos na participação da gestão

das áreas protegidas e das áreas ambientalmente sensíveis, na elaboração de redes de unidades museológicas e de proposta na elaboração de políticas intermunicipais de cultura e património, no apoio a iniciativas culturais de criação, produção e difusão de eventos de natureza intermunicipal, na construção e recuperação de equipamentos que se integrem no património cultural e na promoção da certificação da origem e da qualidade dos produtos (art.º 18º n.º 5 alíneas h); o); q); x); z) e cc) da LAM e art.º 14º n.º 4 alíneas h); p); q); x); z) e cc) da LCI).

De referir também no regime das comunidades intermunicipais, a existência de um regime especial previsto para associações e municípios de fins específicos (art.º 1º n.º 2º alínea b) e 20º a 26º da LCI).

Organizações Territoriais De Turismo: Algumas Notas de Direito Comparado

Face à análise do regime de atribuições e competências destas novas pessoas colectivas públicas, pergunta-se: Poderão estes entes configurar-se como organizações territoriais de turismo? E mais pergunta-se: O que são organizações territoriais de turismo? Faz sentido colocar este problema quando já existem organismos públicos com responsabilidades no âmbito do turismo a nível regional como as regiões de turismo?

Não existe nenhum conceito normativo de organização territorial, regional ou local de turismo. Apesar de algumas leis no sector do turismo definirem a possibilidade de delegação de competências de fiscalização da Adm. Central nos órgãos regionais de turismo (v. art.º 58º n.º 3 do D.L.167/97, de 4 de Julho, em sede de empreendimentos turísticos ou art.º 35º n.º 3 do D.L. n.º 168/97, de 4 de Julho sobre estabelecimentos de restauração e bebidas, só para citar dois exemplos) o conceito permanece sem definição normativa ou delimitação qualitativa.

As regiões de turismo parecem constituir os organismos territoriais regionais de turismo por excelência. São definidas como pessoas colectivas de direito público a quem incumbe prioritariamente, a valorização turística das respectivas áreas, visando o aproveitamento equilibrado das potencialidades turísticas do património histórico, cultural e natural, no quadro das orientações e directivas da política de turismo definida pelo Governo e nos planos anuais e plurianuais do Estado e dos municípios (art.º 1º e 2º n.º1 do D.L. n.º 287/91, de 9 de Agosto, regime jurídico das regiões de turismo, adiante designado RJRT).

As suas atribuições contemplam planos e estudos de acção turística, identificação dos recursos turísticos existentes, definição do produto ou produtos turísticos regionais, promoção da oferta turística no mercado interno e externo, fomento do artesanato e animação turística regionais e colaboração com os órgãos centrais e com as autarquias com vista à consecução dos objectivos da política nacional que fôr definida para o turismo (art.º 2º n.º 2 alíneas a) a f) do RJRT).

A composição e competências dos seus órgãos (comissão regional e comissão executiva) concretizam as atribuições desta pessoa colectiva associativa de direito público, com representantes dos municípios, de departamentos do Estado e de entidades públicas ou privadas com relevo para a actividade turística na comissão regional (art.º 13º do RJRT) ficando reservadas essencialmente competências de fomento (art.º 17º n.º 1 alíneas c) e d); inventário e informação de recursos turísticos (art.º 17º n.º 2 alíneas c);d);e); f); g); h); i) e j) e sua promoção; art.º 17º n.º 1 alíneas f) e l) do RJRT) ao órgão executivo, ou seja à comissão executiva, no quadro das opções sectoriais de turismo definidas pelo Governo.

As regiões de turismo são também configuradas como associações públicas de municípios de tipo especial

formadas na base da cooperação com o Estado no parecer da Procuradoria-Geral da Republica n.º 13/93 de 6 de Maio (publicado no Diário da Republica- II Série n.º 274, de 23 de Novembro de 1993).

Em reforço das dúvidas colocadas no início deste capítulo, pergunta-se: O regime jurídico das regiões de turismo esgota uma óptica de organização territorial do turismo? Entende-se que não e por uma série de razões, das quais enumerarei três:

a) O regime jurídico das regiões de turismo não as orienta como pessoas colectivas públicas com responsabilidades nas áreas do planeamento e ordenamento turístico, sendo que a sua praxis as orientou decisivamente para os campos da promoção e animação turísticas;

b) Existem dinâmicas sub-regionais ou supra-locais de organização e promoção turística que não se revêem no modelo regional das regiões de turismo;

c) É necessário esclarecer e explicar que mais-valias poderão trazer as áreas metropolitanas ou as comunidades intermunicipais para o apoio ao turismo, já referido como uma das suas principais atribuições, tendo em atenção que já existem as regiões de turismo também com essa atribuição.

Em relação à primeira alínea a) e na lógica deste estudo, secunda-se, de novo, Ivars (2003:316) quando afirma que a «Administração Turística não pode ordenar o território».

Continua dizendo que, «carece de sentido continuar promovendo planos turísticos de aparência integrada, mas de aplicação exclusivamente sectorial (...)» concluindo que a «planificação turística reclama uma coordenação administrativa eficaz do ordenamento do território como política horizontal, especialmente nos espaços cuja organização espacial fôr especialmente afectada pelo turismo (...)».

Neste contexto, assinala-se uma debilidade estrutural das regiões de turismo, enquanto pessoas colectivas

integradas numa Administração Pública Turística, mas sem capacidade de intervenção para ordenamento do território que lhe subjaz enquanto região. E essa debilidade aporta um limitado alcance para a planificação dos recursos turísticos, geralmente acompanhada de uma forte insuficiência financeira e uma lentidão extrema na evolução dos instrumentos de ordenamento do território que configurem um modelo de desenvolvimento turístico regional.

Entende-se, assim, porque a praxis das regiões de turismo as orientou decisivamente para os campos da promoção e animação turística. Este modelo assente na promoção turística, face às tendências já apontadas de desenvolvimento do turismo carece de uma profunda revisão, podendo em explicação dos argumentos atrás expendidos nas alíneas b) e c) adiantarem-se as vantagens e utilidades do novo regime das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais para a organização territorial regional de turismo.

Desde já se assinala o já apontado regime dos artºs 20º a 26º da LCI, que prevê as associações de municípios com fins especiais. Este regime poderá ser utilizado com interesse por municípios que visem a gestão e promoção turística integrada de áreas com recursos turísticos homogêneos que abranjam mais que um território municipal (ex: rios, barragens, montanhas, lagos ou praias) pondo ao seu dispôr estruturas comuns articuladas e qualificadas de sinalética, informação turística, limpeza de praias e manutenção de caminhos de montanha, só para citar alguns exemplos.

Nesta matéria, os exemplos comparados não faltam. Em Espanha, o art.º 141º da Constituição e na sua sequência o art.º 4º da Lei de Bases do Regime Local de 02.04.85 (Lei 7/1985) adiante designada LBRL prevêem as comarcas como forma de associação especial entre municípios, justificadas pela necessidade de agrupamento de municípios com características similares que determinem interesses comuns

necessitados de uma gestão própria ou exijam a prestação de serviços comuns no dito âmbito territorial.

Alguns exemplos de comarcas utilizadas em Espanha são referidas em estudo do próprio (Machado, 2005) com planos estratégicos comarcais no País Basco, contendo determinações territoriais claras de áreas adequadas para as implantações turísticas, zonas de protecção e usos compatíveis com o turismo, infra-estruturas necessárias e adaptações do planeamento municipal e redacção de planos urbanísticos especiais precisos (art.º 51º da Lei 6/94, de 16 de Março, do País Basco) e também delimitação de vias verdes, caminhos em Parques Regionais, rede de miradouros turísticos em Aragão.

A importância de estruturas organizativas supra-municipais, como as comarcas, os consórcios ou associações de municípios são referidas por vários autores como Lizarraga (2000), Pallarés (2000) e Tubia e Arteché (2000), nalguns casos com aproveitamento de importantes fundos públicos intersectoriais, como forma de estímulo e reconhecimento a estas práticas organizativas.

Nesta perspectiva, entende-se o turismo como uma política pública cujo desenvolvimento e execução encontra no âmbito sub-regional sua adequada projecção territorial, com colaboração inter-administrativa, planificação, gestão e promoção integrada dos recursos turísticos, com fortalecimento de sustentabilidade e qualidade ambiental dos serviços públicos e privados com fins turísticos e acompanhado de mecanismos de observação, monitorização e formação.

Igualmente, municípios com fins específicos podem ser configurados, na senda do art.º 30º da já referida LBRL espanhola, como portadores de regimes especiais, como sejam municípios pequenos ou de carácter rural e para aqueles que reúnem características que o aconselhem, como seu carácter histórico-artístico ou o predomínio no seu território de activi-

dades turísticas, industriais, mineiras ou outras semelhantes.

Associações de municípios com fins específicos podem assim constituir terreno organizacional fértil para implantação de organizações em rede de municípios turísticos com projectos de qualidade e sustentabilidade ambientais nos serviços públicos e privados e de preservação e valorização do património natural e histórico-cultural para dinamização de destinos turísticos regionais. Morancho (2000) aponta como exemplos em Espanha, os projectos em rede dos Municípios Verdes ou os Planos de Excelência e Dinamização Turística apoiados pela Adm. Pública Turística.

Em França, o regime das estâncias classificadas (*stations classées*) previsto no Código Geral das Colectividades Territoriais (Título III- artºs L 2123-22; L-2231-1 a 18 e R-2231-1 a 63) que agrupa a Lei de 24.09.19 publicada no JO de 09.05.1920 e a Lei de 3.04.42 publicada no JO de 29.05.1942 prevê um regime de classificação a determinados territórios que disponham de recursos turísticos unificados por um lado, por outro, a necessidade da capacidade de acolhimento de turistas.

A classificação envolve não só a atribuição de um conjunto de prerrogativas à estância para o ordenamento e promoção dos seus atractivos turísticos, como atribuição de subvenções estatais, mas também o cumprimento de obrigações específicas, designadamente, no plano sanitário, animação e equipamentos.

O território da estância abrangido pode respeitar a um município local (*commune*), de uma fracção do município ou dum grupo de municípios. Prevalece, pois, o valor territorial intrínseco dos recursos turísticos e a dimensão da escala de gestão e promoção integradas que se pretendem abranger com a classificação.

Não sendo o objecto do presente estudo, a análise da organização administrativa do turismo em França, remete-se o leitor para o estudo

do próprio (Machado, 2005) e dos autores abrangidos (Py, 1996, Buraux e Buraux, 1990).

Como conclusão preliminar e aproveitando o impulso dos exemplos em Espanha e França, pode-se desde já adiantar que o regime jurídico das áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais é portador de potencialidades intrínsecas para uma dinamização das organizações regionais turísticas.

Seja porque este regime associa atribuições e competências nas áreas do planeamento/ordenamento e promoção de áreas geográficas ou porque as respectivas organizações se constituem como patamares intermédios, criadores de sinergias entre a Administração Local e a Administração Central, seja porque podem constituir interlocutores privilegiados para, com método e estratégias consequentes, captar importantes fatias de apoios públicos nas áreas do planeamento e desenvolvimento e promoção com interfaces nas áreas do ambiente, da cultura, do património e de outros bens públicos fundamentais para um suporte qualitativo fundamental à prestação da actividade da oferta turística e à consequente qualificação turística do território.

É evidente que tal dinâmica dependerá da importância que as respectivas associações derem à actividade turística e a inserirem como preocupação funcional prioritária das suas atribuições e competências, o que dependerá de região para região.

Considera-se, pois, o actual quadro normativo da organização territorial turística portuguesa desajustado em relação a países concorrentes ao nosso e com um défice de compreensão da realidade turística manifestamente insatisfatório, donde resultam menos – valias para a nossa capacidade organizacional e consequente desenvolvimento turístico.

Interessa tanto uma opção fundamental do legislador em termos de liderança territorial regional turística

futura, como também uma desejável definição e delimitação normativa dos contornos do que é uma organização territorial regional de turismo e se a mesma poderá ser investida de atribuições e instrumentos sérios de planeamento e ordenamento turístico, para além das até agora existentes, tarefas de fomento e promoção de recursos turísticos e da oferta turística.

Por agora, apenas se adiantarão algumas técnicas e instrumentos jurídicos disponíveis para a valorização de intervenção pública no planeamento/ordenamento/promoção turística que poderão ser aproveitados com interesse para a dinâmica de uma organização territorial turística a nível regional, sub-regional ou local.

Técnicas Jurídicas e Institucionais para a Valorização da Intervenção de Organizações Territoriais de Turismo

As Marcas Colectivas de Associação e Certificação

Em termos extremamente sintéticos, as marcas são sinais distintivos de produtos ou serviços.

O direito ao registo da marca cabe a quem nisso tenha legítimo interesse, designadamente aos que prestam serviços, para assinalar a respectiva actividade (art.º 225º alínea e) do Código da Propriedade Industrial, adiante designado CPI).

A doutrina e legislação definem marca, como sendo “todo o sinal ou meio que distinga ou sirva para distinguir no mercado produtos ou serviços de uma pessoa, dos produtos ou serviços idênticos ou similares de outra pessoa” (Almeida, 1999).

Pergunta-se: Podem os territórios, área de intervenção de uma pessoa colectiva pública ser objecto de registo como marca? Para designarem os territórios? Ou as pessoas colectivas territoriais?

A resposta é afirmativa. Registe-se que o símbolo do destino turístico Portugal foi registado como marca

desde 1993 no Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Gómez Lozano, 2002: 22) para identificar e distinguir a imagem do destino, cuja competência de promoção cabia então ao ICEP (hoje, ITP - Instituto de Turismo de Portugal). E tal símbolo pode ser registado como legitimidade pelo ICEP, conforme já referido art.º 225º alínea e) do CPI.

A imagem do destino, registada como marca, pode e é geralmente acompanhada com um logótipo. Este é identificado como sinal, susceptível de representação gráfica, que possa servir para referenciar qualquer entidade que preste serviços ou comercialize produtos (art. 301º do CPI).

O logótipo distingue o organismo, entidade que promove a venda de produtos ou serviços, a marca distingue os produtos e serviços em si mesmos, mas existe clara complementaridade entre estes dois conceitos, uma vez que o art.º 239 alínea f) do CPI permite o registo do logótipo como marca, desde que aquele pertença ao requerente ou este esteja autorizado a usá-lo.

Têm legitimidade para requerer o registo de um logótipo qualquer entidade individual ou colectiva, de carácter público ou privado que nele tenha interesse legítimo (art.º 302º do CPI).

Assim, a marca utilizada nos territórios, dir-se-ão turísticos, identifica simultaneamente, enquanto sinal distintivo uma dupla função: individualização do destino (promoção da imagem) e da entidade (responsável por essa promoção).

O mesmo raciocínio pode ser aplicado com legitimidade a todos os organismos responsáveis pela promoção da imagem dos respectivos destinos turísticos (regiões de turismo, juntas de turismo, comissões municipais de turismo) individualizando e distinguindo a imagem desses destinos, susceptíveis de registo como marcas e acompanhados com logótipos que distinguem as respectivas entidades promotoras.

Todavia, na estratégia de gestão e valorização de um território turístico,

aproveitando o regime jurídico das marcas pode-se ir um pouco mais longe. Vejamos então.

O regime jurídico nacional das marcas colectivas (de associação e certificação) consta dos art.ºs 228º a 232º do CPI. Concretamente, o art.º 228º n.º 1 do CPI define como marca colectiva uma marca de associação ou uma marca de certificação.

A marca de associação é concebida como um sinal determinado pertencente a uma associação de pessoas singulares ou colectivas, cujos membros o usam, ou têm intenção de usar, para produtos ou serviços relacionados com o objecto da associação (art. 229º do CPI).

Por seu turno, a marca de certificação é entendida como um sinal determinado pertencente a uma pessoa colectiva e que serve para ser utilizado nos produtos e serviços submetidos a um controlo de normas por parte dessa pessoa colectiva (art. 230º do CPI).

Existe, pois, uma ligação sistemática e de conteúdos entre uma marca de associação e uma marca de certificação. São ambas marcas colectivas pertencentes a uma pessoa colectiva que tem o direito à propriedade do seu registo (art. 231º) por lhe ser legalmente reconhecido o direito de exercer actividades de certificação e garantia de produtos ou serviços por ela assinados e distinguidos (alínea a) - marcas de certificação; ou de uma pessoa colectiva representativa de uma actividade económica e que, de acordo com o disposto nos seus diplomas orgânicos, estatutos ou regulamentos, têm competência para designar as pessoas que têm direito a usar a marca para assinalar os seus produtos e serviços (alínea b) - marcas de associação).

Este carácter colectivo da marca resulta não apenas da natureza jurídica do titular ou depositante, mas também do facto da marca ser utilizada não por este, mas pelos membros autorizados da colectividade titular da marca.

A este respeito, refere Almeida (1999) que a lei entende por mar-

ca colectiva a marca que, embora pertencendo a um único sujeito (pessoa colectiva), pode ser utilizada por diversos empresários, desde que observem o disposto nos estatutos da pessoa colectiva ou do diploma orgânico.

Este carácter colectivo tem importância para os “territórios turísticos”, dado o carácter territorial e de envolvimento entre sujeitos públicos e privados que a organização e promoção da imagem dos destinos turísticos supõe.

O referido carácter colectivo e simultaneamente territorial está na base da previsão do art.º 228º n.º 2 do CPI, o qual permite que possam constituir marca colectiva, sinais ou indicações utilizados no comércio para designar a origem geográfica de produtos e serviços, como sejam as denominações de origem, indicações geográficas e de proveniência.

Com a marca colectiva (em especial a de certificação) assim constituída, garante-se uma certa origem geográfica do produto ou serviço e, seguramente, um certo nível de qualidade dos mesmos.

De facto, estas marcas associam-se a preocupações de regulação da qualidade e de certificação de controlo dessa qualidade de produtos e serviços, que as marcas de certificação supõem (v. sobre as disciplinas jurídicas da normalização e certificação da qualidade, o estudo de Iacono, 1994).

A marca de certificação, em sede de CPI, pertence a uma pessoa colectiva que controla os produtos e serviços ou estabelece as normas a que estes devem obedecer e é utilizada nos produtos e serviços submetidos àquele controlo ou para os quais as normas foram estabelecidas (v. sobre marcas de associação e certificação, Almeida, 1999).

Mais, a marca de certificação pode certificar a origem geográfica de um produto ou serviço (marca de origem), a composição desse produto ou serviço por vários elementos ou sua integração num sistema qualificado, ou ainda que os produtos ou serviços

oferecem um certo nível de qualidade (marca de qualidade).

As marcas de associação, ao permitirem a distinção de bens e serviços produzidos ou promovidos por associações privadas (de fabricantes, de produtores, de prestadores de serviços ou de comerciantes) e associações públicas, transmitem valor comunicacional ao consumidor, pela envolvimento de interesses que a associação supõe, na comercialização de produtos e serviços numa imagem unitária com reflexos em preocupações de garantia e qualidade na produção e comercialização desses produtos ou serviços.

A função essencial destas marcas de associação é garantir que aqueles que as usam pertencem a uma associação titular da marca para produtos ou serviços relacionados com o objecto da associação, sendo permitida a sua filiação de acordo com o que estiver previsto nos seus diplomas orgânicos, ou na sua falta, nos seus estatutos e regulamentos internos (art. 231º n.º 2 do CPI).

A marca de certificação, por seu turno, visa assegurar que os produtos e serviços (provenientes de fabricos ou prestações diferentes) a que se aplica, têm certas características comuns, assim como um certo nível de qualidade, com a garantia de que foram submetidos a um controlo, prévio e contínuo. A função certificadora e indicadora de qualidade é a principal destas marcas (Almeida, 1999).

Nas marcas de certificação, a sua utilização depende apenas de os produtos ou serviços corresponderem aos requisitos objectivos exigidos no regulamento de uso da marca ou no diploma orgânico ou nos estatutos da pessoa colectiva.

A marca de associação diz tendencialmente algo sobre o utilizador da marca, a marca de certificação diz algo sobre os produtos e serviços.

As potencialidades de aplicação das marcas colectivas (de associação e certificação) são imensas, em sede de gestão, organização e promoção de



serviços encarregues por lei a pessoas colectivas públicas numa determinada área territorial.

Constituindo, em regra, as entidades públicas turísticas territoriais (regiões de turismo, juntas de turismo, associações de municípios) associações públicas compostas por representantes do sector público e, nalguns casos, do sector privado, é perfeitamente admissível juridicamente a utilização de marcas de associação para, em diferentes escalas territoriais, se organizarem, redes de prestação de serviços turísticos públicos e privados, com sinais distintivos de qualidade ligados às associações territoriais que se constituírem com responsabilidade na promoção geográfica e apoio à oferta nesses territórios.

Assim, por exemplo, em sede de serviços turísticos de carácter público podem ser certificados serviços em rede de vigilância ambiental, vigilância das praias ou serviços de informação turística que contribuam para a melhoria da qualidade da produção turística num determinado território. Assim o faz, por exemplo, a legislação nas Ilhas Canárias (art.º 65º da Lei 7/1995, de 6 de Abril, modificada pela Lei 5/1999, de 5 de Março) quando impõe como requisito de qualificação como município turístico a existência destes serviços.

Em sede de marcas de certificação aplicáveis a serviços turísticos privados, registe-se a possibilidade de a Direcção Geral do Turismo recorrer à acreditação para permitir a entidades privadas a actividade de inspecção de empreendimentos turísticos (art. 59º n.º 2 do D.L. n.º 167/97, de 4 de Julho) a empreendimentos de turismo no espaço rural (art.º 59º n.º 2 do D.L. n.º 54/2002, de 11 de Março) a empreendimentos de turismo de natureza (art.º 54º n.º 2 do D.L. n.º 47/99, de 16 de Fevereiro) ou da delegação de poderes de fiscalização a órgãos locais e regionais de turismo (v. o regime de fiscalização nos citados diplomas) em determinadas áreas territoriais, o que abre um leque imenso de possibili-

dades no que se refere a marcas de certificação aplicáveis a “territórios turísticos”.

Aliás, a actividade de fiscalização dos serviços turísticos, numa óptica de gestão da qualidade dos destinos turísticos, pode ser orientada em ordem ao preenchimento de requisitos de classificação e divulgação dos resultados no mercado, configurando um sistema de certificação da qualidade dos serviços, pela atribuição de sinais distintivos (ex: marcas publicas obrigatórias expressas em estrelas ou níveis, como defendido por Masseno, 2004).

De facto, constatando-se o regime das marcas de certificação, a certificação de qualidade de serviços de empreendimentos turísticos numa determinada área territorial permite a promoção dos mesmos como “sinal distintivo territorial”, através da aposição de uma marca de certificação de origem a esses empreendimentos nessa área territorial.

Assim, por exemplo, a certificação de empreendimentos turísticos numa zona territorial baseada na protecção de interesses como sejam o meio ambiente, poderia ser possível através do cumprimento por parte destes empreendimentos, de determinados requisitos de insonorização e de ausência de ruído exterior, sendo aqueles que cumprissem os requisitos, susceptíveis de aposição de uma marca de certificação territorial que funcionaria, pois, como sinal distintivo protegido como marca de certificação, controlado e regulado pela entidade acreditada para tal função de inspecção das condições de insonorização. Tal entidade teria que ser uma pessoa colectiva, atendendo que as marcas de certificação são marcas colectivas, como vimos.

A obrigatoriedade de um regulamento de utilização que contenha disposições sobre a identificação da associação requerente do registo, das pessoas autorizadas a utilizar a marca, as condições de afiliação, as condições de uso e os motivos pelos

quais se pode proibir o uso da marca a um membro da associação e demais sanções poderá ser objecto de desenvolvimento em sede legislativa ou regulamentar.

Igualmente, o carácter público e colectivo desses regulamentos, a definição da legitimidade da entidade para exercer acções em defesa da marca e um controlo por uma entidade pública dos requisitos do regulamento de utilização parecem-nos, na nossa óptica, aperfeiçoar o regime jurídico público e colectivo da utilização destes instrumentos, com consequentes vantagens claras na promoção geográfica de destinos turísticos com carácter territorial, através das marcas colectivas.

Concluimos, assim, que o regime das marcas colectivas e de certificação tem inúmeras possibilidades de valorização e aplicação à promoção geográfica de áreas territoriais com interesses turísticos, no âmbito das atribuições e competências encarregues por lei a associações de municípios como as áreas metropolitanas, as comunidades intermunicipais, as associações especiais de municípios e as regiões de turismo.

O Poder Regulamentar das Áreas Metropolitanas e Comunidades Intermunicipais

A Constituição da República adiante designada CRP garante a autonomia das autarquias locais nos artºs 6º n.º 1 e 235º n.º 1 como componente essencial da organização democrática do Estado, definindo as autarquias locais como «pessoas colectivas territoriais dotadas de órgãos representativos que visam a prossecução de interesses próprios das populações respectivas». O artigo 239º dispõe que a competência dos seus órgãos, serão reguladas por lei de harmonia com o princípio da descentralização administrativa. A garantia constitucional do poder local é ainda concretizada por um preceito do mais alto significado para o tema do poder regulamentar: o art.º 241º segundo o qual «as autarquias

locais dispõem de poder regulamentar próprio nos limites da Constituição, das leis e dos regulamentos emanados das autarquias de grau superior ou das autoridades com poder tutelar».

A referência às autarquias de grau superior deve compreender a referência a entes compostos por autarquias, com atribuições próprias definidas por lei que sejam executadas através de contratualização com a Administração Central ou transferências de atribuições dos municípios deliberadas pelas assembleias municipais respectivas, numa perspectiva de ganhos de eficiência, eficácia e economia na gestão dessas atribuições resultantes da perspectiva territorial integrada que a área dessas autarquias contempla.

Neste contexto para a prossecução das suas atribuições, a assembleia da GAM pode aprovar regulamentos (art.º 16º alínea g) da LAM), assim como a assembleia intermunicipal da comunidade interurbana (art.º 11º alínea f) da LCI).

A competência dos órgãos das associações de municípios de fins específicos será definida pela lei e pelos estatutos, sendo que, em princípio, os poderes municipais referentes à organização e gestão dos serviços incluídos no objecto da associação, consideram-se delegados nos órgãos da associação (art.º 22º n.º 1 e n.º 2 da LCI).

A constatação do poder regulamentar das áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais e associações de municípios abre potencialidades novas em sede de planeamento, ordenamento e promoção dos recursos turísticos e da oferta turística em geral na área geográfica de actuação, por contraposição com as regiões de turismo.

Basta pensar nos regulamentos de uso das marcas colectivas de associação e certificação geográficas atrás referidas como défice normativo do legislador nacional ao serviço de uma estratégia de organização e gestão de áreas territoriais turísticas: tal défice pode ser com interesse suprido por regulamentos criados por

estes novos entes, que acompanhem uma contratualização/transferência de atribuições da Adm. Central e dos municípios visando acções no âmbito da gestão integrada da qualidade ao nível dos destinos, dos produtos e das empresas, incluindo actividades de classificação e certificação geográficas de empreendimentos turísticos e da oferta turística em geral.

O poder regulamentar pode também acrescentar valor a todo um conjunto de instrumentos de planeamento e ordenamento territorial com interesse para o desenvolvimento turístico, tais como:

a) Os programas de acção territorial que visam uma coordenação das entidades públicas e privadas interessadas na definição da política de ordenamento do território e urbanismo e na execução de instrumentos de planeamento territorial (planos municipais de ordenamento do território (art.º 17º da Lei 48/98, de 11 de Agosto que constitui a Lei de Bases do Ordenamento do Território, adiante designada por LBOT);

b) Os planos intermunicipais municipais de ordenamento do território, de elaboração facultativa, pelas juntas das comunidades urbanas (art.º 18º n.º 4 alínea b) da LAM) que visam a articulação estratégica de planos regionais e planos municipais de ordenamento do território em áreas territoriais que, pela sua interdependência, necessitam de coordenação integrada (art.º 9º alínea c) da LBOT) e que contêm directrizes para o uso integrado do território abrangido (art.º 62º n.º 1 alínea a) do D.L. n.º 380/99, de 22 de Setembro, diploma que contém o regime jurídico dos instrumentos de gestão territorial, adiante designado RJIGT).

c) Os planos regionais de ordenamento do território, que definem a estratégia regional

de desenvolvimento territorial, constituindo o quadro de referência para a elaboração dos planos municipais de ordenamento do território (art.º 51º n.º 1 do RJIGT) e que contêm

normas orientadoras (art.º 54º n.º 1 alínea a) do RJIGT).

Estes instrumentos podem constituir uma síntese coordenadora entre os instrumentos de planeamento territorial de escala regional e sub-regional e os planos sectoriais de turismo transpondo a transcendência da dimensão territorial para a produção e consumo turístico, aportando competitividade dos destinos turísticos assente em instrumentos qualitativos de ordenamento do território.

Planos intermunicipais de ordenamento do território podem ser adequados a uma perspectiva integrada e regulamentar de gestão de territórios com forte impacto turístico, como sejam municípios litorais de marcada especialização turística cujo planeamento urbanístico gira em torno de produtos turísticos perfeitamente consolidados (ex: sol e mar) ou áreas territoriais contíguas a vários territórios municipais com recursos turísticos homogéneos (praias, lagos, rios, barragens, montanhas e susceptíveis de serem geridos e promovidos através de rotas, itinerários em produtos turísticos comuns (ex: turismo no espaço rural, turismo de natureza, etc.).

Actuações supra-municipais assentes em regulamentos e contratualizações de envolvimento público – privada serão mais eficientes e racionais, tanto do ponto de vista do ordenamento do território, como da gestão pública do turismo.

Como assinala Ivars (2003:299) os «espaços turísticos evoluem para fórmulas de planificação mais flexíveis, orientadas para a colaboração público-privada, a dinamização do tecido empresarial e à rápida adaptação às mudanças do mercado turístico», porque adianta, «toda e qualquer planificação dos espaços turísticos, para além da distribuição das infra-estruturas no espaço e das directrizes básicas sobre uso do solo, também reclama uma perspectiva sectorial, pois há que garantir a competitividade de um sector básico (o turismo) na estrutura

económica, dinâmico e inserido num contexto de mercado de complexidade crescente (...).

Assim, estes instrumentos (os programas de acção territorial, os planos municipais de ordenamento do território e os planos regionais de ordenamento do território) acompanhados de normas regulamentares de apoio e qualificação à oferta turística e consequentes programas de contratualização com a Adm. Central e o sector privado, parecem-me constituir o terreno idóneo para acções de planificação, ordenamento e promoção em espaços turísticos territoriais pela via institucional das áreas metropolitanas, comunidades intermunicipais e associações de municípios de fins especiais.

Considera-se este o caminho necessário para ultrapassar as dificuldades sentidas pelo legislador nacional em consagrar uma legislação autónoma dos espaços turísticos em instrumentos de gestão territorial, com alguns insucessos pelo meio, apon-

tando-se como exemplos, o caso das áreas turísticas com os arts 57º a 73º do D.L. n.º 328/86, de 30 de Setembro, nunca implementadas, ou o anúncio contido na Resolução de Conselho de Ministros n.º 97/2003, de 1 de Agosto com as áreas de protecção turística, ainda por concretizar à data de elaboração deste artigo.

Conclusões Finais

.....
Como resumo, poderão apresentar-se as seguintes conclusões finais:

a) As associações de municípios com atribuições e competências previstas na lei de planeamento e ordenamento territorial, poderes regulamentares e apoio ao turismo, poderão imprimir mais-valia à organização territorial turística portuguesa, articulando planeamento e ordenamento com promoção turística, por um lado, por outro, conjugando planos sectoriais de turismo com directrizes e normas de orientação territorial e urbanística;

b) O regime jurídico das marcas colectivas de associação e certificação geográfica poderá ser aproveitado com interesse por associações de municípios para organizar e qualificar em rede serviços públicos de suporte à actividade turística e em associação com o sector privado dinamizar estratégias de planeamento, ordenamento e promoção turística, utilizando o território como marca, como instrumento ao serviço de uma estratégia de qualificação dos serviços e espaços turísticos;

c) O regime jurídico das associações de municípios, áreas metropolitanas e comunidades intermunicipais responde às necessidades de uma nova organização territorial turística regional e sub-regional portuguesa, conforme estruturas existentes em países próximos (Espanha, França), com superioridade estratégica em relação ao regime jurídico das regiões de turismo.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, A.F.R. (1999), *Denominação de Origem e Marca*, Universidade de Coimbra – Boletim da Faculdade de Direito, Coimbra Editora, Coimbra.
- BURAU, C. e BURAU, E. (1990), *Droit et Organisation du Tourisme en France*, Technipus, Paris.
- GÓMEZ LOZANO, M.M. (2002), *Los Signos Distintivos en La Promoción de Destinos Turísticos*, Cizur Menor, Aranzadi.
- IACONO, G. (1994), "La certification d'assurance qualité: de nouvelles questions por le droit?" *Revue internationale de droit économique*, pp.63-75.
- IVARS, Josep A. (2003), *Planificación Turística de los espacios regionales en España*, Editorial Síntesis, Madrid.
- LIZARRAGA, M.R. (2000), "Organización local del turismo", *Turismo 2000–III Congreso Universidad y Empresa*, Tirant lo Blanch, Valência, pp.39-68.
- MACHADO, V. (2004), *Os sinais geo-turísticos na organização e promoção dos serviços e destinos turísticos: o caso Algarve*, Tese de Mestrado apresentada no âmbito do Mestrado em Gestão e Desenvolvimento em Turismo, Faculdade de Economia, Universidade do Algarve, pp.137-238.
- MACHADO, V. (2005), «A Regulação jurídica dos territórios turísticos - Portugal e Estudo de casos internacionais», *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Universidade de Aveiro, vol. 2, nº 1, pp. 81-94.
- MASSENO, M.D. (2004), «As Disciplinas da Comunicação Comercial nos Mercados Turísticos», *Turismo e Direito: Convergências*, Editora SENAC, São Paulo, pp.81-125.
- MORANCHO, Aurelia B. (2000), «El papel de las Corporaciones Locales en la consecución de un turismo sostenible», *Turismo 2000–III Congreso Universidad y Empresa*, Tirant lo Blanch, Valência, pp.262.277.
- PALLARÉS, P.L.M. (2000), «El gobierno local como ámbito de gestión turística», *Turismo 2000–III Congreso Universidad y Empresa*, Tirant lo Blanch, Valência pp. 69-89.
- PY, P. (1996), *Droit du Tourisme*, 4ª Edição, Dalloz, Paris.
- TUBIA, E.M.L., ARTECHE, J.M.C. (2000), «Comarca Turística versus Consórcio Turístico », *Turismo 2000–III Congreso Universidad y Empresa*, Valência, Tirant lo Blanch, pp. 89-111.

PÁGINA DO PORTUGUÊS

DÚVIDA Nº 6: PLURAL DOS SUBSTANTIVOS COMPOSTOS

.....

Filipa Perdigão - ESGHT

Rita Baleiro - ESGHT

Quando se estuda a composição de palavras e a respectiva flexão é frequente depararmo-nos com imensas dúvidas, uma vez que por cada regra definida encontramos, a maioria das vezes, uma excepção. Porém, ficam aqui registadas algumas regras para o plural dos substantivos compostos como contributo para uma utilização mais correcta da língua portuguesa.

a) Se o composto é formado por dois substantivos ou por um substantivo e um adjetivo, ambos os elementos se flexionam no plural:

1. Redactor-chefe – redactores-chefes
2. Obra-prima – obras-primas
3. Médico-cirurgião – médicos-cirurgiões
4. Peixe-espada – peixes-espadas
5. Couve-flor – couves-flores
6. Mestre-escola – mestres-escolas
7. Curto-circuito – curtos-circuitos
8. Pai-natal – pais-natais¹

b) Se o composto tem como segundo elemento um substantivo que funciona como determinante específico, só o primeiro elemento pluraliza:

9. Andar-modelo – andares-modelo
10. Projecto-piloto – projectos-piloto
11. Palavra-chave – palavras-chave
12. Navio-escola – navios-escola
13. Decreto-lei – decretos-lei
14. Sofá-cama – sofás-cama
15. Carro-cisterna – carros-cisterna
16. Conceito-chave – conceitos-chave

c) Se o primeiro elemento é verbo e o segundo é substantivo ou verbo, só o segundo elemento muda para o _:

17. Quebra-luz – quebra-luzes
18. Beija-flor – beija-flores
19. Porta-voz – porta-vozes
20. Pisca-pisca – pisca-piscas
21. Chupa-chupa – chupa-chupas

d) Se o composto é formado por palavra invariável seguida de substantivo, só este segundo elemento muda para o plural:

22. Abaixo-assinado – abaixo-assinados
23. Vice-rei – vice-reis
24. Ex-presidente – ex-presidentes
25. Pseudo-intelectual – pseudo-intelectuais
26. Afro-brasileiro – afro-brasileiros
27. Greco-romano – greco-romanos
28. Euro-deputado – euro-deputados

e) Se a palavra é composta por dois adjetivos ou por forma reduzida de adjetivos (elementos invariáveis) só o último elemento muda para o plural:

29. Histórico-geográfico – histórico-geográficos
30. Recém-nascido – recém-nascidos
31. Luso-brasileiro – luso-brasileiros
32. Sócio-económico – sócio-económicos^{II}
33. Político-partidário – político-partidários

f) Em compostos por dois adjetivos numa relação de coor-denação ou de relativa autonomia, ambos vão para o plural:

34. Surdo-mudo – surdos-mudos

g) Quando um composto é formado por um adjectivo seguido de um substantivo, ambos os elementos são pluralizados:

35. Social-democrata – sociais-democratas (ou social-democratas)^{III}
36. Curta-metragem – curtas-metragens
37. Bom-sucesso – bons-sucessos

h) Se o substantivo é formado por dois substantivos ligados por preposição, só o primeiro vai para o plural:

38. Caminho-de-ferro – caminhos-de-ferro
39. Estrela-do-mar – estrelas-do-mar
40. Pôr-do-sol – pores-do-sol
41. Pão-de-ló – pães-de-ló
42. Água-de-colónia – águas-de-colónia
43. Mestre-de-obras – mestres-de-obras

i) Nos compostos por um advérbio e um adjectivo verbal, só o segundo elemento recebe o plural:

44. Bem-vindo – bem-vindos

j) Com nomes de cores as duas situações de plural são possíveis, ou seja, ou só no segundo elemento ou nos dois elementos:

- 45. Azul-celeste – azul-celestes e azuis-celestes
- 46. Verde-escuro – verde-escuros e verdes-escuros

1) Quando o primeiro elemento é a palavra *guarda* esta leva a marca do plural se for usado como substantivo. Se for usada como verbo, fica invariável:

i) Usado como substantivo. Note-se que facilmente se identifica como substantivo uma vez que é seguida de um adjetivo:

- 47. Guarda-civil – guardas-civis
- 48. Guarda-nocturno – guardas-nocturnos

ii) Usado como verbo:

- 49. Guarda-chuva – guarda-chuvas
- 50. Guarda-sol – guarda-sóis
- 51. Guarda-costa – guarda-costas
- 52. Guarda-lama – guarda-lamas
- 53. Guarda-redes – guarda-redes

Não é de esperar que o utilizador da língua portuguesa se lembre de todas estas regras. A maioria dos falantes saberá pluralizar os substantivos compostos mais comuns devido ao contacto regular com estas palavras através da audição ou da leitura. Contudo, fica como conselho o recurso a uma gramática (ou mesmo a esta página) quando a dúvida se instalar.

I No caso do *pai-natal* com minúsculas, (porque *Pai-Natal* com maiúsculas há só um), ou seja, todos aqueles que se vestem de *pai-natal*, natal é um adjectivo tal como na expressão a *minha terra natal*. De qualquer forma, mesmo quando ocorre como substantivo também se flexiona em número pois estive *três natais* sem vir a tua casa. Deste modo, *dever-se-á* dizer os *pais-natais*.

II Também é possível grafar socioeconómico.

III Na realidade, parece não haver um consenso quanto ao plural deste composto, sendo que no dicionário *Houaiss* e no da *Academia das Ciências de Lisboa* ambas as formas são apresentadas como correctas. O *Livro de Estilo* adoptado pelo jornal *Público* considera que o plural se faz nos dois termos.

Referências Bibliográficas

- CIBERDÚVIDAS, [on-line] disponível em: <http://www.ciberduvidas.sapo.pt> 15.11.2005.
- BORREGANA, A. F. (1996), *Gramática Universal da Língua Portuguesa*, Texto Editora, Lisboa, pp. 120-128.
- CUNHA, Celso e Lindley Cintra (1984), *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Edições Sá da Costa, Lisboa, pp. 187-189.
- ESTRELA, Edite e J. David Pinto-Correia (1990), *Guia Essencial da Língua Portuguesa para a Comunicação Social*, 4ª edição, Editorial Notícias, Lisboa, 1990, pp.100- 101.
- PINTO, J.M. de Castro et al. (s.d.), *Gramática do Português Moderno*, 2ª edição, Plátano Editora, Lisboa, pp. 59-60.
- PÚBLICO (1998), *Livro de Estilo*, [on-line] disponível em: http://www.publico.clix.pt/nos/livro_estilo/nova/16p-palavras.html 15.11.2005.



ROTAS DO SUL

“KLIPPENWANDERUNG” – O ROMANTISMO DOS ALGARES

José António Santos - ESGHT

Margarida Custódio Santos - ESGHT

Na ida para a Senhora da Rocha, ponto de partida do nosso passeio, atravessámos Armação de Pêra. Para quem, como no nosso caso, por lá não passava desde há meia dúzia de anos, a surpresa é grande, enorme mesmo. A tal ponto, que tudo para nós era novo: uma nova avenida à volta da vila e, onde antes existiam vinhas e descampados, crescem, como cogumelos dezenas, talvez centenas de novos edifícios.

Porque o nosso passeio se inicia junto à capela da Senhora da Rocha e porque este é tanto do ponto de vista histórico-cultural como paisagístico um sítio magnífico, propomos a visita ao promontório onde se situa a capela, de onde a vista sobre as rochas, as praias e sobre a linha da costa é verdadeiramente deslumbrante. Quanto à pequena capela vale a pena perder alguns minutos a apreciá-la. Segundo a tradição, a imagem da Nossa Senhora, misteriosamente, ali terá aparecido sobre o rochedo e como sinal de agradecimento as gentes da região decidiram erguer o pequeno templo de fé em sua honra. A corroborar a sua antiguidade (até agora não datada com exactidão) estão as suas arcadas suportadas por colunas de inspiração paleo-cristã e os capitéis de estilo visigótico, especialmente o da esquerda (séc. VI/VIII). No entanto, pensa-se que as colunas e os capitéis poderão ter sido transportados de anteriores edificações romano/medievais

existentes na zona. Também o interior é simples, mas interessante, tal como o descreveu David Wright em 1965: «The interior, which is very small, is dominated by one of those peculiarly moving painted wooden effigies of the Virgin and the Child that are so often found in the Algarve churches. [...] The walls of the chapel were lined with rough wooden models of trawlers and fishing-boats, obviously sailors' thank-offerings for vessels that had been saved at sea» (Wright 1965: 175). De facto, a capela deve a sua existência à devoção dos pescadores e suas famílias, que ali pediam e agradeciam a protecção dos pescadores, muito especialmente durante as tempestades¹. Igualmente como sinal de devoção realiza-se anualmente, no primeiro Domingo de Agosto, desde há muitos séculos, a procissão de Nossa Senhora da Rocha.

O passeio que hoje propomos, a pé, como habitualmente, vai desde a Senhora da Rocha até à Praia da Marinha, seguindo um trilho no cimo das rochas ao longo da costa e passando pelas praias do Barranquinho e de Albandeira. O percurso tem cerca de seis quilómetros (ida e volta) e faz-se em cerca de três horas. Recomenda-se calçado adequado a caminhadas e não esquecer também uma garrafa de água e, se possível, a máquina fotográfica. Este passeio não é adequado a crianças, por ser exigente em termos físicos e também por razões de segurança, dado que caminhamos ao





longo de rochas com uma altura considerável. Nem sempre o trilho é plano e fácil, pois a costa é recortada por alguns barrancos, sendo necessário por vezes descer uma encosta e subir de novo.

Relativamente aos principais pontos de interesse, para além da visão de conjunto desta costa e da panorâmica deslumbrante sobre os rochedos e sobre uma das mais belas praias do Algarve (Praia da Marinha), existem rochas dentro de água em forma de submarino e de barco, arcos que lembram catedrais ou pontes e praias unicamente acessíveis por barco. A vegetação é composta por um maquis mediterrânico característico da costa calcária algarvia.

No seu *Guia de Portugal* de 1927, Sant'Anna Dionísio considera que este trecho da costa algarvia é «formado de belas rochas escarpadas, escavado de boqueirões e todo retalhado de furnas e cavernas. Há-as pequenas como búzios onde mal cabe um homem e outras grandes e profundas onde os pescadores se abrigam das nortadas» (Dionísio 1927: 263). Pensamos que o autor se estaria a referir aqui aos algares, um fenómeno característico desta costa e muito frequentes nesta zona da costa. As rochas calcárias são extremamente fracturadas, o que permite uma rápida infiltração da água da chuva, que provoca a dissolução dos calcários. Durante este processo a rocha vai sendo desgastada e as fendas vão au-

mentando, formando por vezes poços naturais denominados algares. Estes estabelecem comunicações entre a superfície e a rede de galerias e grutas subterrâneas, dando origem a uma paisagem típica desta região, chamada paisagem cárstica. A beleza desta costa é digna da descrição romantizada que dela faz Sant'ana Dionísio ao referir-se a um dos algares aqui existentes: «Um recinto ladeado de belas rochas carcomidas todas decompostas, crivadas e esponjosas, forma um solene e arrendado átrio à formosa gruta. Esta, perfeitamente circular, parece construída pela fantasia dum poeta para uma assembleia de ninfas ou o banho duma náide melindrosa. A voz do mar soa aqui como um doce murmúrio chapinhante. A luz entra por uma lanterna lateral praticada na gruta, iluminando-a como uma jóia, dando-lhe tons delicados de ouro e de açafraão, reflectindo-se na água e por sua vez na abóbada, fazendo dançar alucinadamente no próprio fecho dela uma espécie de peixe eléctrico e vibrátil, imensamente vivo, numa sarabanda encantada e luminosa».. (Dionísio 1927: 263-264). Nada melhor do que a fantasia do poeta para o despertar para a beleza da natureza e para a adequada preparação mental que achamos absolutamente necessários para o êxito do nosso percurso.

Para terminar, apenas a explicação do nome “Klippenwanderung”. De facto o nosso passeio tem o nome pelo qual é conhecido em alemão, dado que são quase exclusivamente turistas alemães que fazem esta “Klippenwanderung” ou seja, caminhada sobre as falésias.

1 Nesse aspecto esta capela tem muitas afinidades com a capela de Nossa Senhora dos Aflitos em Olhão.

Referências Bibliográficas

- DIONÍSIO, Sant'Anna (1927), *Guia de Portugal*, vol. II – Estremadura, Alentejo, Algarve, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- WRIGHT, David (1965), «Journey to the Sotavento», in Wright, David e Swift, Patrick, *Algarve – A Portrait and a Guide*. Barrie & Jenkins, Londres.



Formato das Colaborações:

1. Os artigos não devem ultrapassar as 12 páginas, com espaçamento simples, sem recuo de parágrafo e alinhado à esquerda, sem duplo entrelinhamento entre parágrafos.
2. Os textos são redigidos em Times New Roman 12.
3. As 12 páginas incluem resumo, texto, notas, tabelas, gráficos, figuras e bibliografia.
4. As tabelas, gráficos e figuras são sempre apresentadas a preto e branco.
5. Na primeira página do artigo deve constar, pela seguinte ordem: título do artigo, nome do(s) autor(es) e resumo.
6. O título do artigo não pode ultrapassar as 5 palavras.
7. O resumo não pode ultrapassar as cem palavras.
8. As referências bibliográficas devem ser apresentadas de acordo com o sistema AUTOR-DATA: (Eco, 2001: 10).
9. As notas bibliográficas seguem o mesmo sistema para livros: **ECO, Umberto (2001), Sobre a Literatura, Difel, Lisboa;** e para artigos: **AYVERT, W. (1975), «Eurogroups, clientela and the E.C.», in *International Organizations*, vol.29, n.º 4: 949-971.**
10. As citações são apresentadas entre aspas duplas «...».
11. As citações com 5 linhas ou mais devem ser apresentadas num parágrafo separado do texto por linha dupla, tanto do texto imediatamente anterior, como do texto subsequente, e não devem ser limitadas por aspas.
12. As notas são de fim de documento e não de fim de página, e são precedidas de numeração romana.
12. Os artigos podem ser escritos nas seguintes línguas: português, espanhol, francês e inglês.

As propostas de publicação devem fazer-se acompanhar dos seguintes elementos:

- I. Nome, contacto telefónico, endereço electrónico e nome da instituição onde trabalha.
- II. As propostas devem ser submetidas em papel e disquete ou em papel e correio electrónico devidamente identificadas para os seguintes endereços:

fperdig@ualg.pt

rbaleiro@ualg.pt



Le **MERIDIEN**
PENINA GOLF & RESORT



Q **qualigénese**
Investigação e Formação